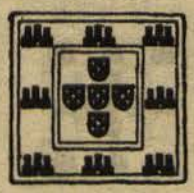
LVSITANIA

REVISTA DE ESTVDOS PORTVGVESES



DIRECTORA

D. CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELLOS

Redactores fundadores: AFFONSO LOPES VIEIRA; AGOSTINHO DE CAMPOS; ANTÓNIO SARDINHA; ANTÓNIO SÉRGIO; CARLOS MALHEIRO DIAS; FARIA DE VASCONCELLOS; JOSÉ LEITE DE VASCONCELLOS; LUCIANO PEREIRA DA SILVA; MÁRIO DE AZEVEDO GOMES; JOSÉ DE FIGUEIREDO; REYNALDO DOS SANTOS; RICARDO JORGE

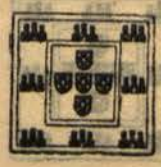
SECRETÁRIOS DA REDACÇÃO

AFFONSO LOPES VIEIRA — COSTA DO CASTELO, 45

REYNALDO DOS SANTOS — PRAÇA DOS RESTAURADORES, 47

LVSITANIA

REVISTA DE ESTVDOS PORTVGVESES



DEPÓSITO E ADMINISTRAÇÃO

LIVRARIAS AILLAUD E BERTRAND

RUA DE GARRETT, 73 — LISBOA

PROPRIEDADE DA «REVISTA DE ESTUDOS PORTUGUESES, L.da»

PREÇO DÊSTE FASCÍCULO ... ... 10$00

COMPOSTO E IMPRESSO NAS OFICINAS GRÁFICAS DA BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

COMPRA DEZ. 1943

LVSITANIA

REVISTA DE ESTVDOS PORTVGVESES

BIBLIOTECAS MUNICIPAIS DE LISBOA

SUMARIO

FASCÍCULO VII — VOL. III — OUTUBRO DE 1925

Pág.

Á MEMÓRIA DE ANTÓNIO SARDINHA 5

Á MEMÓRIA DE PAULO PLANTIER 6

ALBERTO D'OLIVEIRA — *O NACIONALISMO NA LITERATURA E AS «PALAVRAS LOUCAS»* 7

ROBERTO SCHIFF — *UNA NUOVA OPERA DI ALVARO PIRES D'EVORA* (Com ilustração) 35

A ADORAÇÃO DOS MAGOS, DESENHO DE D. A. DE SEQUEIRA, COM COMENTÁRIO DE R. S.

J. LUCIO D'AZEVEDO — *NOTÍCIAS DE PORTUGAL DE 1578-1580* 41

F. A. GARCEZ TEIXEIRA — *A CASA DO CAPÍTULO DO CONVENTO DE CRISTO* (Com ilustrações) 49

ANTÓNIO SERGIO — *AS DUAS POLÍTICAS NACIONAIS* 63

AFFONSO LOPES VIEIRA — *O POEMA DO CID* 88

BIBLIOGRAFIA, MÚSICA E ARTES PLÁSTICAS 89

Achille Segar: *Ango de Dieppe.* — C. Wessels: *Early jesuit travellers in central Asia.* — Sôbre Fr. Serafim de Freitas. Nota em tôrno de: *Anales universitarios. Historia de la Universidad de Valladolid. Bio-bibliografias de juristas notables.* — *«Anejos» de la Revista de Filologia Española.* — *História da Colonização Portuguesa no Brasil.* — David Lopes: *História de Arzila durante o dominio português.* — *«Terra de sol»*. Revista de arte e pensamento. — Garcez Teixeira: *A antiga sinagoga de Tomar.* — L. Xavier da Costa: *A obra litográfica de D. A. de Sequeira.* — *Homenagem a Carlos Reis.* — *Homenagem a Columbano.* — *Bibliografia de António Sardinha.* — *Archivo Español de Arte y Arqueologia.*

MARGINALIA 117

SOMMAIRE 121

« A LVSITANIA VEM NÃO SÓ PÔR-SE A FRENTE DAS PUBLICAÇÕES CONSAGRADAS ÁS LETRAS PURAS NA PENÍNSULA, MAS TAMBÉM UNIR PORTUGUESES E BRASILEIROS DE MENTALIDADES FRATERNAIS, NO AMOR DA TRADIÇÃO E DA LÍNGUA COMUNS.»

REVISTA DE FILOLOGIA PORTUGUESA

(SÃO PAULO — BRASIL)

A' MEMÓRIA DE ANTÓNIO SARDINHA

A Redacção da LVSITANIA inclina-se, com saüdade, com respeito e atribulado espírito, perante a memória do seu ilustre camarada e amigo António Sardinha, morto em pleno vigor da idade, da actividade e do talento. Para mais tarde, em mais propício ensejo, ficarão os estudos que as suas obras, tão variadas e intensas, sugerem, e as quais, por meios diversos, servem o mesmo pensamento de unidade espiritual. — Obras de ensaísta, de crítico, de historiador e de poeta, e onde uma erudição poderosa se alia ao ímpeto combativo, e a intuïção do sentimento lírico se casa com a larga visão do intelectual.

Para mais tarde se reserva igualmente a avaliação da sua influência nas moças almas portuguesas, e o que êle ficou sugerindo em Portugal, através dos seus livros e da vibrante acção que desenvolveu.

Neste momento, porém, os seus camaradas da LVSITANIA, em cujas laudas António Sardinha deixou páginas admiráveis, desejam e podem apenas, com sincera dor, e grande dor porque provinda ao mesmo tempo do coração e da inteligência, chorar a perda do eminente e querido companheiro, deplorada também, profundamente, nos meios intelectuais de Espanha e do Brasil.

E quando, no Aqueduto de Elvas, — segundo a determinação do município da cidade que, entre tôdas, êle amou, — o nome de António Sardinha fôr inscrito, aí nos encontraremos, em piedosa romagem de saüdade e de consagração ao nosso camarada inolvidável [1].

A REDACÇÃO

[1] *Publicamos em a nossa secção respectiva a bibliografia de António Sardinha, a qual tão eloqüentemente demonstra o seu admirável labor.*

A' MEMÓRIA DE PAULO PLANTIER

Em todos os tempos as Revistas de literatura e de arte, contaram entre os seus fundadores, a-par dos que lhes davam o prestigio da sua colaboração literária, o dos grandes amigos das letras — homens de coração e de gôsto — em cujo ambiente de entusiasmo e confiança tenaz a obra encontra o estímulo para desabrochar e não morrer.

Paulo Plantier — nome que seu pai já ilustrara no culto da amizade dos homens de letras e das rosas — foi, entre os fundadores da LVSITANIA, o que particularmente honrou aquele título tradicional de gentilhommerie, *com generosa e tocante dedicação, velando solìcitamente pela vida e expansão da obra que ajudara a criar.*

Por isso a sua morte foi sinceramente sentida nesta casa, lar do nosso espírito, que o foi também do seu coração e do seu gôsto.

A REDACÇÃO

O NACIONALISMO NA LITERATURA E AS «PALAVRAS LOUCAS»

(CARTAS INÉDITAS DE OLIVEIRA MARTINS, EÇA DE QUEIRÓS, FIALHO DE ALMEIDA, RAMALHO ORTIGÃO E GUERRA JUNQUEIRO)

NA introdução ao primeiro tômo da *Prosa e verso* [1] explicava eu como foi ampla, nas rodas literárias de Portugal e Brasil, a repercussão do meu livro *Palavras Loucas*, dado à publicidade em 1894, dois anos depois do *Só*, de António Nobre, mas constituído por capítulos escritos e espalhados pelos jornais em datas anteriores. O poeta do *Só* foi para mim um Messias literário, de cujo evangelho pretendi arvorar-me em S. Paulo. E as *Palavras Loucas* são bem a crónica dêsse apostolado fervente, em que ao entusiasmo pelo talento de António Nobre se juntava em mim a convicção, cada hora mais imperiosa, de que o regresso à tradição, e o amor e o estudo dêsse tão pequeno como grande universo que era a nossa Pátria, tinham de ser os lemas fecundos, e que então pareciam novos, da geração a que pertenci.

Pode dizer-se que o *Só*, ao aparecer, foi incompreendido, não apenas pela grande maioria dos que o leram, mas até por alguns dos nossos maiores escritores, tão arraigados estavam os

[1] *Prosa e verso* (Páginas escolhidas), Livraria Aillaud e Bertrand, editora — Lisboa, 1919.

hábitos e rotinas que êle deslocava e bania. Hoje há de parecer incrível que eu tenha tido de bater-me por êsse livro nos principais jornais de Lisboa e Pôrto, ocultando sob diversos pseudónimos a minha apologia de versos admiráveis, que muitos dos seus leitores julgavam, ou absurdos, ou ridículos, ou até doidos. Em Coimbra, com os meus condiscípulos e contemporâneos, vivi em constante polémica, sempre de *Só* debaixo do braço e parando em qualquer esquina para declamar extasiadamente as suas mais formosas páginas, e fazer apreciar o cunho português e a poesia pura que continham. Mas pior é ter de dizer que alguns dos mestres das nossas letras não se mostraram muito mais prontos que os seus discípulos na aceitação do *Só*. Eça de Queirós, por exemplo, apreciou sobretudo nêle as suas composições mais plásticas, mais incaracterísticas, e pareceu insensível às suas fulgurantes novidades, que tomou por passageiras extravagâncias. Guerra Junqueiro negava-se a ver naqueles versos a originalidade que nêles chamejava, o temperamento que dêles irrompia, e fàcilmente os classificava, ora como secundários, ora como mistificadores. «A amizade cega-o», dizia-me êle, numa das muitas discussões faladas ou escritas que a tal respeito tivemos. Hoje se pode ver, a olho nu, a qual de nós faltou a vista naquela época.

Mas houve uma grande e compensadora excepção neste côro de injustiças, formado por tão ilustres vozes. Foi a de Oliveira Martins, que, ao acabar de ler o *Só*, tomou a pena e dirigiu ao seu autor uma carta entusiástica. «Temos em-fim um grande poeta», eram as primeiras palavras com que a abria. Essa carta, durante meses, não me saiu da algibeira, e era o meu último cartucho nas freqüentes refregas contra os mais duros contraditores. Quando já se tinha esgotado a minha provisão de argumentos, e o meu fôlego persuasivo, tido aliás como resistente, fraquejava, era chegado o momento de brandir a carta peremptória de Oliveira Martins e de fulminar com ela os meus desprevenidos adversários.

Foi em Lisboa, onde uma minoria aristocrática e cultíssima mantinha e cultivava o gôsto pelas letras, que o livro de António Nobre conquistou mais rápidos sufrágios, logo depois acrescidos e confirmados pela aparição da figura byroniana do poeta, que encantou a todos, e pelo conhecimento da sua vida, das suas excentricidades sinceras e espontâneas em Coimbra e em Paris, de tudo

o que tão cedo começou a ganhar côr de lenda ao seu redor. No meio coimbrão também o *Só* de-pressa fêz devotos: e o alarido de troça que primeiro o acolheu havia-se já por completo dissipado, quando se publicaram, em 1894, as *Palavras Loucas*. Nesse livro profetizei que a glória do poeta estava próxima, e não me foram precisos olhos de lince para assim ler no futuro.

As *Palavras Loucas* entraram com o pé direito na notoriedade. A sua linguagem límpida fez-se ouvir e encontrou eco: e as suas ideias nacionalistas, parecendo novas no ambiente que então se respirava, e despojadas de todo o aspecto de extravagância ou obscuridade, calaram em muitos espíritos, e especialmente nos da gente moça. Hoje vê-se melhor como êsse livro era oportuno e vinha em socorro de teses destinadas a vingar, como vingaram, num terreno que as teses opostas tinham acabado por esterilizar, depois de o fecundarem efèmeramente.

Para melhor se avaliar, entretanto, como a doutrina nacionalista, a-pesar-de tão natural e lógica, precisava então de paladinos, julgo que dificilmente se encontrarão documentos comparáveis aos das seis cartas que hoje, por primeira vez, aqui se publicam, e que há trinta e mais anos me escreveram Oliveira Martins, Eça de Queirós, Fialho de Almeida, Ramalho Ortigão e Guerra Junqueiro. Ponho êsses grandes nomes por ordem das datas das suas mortes, que para mim foram também as da perda de provados amigos.

Essas cartas, preciosas a tôdas as luzes, deveriam ter acompanhado o primeiro tômo da *Prosa e verso*, constituído por excerptos dos meus livros a que elas se referem. Mas a êsse tempo andavam extraviadas, com outra bagagem minha, por várias partes do mundo, e só ùltimamente me voltaram às mãos. E tantos anos passaram sem as reler, que também só agora tenho plena consciência do que elas valem e significam, como contribuïção para a história literária do meu tempo, além do muito que pessoalmente, e com excesso que não me cega, me honram e enaltecem.

Quando recordo que aquêles consagrados grandes homens condescendiam em discutir com tanta paciência e indulgência as teorias do rapazelho de 18 a 21 anos que audaciosamente

lhas propunha, cumpre-me primeiro apontar essa nobre e generosa atitude, como lição necessária, a tantas vaidades e altanerias que no campo das letras, como em muitos outros, sempre enxameiam; mas devo também notar que algum pêso tinham essas doutrinas, e a alguma tendência forte e real correspondiam, para que assim ante elas reagissem, para as aplaudir ou criticar, conforme a lógica dos seus temperamentos ou das suas obras, êsses cinco mestres, interpelados, em voz embora já de certa consistência, pelo mais infantil dos seus alunos.

Encarada por êsse aspecto, é do mais vivo interêsse a carta de Eça de Queirós. No pequeno volume de memórias, que consagrei ao genial escritor, já referi como se gerou em mim a vocação tradicionalista, ao contacto de Garrett, e como o chamado naturalismo ou realismo, a-pesar-de interpretado então pela pena mágica do autor dos *Maias*, cedo me pareceu condenado à morte e autor responsável de muitos males que a minha juventude veementemente sentia e de que pretendia libertar-se. Era bem êsse o meu estado de espírito ao escrever as *Palavras Loucas*, onde, se não me engano, nem Eça de Queirós aparece mencionado. E não era porque o não admirasse sem limites; mas, porventura, porque evitava e temia a tentação dos seus feitiços. Dir-se-ia que êle tudo isto adivinhou ao escrever-me; dir-se-ia que ouviu, em cada um dos meus artigos, uma acusação muda de que lhe era urgente defender-se. E que defesa hábil a da sua carta, onde a razão e a ironia se disputam o terreno e escolhem as armas de combate, com tal engenho, que o adversário dificilmente escapará aos seus golpes! Nessas páginas vejo, em escôrço, tôda a formação literária do escritor até ao dia em que as escreveu. Ao relê-las completo-as mentalmente com outras conversas que mais adiante tivemos, e em que o mesmo tema foi versado, por mim com o ímpeto da minha fé juvenil, por êle com a condescendência risonha que lhe era peculiar e, sem dúvida também, com o desejo de espremer das minhas arengas o mínimo de verdade aproveitável que êle bem sabia que tôdas as fés contêm. E em-fim não posso deixar de pôr em confronto essas páginas com os livros posteriormente escritos por Eça de Queirós, onde as reclamações da minha e de

outras mocidades rebeldes encontraram satisfação, e onde o génio do escritor, revelando uma elasticidade surpreendente, vem ao nosso encontro e nos demonstra que também as nossas teses lhe não eram alheias, que também o Portugal que julgávamos descobrir lhe não era incógnito, que também a sua pena irónica sabia o caminho e dava o som da doçura e do lirismo, que também a sua linguagem era capaz de enriquecer-se nas fontes nativas, e em-fim que a qualquer peleja a que o convidássemos iria de fronte erguida, certo de regressar dela com os melhores frutos e loiros da vitória.

Ainda essa carta nos convida a considerar que a verdade não é concedida ao homem senão em forma fragmentária, envôlta em escórias de paixões e preconceitos, e que tôda a luta de ideais redunda numa alternativa de dogmas e heresias, sempre idênticos e sempre contrários, advertindo-se que é no estado de dogmas que as ideias se debilitam e morrem, e no estado de heresias que de novo se tonificam e crescem. Êste movimento pendular enche tôda a História e o seu exame claramente indica que teorias sociais ou políticas, como sistemas económicos, como doutrinas literárias ou artísticas, por mais antitéticas que pareçam, resultam na essência complementares entre si e se agrupam, encaradas de alto e de longe, na mesma síntese. Mas a memória e a consciência colectivas são como as das crianças, e nada conservam do que aprendem e experimentam. E assim é que ainda não sabemos dar tolerante quartel a todos os programas, certos como já devíamos estar de que a cada qual caberá, algum dia, a sua vez de ser ensaiado; que só o que defendemos nos parece verdade, e verdade exclusiva e solitária, quando a própria luz nos ensina de quantas côres diversas se compõe a sua unidade; e que levamos a vida em guerra e em ódio, desfazendo mais do que fazendo, demolindo mais do que construindo, num crónico e irremediável desperdício de tempo e de trabalho, quando só a coordenação e a coexistência pacífica de tôdas as fôrças materiais e morais seriam capazes de converter a obra humana em alguma coisa de mais sólido e duradoiro do que a absurda teia de Penélope, ou o louco tonel das Danaides, a que nos atrevemos a dar o nome de Civilização.

As mulheres, na sua milenária e sábia inconsciência, acertaram melhor que os homens a resolver alguns problemas da vida. Há por exemplo muito mais filosofia e sabedoria do que supomos, na aparente versatilidade que as leva a aceitar submissas todos os ditames da moda, passando do branco ao negro, do curto ao comprido, do quadrado ao redondo, em transições rápidas, achando hoje horrendo o que ainda ontem lhes pareceu, e depois de amanhã lhes tornará a parecer, gracioso e elegante. No fundo as ideias dos homens triunfam ou acabam pelo mesmo processo psicológico por que se adoptam ou se desdenham as modas das mulheres. Só a diferença, tôda contra nós, é que as mulheres mudam de moda com tranqüilidade e adaptam-se a cada uma com igual graça e êxito, ao passo que os homens só mudam de ideias à fôrça, quási sempre pelo ferro e pelo fogo, e levam tempo infinito, e dão trabalho infinito aos que os pastoreiam, para chegarem a entender, e a conformar-se, com cada regra, sistema ou disciplina nova (nova apenas por já nos não lembrarmos de quando era velha) que lhes forjamos.

Enquanto Eça de Queirós, colocando-se na defensiva, semeou de objecções o caminho ingénuo do meu «neo-garrettismo», e procurou esvaziá-lo de tôda a substância e reduzí-lo à chateza de simples boneco de vento — Oliveira Martins, como já fizera com o *Só*, e liberto como vivia de bandeiras e escolas literárias, compreendeu sem demora o que eu queria dizer e aplaudiu às mãos ambas a intenção. A sua carta foi escrita muito poucos meses antes da sua morte, e creio que não voltei a encontrá-lo depois de a ter recebido. Mas anteriormente, no inverno de 1893-1894, em que as nossas relações nasceram e logo da sua parte foram tão afáveis como da minha reverentes, mais de uma vez fui ao seu escritório da Calçada dos Caetanos ler-lhe capítulos das futuras *Palavras Loucas*. Oliveira Martins já nessa altura estava visìvelmente alquebrado pela doença que logo depois o vitimou, e quási sempre me recebia deitado num sofá, fitando-me longamente com aqueles olhos tão tristes, tão dolorosos, que sempre lhe vi, e que ignoro se eram fruto já da pouca

saúde, ou reflexo normal da sua alma. Ouvia-me ler com atenção, aprovava-me ou emendava-me, mais de uma vez me pediu para ir colhêr, a alguma das suas estantes, o livro — conhecia e indicava com precisão o lugar de todos — de que me queria mostrar qualquer passagem. E assim eu já sabia que os meus ideais lhe eram simpáticos e já dos seus lábios ouvira conselhos e estímulos análogos aos que contém a sua carta. E não posso esquecer quantas inspirações e exaltações encontrei nas páginas dos seus livros, especialmente em todos os que têm por assunto a dinastia de Aviz.

Estou hoje bem certo de que a minha vida seguiria rumo diverso, se a morte de Oliveira Martins não a tem privado duma direcção espiritual que ela então buscava ansiosamente. Nem me teria exilado, nem talvez tivesse relegado as Letras à categoria de actividade acessória e acidental para o meu espírito. De todos os grandes homens da sua geração (não cheguei a conhecer Antero de Quental) foi Martins o que maior influência exerceu sôbre as minhas ideias; e a sua pessoa, que só tratei poucos meses, ia a caminho de se colocar para comigo na exacta posição de mestre a discípulo. O seu quente acolhimento, tanto mais apreciado por mim que eu não ignorava a sua reserva habitual para com quási tôda a gente; o gôsto que êle tinha de ensinar, a avidez que eu tinha de aprender; a sua forte cultura impondo-se fàcilmente à minha ignorância — tudo me levaria de-pressa a pedir-lhe normas para a minha vida e a seguí-las como as melhores que poderia alcançar. É certo que nos seus livros o encontrei por vezes dúbio, confuso, e até contraditório. E assim o digo, com aberta franqueza, nas *Palavras Loucas*, e essa minha observação, à qual ainda hoje descubro algum fundo, não ficou sem resposta viva na carta que adiante vai transcrita. Mas Oliveira Martins tinha apenas 48 anos, o que significa que ainda a estas horas poderia estar vivo, e calcule-se o que seria a sua acção sôbre nós todos, e ao serviço do seu país, se se houvesse prolongado até aos nossos dias. ¿Alguém duvida de que a nossa própria história contemporânea se teria construído de modo diverso?

Soube, por amigos íntimos seus, e só depois da sua pranteada e estóica morte, tão iniquamente prematura, que

Oliveira Martins pensava em mim para tarefas intelectuais, e creio que também cívicas, a que queria associar a melhor mocidade daquele tempo. Ignoro o que eram concretamente os seus projectos. Não duvido de que seriam dignos dêle e é bem provável que me levasse a fazê-los também meus. Sucede-me assim, nos dias mais sombrios do meu destêrro crónico, ficar longamente a scismar no rumo incógnito que, pela mão do admirável evocador da história pátria e sábio mestre em tantas sciências, teria sido o da minha pobre vida e carreira. Conjecturas vãs e sem interêsse senão para mim. Mas que ao menos aqui fique esta palavra de gratidão à memória do homem de génio, que a vida maltratou tanto, e a quem devo algumas das mais felizes horas da minha recheada e aproveitada mocidade.

A carta de Fialho de Almeida, a-pesar-de agradecida à simpatia com que o seu autor era citado no meu livro, nem por isso deixa de traçar nìtidamente a barreira que separava os nossos respectivos temperamentos. Não direi ideais, porque a cabeça de Fialho era pouco pensante e tudo na vida se convertia para êle em sensações de arte. Assim o meu «passadismo» ou garrettismo não o preocupa nem o interessa. Mas veja-se a lucidez com que define a minha sensibilidade e lhe aponta as deficiências. Note-se também a sua inesperada opinião sôbre a poesia e os poetas. Custa a crer que aquele rutilante literato, dotado de alucinações imaginativas, e de tesoiros de expressão, que atingiam o génio, encerrasse em tão estreitos limites o seu horizonte mental e até estético. Não encontro com quem agrupá-lo nesse singular juízo sôbre a mais alta e imortal forma da Arte literária, aquela que outro escritor melhor inspirado definiu com justiça, ao dizer que a prosa é humana e só o verso é divino. ¿Teremos pois de concluir, perante tão directo depoïmento, que Fialho morreu sem ter amado Camões, sem ter partilhado as dores de Antero, sem se ter inebriado com a música de Junqueiro, o qual, bem ao revés, o admirava tanto?

Enquanto ao desvanecedor horoscópio que consagra ao meu futuro de escritor, ¿como hei-de gabar-me dêle, se o

posso hoje confrontar com a tão diversa, e tão modesta, realidade? Não faço clara ideia da missão que Fialho me destinava, pois que me não incitava a dedilhar a lira poética e não lhe pode ter escapado a minha total falta de imaginação e de vocação para qualquer forma de novelística. Também não estava na lógica do seu espírito empurrar-me para a erudição ou para a história. Ao oferecer-me, pois, quási uma batuta magistral nas letras, tenho de concluir, por exclusão de partes, que me adivinhava dotes de crítico destinado a pontificar algum dia nesse capítulo. Outros me honraram com igual vaticínio, sem que nenhum chegasse a convencer-me. A observação de mim próprio ensinou-me, em já longos anos, que para poeta (que era o que eu gostaria de ter sido) só de longe a longe me visitava o estro; que para romancista ou dramaturgo de todo me escasseavam as faculdades que já disse; que para historiador ou investigador (tarefa que também me seduziria) precisava de corrigir primeiro, e ¿como? a memória destrutiva e aniquiladora com que Deus me empobreceu e que de mim fêz um homem que tudo lê e de pouco se recorda; e, em-fim, que para crítico nenhuma inclinação espontânea me chamava e antes era essa profissão antipática aos meus olhos, pois só me empenho em falar daquilo de que gosto, e então falo com entusiasmo e com ardor, fàcilmente excessivos, e sou descrente de todos os sistemas, escolas e capelas em que é costume classificar e arrumar a literatura, e sempre para mim as obras de arte se dividiram, rudimentarmente, em obras que me encantam e obras que me enfastiam. Acresce que dizer mal, desgostar o próximo, semear hostilidades ou desinteligências, são actividades contrárias a tôdas as minhas tendências. O meu prazer seria passar a vida num ambiente inalterável de carinho e de afecto, não ver ao meu redor senão caras amigas e satisfeitas, multiplicar-me para ser prestável ao maior número possível dos meus semelhantes, ver com vidros de aumento as virtudes alheias e com olhos de míope os seus defeitos. Não nasci para a ironia, nem para a polémica, nem para a guerra, nem para a desordem. Tudo isto serão boas recomendações talvez para padre, mas não de-certo para crítico.

Reconheço que, se vivesse sempre no ambiente pátrio, rodeado

dos estímulos que só lá se encontram, não teria talvez deixado enferrujar tanto a minha pena, que nasceu fluente e inteligível, e, de um modo ou de outro, essa quotidiana ginástica me traria ocupação e redundaria em obras de maior ou menor préstimo. Mas tenho por seguro que as minhas realizações se manteriam sempre muito por baixo das minhas exigências, e que a cada passo esbarraria, vexado e triste, com a falta de dotes que muito bem sei o que são e como se manifestam, visto que tratei desde menino e moço com quem os possuia, e com claros olhos aprendi a conhecê-los. E a pouca inteligência que Deus me deu, se não chega para tarefas criadoras, chega e sobra para ter apagado em mim tôda a cegueira de vaidade: e êsse é até o maior serviço que lhe devo.

Olhando bem para trás na minha vida, hoje que estas cartas magníficas me obrigam a um novo exame de consciência, não me sinto arrependido de ter desertado a milícia literária e de me ter limitado a pôr o pouco que podia e sabia, nessa espécie, ao serviço submisso e diligente da minha profissão diplomática e oficial. De grande ajuda me tem sido a minha pena, por êste mundo de Cristo adiante, para melhor valorizar os meus intuitos e actos de funcionário e com mais relêvo dizer a estranhos as razões que há para conhecer, respeitar e amar a nossa Pátria. Mais de uma vez tenho devido a essa fiel aliada alguns êxitos, que não me acrescentam o nome de escritor, mas me trazem a saüdavel consciência do dever cumprido, e até do trabalho e do tempo não perdidos, nas missões nacionais, e não de interêsse ou de luzimento próprio, que me andam entregues.

Mas, como quer que seja, Deus tenha em paz e glória a alma atormentada de Fialho de Almeida e que até ela cheguem, se é possível, as graças que lhe dou pelo bem que me augurou e me quis!

E eis agora, ante os meus olhos, a carta de Ramalho Ortigão. Com êste chorado e venerado amigo, de todos os cinco o que maior ternura despertou no meu coração, tenho uma antiga dívida em aberto, tão antiga como essa mesma carta. Vamos a ver se sou capaz de desobrigar-me dela.

NACIONALISMO NA LITERATURA

Nas *Palavras Loucas* aparece uma alusão sacudida aos livros de viagem de Ramalho. No meu lusitanismo um pouco bárbaro eu não entendia o seu entusiasmo perante cada novo país que visitava, e interpretava-o, injustíssimamente, como sinal de enfado pelo seu país. Não era bem do seu patriotismo que me queixava; mas, porventura, de uma espécie de janotismo, ligeiramente provinciano aos meus olhos, e que o levava a deslumbrar-se sempre, e a querer deslumbrar os seus leitores, perante as terras alheias. Creio que foi só isto o que disse, mas disse-o com pretensão infantil e sem o acatamento e as homenagens que devia ao escritor tão português, tão simpática e contagiosamente português, que eu já então sabia, e melhor compreendi depois, que era o autor das *Farpas*. E magoei-o e entristeci-o, como a todo o homem bom que de repente, sem lhe ter dado motivo, sente chegar até êle a afronta ou a injustiça de outrem. Foi então que me escreveu aquela dorida carta de desabafo e desfôrço, aquela carta cuja leitura me fêz còrar de vergonha desde a pele até à alma, aquela carta que foi para mim, pela generosidade com que me corrigiu e pela benevolência com que me perdoou, o castigo mais eficaz e uma lição que se não perdeu.

Lembro-me de que tentei várias vezes a resposta, e uma resposta contrita e humilhada, e de que cada um dos meus rascunhos me pareceu desastrado, e de que tive por fim de resignar-me ao silêncio, de tal modo se me entaramelou e emperrou a língua. Passaram meses e vim à fala com Ramalho. Na minha atitude deve êle ter lido, como eu desejava, o meu arrependimento; mas nunca trocámos uma palavra que a êste aludisse, contentando-se de-certo a sua bondade com essa minha mudez, que era a sua melhor e mais nobre vingança. Quisera eu ter publicado a carta que tão digna era, pelo sabor da sua linguagem e pela emoção que a enchia, de que todos a lêssem. Mas Ramalho proibira-mo expressamente e eu tinha de respeitar o seu desejo. Assim foi que só hoje, já bastantes anos passados sôbre a sua morte, posso fazer confissão pública da minha culpa e da pena que por ela padeci e mereci.

Nunca o glorioso escritor mostrou recordar-se do meu de-

lito, nem por êle me infligiu, directa ou indirectamente, o mais leve desgôsto. No modo como me tratava, sempre o encontrei caloroso e sincero; nas ausências que me fazia era sempre pródigo de louvores. E com o tempo foram-se estreitando as nossas relações, até que o pude ter na intimidade do meu lar e sentir de perto o calor do seu coração.

¡Que homem bom e moço até ao último dos longos dias que viveu! Por dentro e por fora estava intacto, a sua saúde era integral, consumia e saboreava a vida com a plenitude e a inocência de quem nunca lhe pediu senão o possível. Foi modesto, probo, alegre, e feliz, porque matava a fome com o pão de todos e a sêde com água da fonte. Não se lhe gastou a sensibilidade em ambições sempre maiores, nem a inteligência na rebusca do mistério. Era um ser são e normal, com a serenidade e o bom humor de quem ignora o mal em si próprio e não o pressente nem receia nos outros.

Viajante incansável, correu as sete partidas do mundo, num alvorôço e êxtase contínuos, com a bôca cheia de preguntas e os olhos sempre sedentos de admirar e aplaudir. A sua alegria ia com êle e foi por isso que até da ennevoada Holanda conseguiu fazer uma região ridente e luminosa. Assim o vi, quando na Suíça me fêz tão boa companhia, visitar aldeias, feiras, exposições insípidas ou medíocres, examinando tudo com benta paciência, achando a tudo um sabor que era só dêle; fresco e forte quando eu já estava cansado e sem olhos, parecendo-me a cada passo que o moço era êle e o velho eu. Assim o contemplei e envejei quando íamos juntos almoçar ao albergue de Thalgut, a meia hora de Berne, e o seu apetite envergonhava o meu perante as gostosas trutas acabadas de pescar no rio Aar e logo oferecidas à nossa gula. Todos os meus colegas, que então o conheceram, pasmavam para a sua erecta, esbelta, espirituosa velhice; e as mulheres confessavam nunca ter visto bôca daquela idade que tão flexìvelmente se arqueasse para formular um galanteio. E não era que disfarçasse os setenta e muitos anos com que tão bem podia. Ao contrário, fazia questão de ser o mais velho e entendia que as honras de decano lhe eram sempre devidas. Uma vez que em Berne, ante a comissão de ar-

tistas internacionais a que êle pertencia, lhe apresentei o presidente, mais velho que êle, chamando-lhe a atenção para o seu aprumo, para a sua cara côr de rosa dentro dum colar de barba mais branca que neve fresca, Ramalho olhou desconfiado para a barba, olhou malicioso para mim, e segredou-me: «É pintada!»

Na arte como na vida, o seu ofício foi espalhar luz e côres, prègar saúde, semear energia e fôrça. Os derretidos, lânguidos, amorudos Portugueses que quási todos somos, talvez nunca tenham tido quem com tanto denôdo, tanta graça, lhes quisesse endireitar a espinhela e ensinar a ver, a andar, a rir — a viver. Muito mais do que Gautier foi Ramalho o homem para quem *o mundo visível* existiu, e que soube, pela magia do seu dizer, desenrolá-lo aos nossos olhos. Antes dêle ninguém, que eu saiba, nos mostrara assim Portugal, de um extremo ao outro, nas suas vistas, nos seus costumes, nas suas árvores e flores, bichos e pássaros, nos seus comes e nos seus bebes, na sua poesia e na sua música, nas suas anedotas e provérbios, nas mil formas das suas artes e indústrias populares, passeando-nos encantados por montes e vales, estradas e rios, aldeias e praias, romarias e feiras, ensinando-nos em-fim a nossa terra, que só abstractamente conhecíamos, educando os nossos cinco sentidos a distinguí-la fìsicamente das outras, pela côr, pelo som, pelo tacto, pelo sabor e pelo cheiro.

Para cumprir êste programa possuiu Ramalho um instrumento excepcional, o seu estilo; e é de-certo êsse estilo o que principalmente assegura a duração dos seus livros. ¡Que prosa fresca e saborosa e sonora é a sua, como caminha lesta, como veste e paneja com arrogância os seus adjectivos, como pinta, como ri e faz rir, como gesticula, como conversa! O seu sentimento da paisagem era completo e finíssimo, dela extraía pintura, ou poesia, ou melodia, à sua vontade. Tinha o dom do pitoresco e humorístico, sem perder nunca a medida, nem descair até à farça ou à grossa caricatura. Para nos manter em apetite soube como ninguém achar e dosear os tempêros da sua linguagem, conseguindo torná-la substancial sem ser pesada, e picante e variada sem ser indigesta. E da sua prosa, como bem sua que era, levou consigo o segrêdo para a cova.

Pouco a pouco se irá extinguindo a lembrança do que foi (e Eça de Queirós tão admiràvelmente definiu) *o esplendor da ramalhal figura*. Mas o esplendor do ramalhal estilo, não menos genuíno que o da sua figura, êsse me atrevo a afirmar que perdurará em quanto se falar e escrever a nossa língua.

¡Bom e indulgente amigo, velho que tôda a gente, desde as crianças aos moços, e desde os moços aos outros velhos, achavam da sua própria idade! Nunca lhe surpreendi uma rabujice, e menos ainda um despeito, um azedume, um rancor ou uma maldade. Cada manhã me aparecia, quando juntos morámos no mesmo hotel da Suíça, como que escarolado de corpo e alma, sem ferrugem, de vísceras, pensamentos e sentimentos por igual claros e limpos.

O advento da República perturbou quási catastròficamente a sua vida, já arrumada e serena e fortemente entretecida de hábitos, pronta para a velhice e para a morte. Pois na primeira carta que dêle recebi, depois daquele acontecimento, mais se distingue o seu bom humor do que a sua inquietação e desconsôlo. Escreve-me como se se encontrasse debaixo dos escombros de um terremoto; e faz menção de deitar a cabeça de fora, para me avisar de que escapou com vida, de que ainda mexe! Anuncia-me o seu propósito de se exilar no seu escritório, com os seus livros e a sua pena de escritor, « in angello cum libello ». Refere-me que já oficiou ao seu velho amigo Teófilo Braga, içado a chefe do Estado, para se despedir do serviço público, e que aproveitou a ocasião para lhe mandar de presente o seu chapéu alto, da melhor marca Gélot, calculando que lhe podia ser muito útil para as cerimónias presidenciais, e que para êle Ramalho era de todo supérfluo, agora que ia começar carreira nova e vestir de novo, como aos vinte anos, o jaquetão de operário. E assim prossegue, e assim continuou sempre, sorridente e jocoso, perfilado e juvenil, até que um mal cruel, de que não fui testemunha, o mergulhou no sofrimento e na desesperança, e o levou rudemente para o túmulo!

Cheguei do Rio de Janeiro a Lisboa poucos dias depois da morte de Ramalho e corri a sua casa, à linda mansarda, ao recheado e adornado escritório, tão quente ainda da sua recente presença, tão electrizado ainda dos fluídos do seu es-

pírito, que se tinha a certeza de que a viril figura não tardaria a surgir no vão de uma porta. Mas não surgiu senão a saüdade, a pena que nos resta, a mim e aos meus, de sabermos muda para sempre aquela voz carinhosa e amiga.

E que Deus me perdôe, pois que Ramalho Ortigão me perdoou logo, de ter querido presunçosamente receitar nacionalismo a quem já era famoso mestre dessa doutrina, muito antes de eu nascer para a letra redonda, e nela nos deixou lições onde teremos sempre que aprender, novos e velhos.

Escolhi duas cartas de Guerra Junqueiro, dentre algumas que dêle conservo, e creio ter escolhido as mais importantes, expressivas e, posso dizer até, autobiográficas. Ambas me foram escritas em 1891 e a primeira refere-se ao meu primeiro livro *Poesias*, livro que já em outra ocasião expliquei como passou despercebido e foi enjeitado do público, embora eu nem por isso o enjeite totalmente. Se se tomassem à letra os louvores hiperbólicos, em estilo huguesco, que Junqueiro consagra ao poetinha de mama que eu era, teríamos de assentar que fui então vítima de tremenda injustiça, até hoje não reparada, e aquela carta encetaria lindamente êsse processo de reparação. Mas tal não foi. Junqueiro era injusto no panegírico, como também o era na sátira, e o que as suas palavras mais significam é que engraçara comigo, e que o atraíam o meu ardor, a minha febre, o delírio sentimental e mental em que já se consumia a minha ainda fìsicamente tão tenra e frágil juventude.

Mas, dado êste devido desconto àqueles louvores, não irei até ao extremo de negar que êles me reforçam na convicção, muito minha, de que havia mais interêsse nesse livro do que os letrados e público lho souberam encontrar; e de que, num ambiente mais culto, mais informado, mais estudioso, os meus versos teriam tido maior e melhor comentário. Abstraindo até do que aquelas primícias literárias continham de documental para definir o meu espírito e temperamento, persisto em crer que, sobretudo nos *Pores-de-Sol*, há trechos (como a «Viagem ao Minho», «Dora», «Melodia Outomnal», os sonetos coimbrãos, e as redondilhas do «Fim») que não desmereceram.

Tomara eu ainda agora escrevê-los! Tudo o que no livro cheira ou sabe a Coimbra é original, e creio que sentido, e bastante bem expresso. E não há página onde não surja, por vezes entre verdes infantilidades, alguma imagem, ou epíteto, ou sensação interessante. E perdoa, ó leitor! êste louvor em bôca própria — a quem tantos lustros esperou, debalde, que êle brotasse das alheias...

Já na primeira carta, mas sobretudo na segunda, escrita meses depois, Guerra Junqueiro dá caudaloso curso às suas opiniões literárias, aos seus projectos poéticos, oferecendo inapreciável material de estudo aos seus futuros críticos. Repare-se que essas cartas foram escritas um ano antes do *Só*, três anos antes das *Palavras Loucas*, e quando ainda se não haviam publicado os *Simples*, aliás já quási totalmente escritos. Entretanto bem se vê do que me escreve que já andamos a discutir nacionalismo, obsessão minha, e que êle não aceita tôdas as minhas ideias. É aquela também a época em que se lhe revela a nova corrente francesa do simbolismo, com as suas verdades e mistificações. Junqueiro acolhe-a como a uma maré inesperada, impetuosa, que parece desejosa de tragá-lo. E é digna de ver-se a sua atitude de defesa, e a presteza com que se sobrepõe às atrevidas ondas e se prepara para boiar sôbre elas.

Houve quem insinuasse, e quem de boa fé, acreditasse, que nos *Simples* havia influências do *Só* e dos versos de Eugénio de Castro. Bastaria a segunda carta de Junqueiro para provar a inanidade dessa suspeita. Manda a justiça dizer que se influência houve, aliás indeterminada e genérica, foi em sentido inverso, e que os poemas dos *Simples*, que o poeta já em 1891 me comenta com tanta largueza, estavam escritos na sua quási totalidade e nos haviam sido por êle declamados, impressionando-nos formidàvelmente.

Também é curiosa a persistência, que não perdeu até ao fim da vida, com que Junqueiro alude ao seu projectado e nunca realizado *Prometeu*, atribuindo-lhe méritos que não concede a nenhum dos seus outros livros. Parece que no seu espólio poético há trechos surpreendentes dêsse sonhado poema. Faço votos por que se publiquem quanto antes e creio que

os inumeráveis e desordenados papéis junqueirianos, cheios de notas, planos, versos sôltos, apontamentos e rascunhos, precisam de urgente arrumação e selecção, antes que se apague o lápis ou tinta em que foram escritos, ou que algum acidente os disperse.

Em-fim, veja-se e admire-se, nessas cartas, a simpatia do grande poeta pela mocidade, o caso que fazia dela, como estava atento às suas tendências e aspirações. É essa uma das mais claras provas que conheço, não só da elevação como da receptividade do seu espírito. Junqueiro nunca se contentou com ser porta-voz de si mesmo e quis ser sempre intérprete da comunidade, cujos instintos percebia, a cujas paixões e fés nunca foi surdo nem insensível. Agostinho de Campos intercalou, na crítica da poesia de Junqueiro, uma palavra nova, e fortemente pensada, ao dizer que havia nêle a alma e a vocação, embora com falhas, de um poeta épico.

E, se não digo mais, é porque já em outro lugar [1] rendi preito ao seu génio e à sua velha amizade.

Buenos Aires, 1924.

ALBERTO D'OLIVEIRA.

CARTA DE OLIVEIRA MARTINS

Cascaes 9 — Meu querido poeta e amigo: [2]

Cá recebi as suas Palavras *que em vez de* Loucas *me pareceram cheias de imaginação e sentimento exacto,* afinado. *Dou-lhe os parabens pelo seu livro que, sobre o conhecido poeta, revela um prosador. Um bocadinho menos de affectação* nephelibata *e os* caldos de Vieira *da pharmacia de Herculano hão de temperar o seu estylo, ao mesmo tempo que os annos, a experiência e o estudo definirão o seu pensamento. Ha nelle*

[1] No *Instituto* de Coimbra, número de Fevereiro de 1924.

[2] Esta carta é de Maio ou Junho de 1894, semanas depois do aparecimento das *Palavras Loucas* em fins de Abril dêsse ano.

a forte semente de nacionalismo e o proposito de rejuvenescimento pelo baptismo ou confirmação popular: isto é fundamentalmente solido.

Desculpa-me estas observações de um velho e porisso caturra? Estou que sim, porque é de sobra intelligente para perceber que lh'as não faria se não tivesse sobre a sua obra a opinião mais lisongeira.

Deixe-me agora agradecer-lhe as referencias que o seu livro encerra a meu respeito, com uma reserva só: é que eu não sou dubio, nem hesitante. Sceptico talvez, na esphera intellectual das coisas. Mas dubio, não. Reservado sim; e cada vez a toleima e a semsaboria do mundo me aconselham mais a reserva prudente. Affirmativo tenho sido de mais, e contra a hesitação depõe a minha vida inteira conquistada a murro.

Adeus. Quando o verei em Lisboa, nesta Lisboa tão sua aborrecida? Ainda bem que esse odio não se estende aos habitantes, pois eu creio ser contado como seu amigo m.to obr.º

OLIVEIRA MARTINS.

CARTA DE EÇA DE QUEIRÓS

Paris, 6 Agosto 1894 — Ex.mo e caro amigo:

Não me queira mal, ou esqueça o mal que me tenha querido, por eu só tão tarde agradecer o elegante Livro.

O Coração põe e a Vida dispõe: e a minha tão tyranicamente se tem comportado que não me deixa tempo para cumprir uma obrigação, logo que a ella se misture muita devoção.

Foi com alvoroçada sympathia qne abri as folhas das Palavras Loucas. *Mas* Loucas *porquê? Através dellas só entrevi Razão, e madura, ou na facil vespera de amadurecer. E nellas proprias só vi precisão, limpidez e rythmo, que são qualidades da Razão e das melhores. É por esta linda arte de bem dizer que eu o quero sobretudo louvar — ou antes felicitar, porque a prosa é um dom, e dos Deuses, como a Belleza. Emquanto às suas ideias — não lhe parece que o Nativismo e o Tradicionalismo, como fins supremos do esforço intellectual e*

artistico, são um tanto mesquinhos? A humanidade não está toda mettida entre a margem do rio Minho e o cabo de Santa Maria:—e um ser pensante não pode decentemente passar a existencia a murmurar extaticamente que as margens do Mondego são bellas! Por outro lado o tradicionalismo em literatura já foi largamente experimentado, durante trinta largos anos, de 1830 a 1860—e certamente não resultou d'elle aquella renovação moral que Portugal necessita, e que o meu amigo d'elle espera. Tivemos xácaras e romanceiros, e lendas, e solaus, e moiros, e beguinos, e bèsteiros, e sujeitos blindados de ferro que gritavam com magnificencia:—«Mentes pela gorja, D. Villão!»—, e uma porção immensa de Novellistica popular, e paisagens affonsinas com torres solarengas sobre os alcantis, e tudo o mais que o meu amigo reclama como factor essencial de educação... E de que serviu tudo isso para o aperfeiçoamento dos caracteres e das intelligencias, ou sequer para a sua renacionalisação? De resto o movimento tradicionalista, cuja ausencia o meu amigo lamenta, ainda não cessou, está em torno de si. Thomaz Ribeiro, Chagas, e toda a sua descendencia litteraria, são tradicionalistas. E esses Principes Perfeitos *e* Duques de Vizeu, *e* Pedros Crus, *e* D. Sebastiões, *que frequentam o palco de D. Maria, não creio que tivessem chegado ahi, de Paris, pelo* sud-express. *E o resultado?...*

Não, caro amigo, não se curam miserias ressuscitando tradições. Se a França, depois de 1870, tivesse resumido todo o seu esforço em renovar na litteratura as Chansons de Geste, *ainda cá estavam os Prussianos. O dever dos homens d'intelligencia, n'um paiz abatido, tem de ser mais largo do que reconstruir em papel o castello de Lanhoso ou chamar as almas a que venham escutar os rouxinoes do Choupal de Coimbra.*

Em todo o caso o grito do Tradicionalismo é um bello grito, sobretudo quando nos chega n'uma voz tão polida, e culta, e penetrante, e elegante como a sua. E aqui volto ao meu louvor, o da forma excellente, tão fina e luminosa, que reveste todo o seu livro. Quando se possue um tão bello instrumento deve-se tocar uma aria mais larga e mais profunda que a do neo-medievalismo e do neo-trovadorismo. E, a proposito, o que é o Neo-Garrettismo? Estou com muita curiosidade de saber a que nova concepção do Universo, ou a que novo methodo

scientifico, ou a que feitio original do espirito critico, deu o seu grande nome o mestre genial do Frei Luiz de Sousa. *Se Neo-Garrettismo é um systema que nos habilitará, a todos, a fazer com facilidade* Freis Luizes de Souzas e Autos de Gil Vicente, *então, por Jupiter! sejamos todos neo-garrettistas com fervente enthusiasmo!*

Para me explicar todas estas coisas, e sobretudo para o ver e abraçar, é que eu desejo vivamente que se realise a sua vinda a Paris, que ha tempos me foi annunciada por um amigo. É para este Outono?

E o Antonio Nobre? Sei que elle está em Paris: mas esse moço encantador, d'esta vez, nem me quiz dar o gosto de saber onde installara os seus lares. Da sua morada, onde quer que ella seja, á minha, não haverá (dada a extensão de Paris) mais de meia hora de fiacre. *Eu porém, que sou um fiel ledor de Homero, sei quanto custa aos Deuses descerem do Olympo. Já o dizia Hermeias* (vulgo *Mercurio*) *a Calypso, que, como sabe, morava burguezmente n'uma ilha do Archipelago:* — *« Cuidas que não é uma grande massada descer dos solios estrellados para vir a estes tristes sitios mortaes, onde nunca se respira um bocado de bom incenso, nem se bebe um trago de bom nectar? » — Mas nisto se engana o nosso amigo, porque, se eu o desejava ver, era justamente para lhe repetir quanto o estimo, e para bebermos juntos um pouco de Médoc, que é o desconsolado nectar d'estes tempos. Quando lhe escrever ralhe com elle, docemente.*

E emfim, caro amigo, um bom abraço, depois d'esta tagarellice, e agora e sempre me creia, fielmente, seu muito dedicado

EÇA DE QUEIROZ.

CARTA DE FIALHO DE ALMEIDA

Cuba 2 de Agosto de 1894 — Meu caro Alberto d'Oliveira:

Só agora lhe escrevo a agradecer as Palavras Loucas, *porque, não tendo ultimado a leitura do livro, não saberia exprimir-lhe todo o meu sentimento a respeito d'aquellas paginas*

tão humoristicamente despreoccupadas e independentes, em que V. espraia o seu talento, as suas sympathias e os seus odios litterarios, com uma alma d'artista que me não canço de applaudir. Perdôe-me dizer-lhe que o aprecio infinitamente mais a escrever prosa, e que será esta a forma litteraria que o fará conhecido e querido nas lettras nacionaes. Já mais ou menos conhece o frio que me causam os poetas, mesmo os grandes, e a opinião, por demasia banal, que ainda conservo, de que a poesia seja, entre os vehiculos da ideia e mesmo da emoção, o mais artificial e inferior. O meu amigo transporta para a prosa que assigna, qualidades que lhe são peculiares, e uma d'ellas é a serenidade, superior á sua experiencia da vida, e que me parece ser das mais raras que um prosador moderno deva ter. Essa serenidade, signal de força, ha-de fazer-lhe escapar muitos dos nervosismos e impaciencias que são na arte uma das formas da seducção exterior; — em compensação, porem, a sua obra será luminosa e repousada, e, porisso mesmo, accessivel a um maior numero de simpathias. Vejo em si um vencedor que se define, e que chegará um dia a dominar. O seu tempo é já outro, e a sua vida materialmente sem luctas nem difficuldades, vem toda orientada para a realisação d'uma obra, que eu infelizmente nunca poderia ter escripto. Prognostico-lhe que nunca seduzirá nem enthusiasmará os seus leitores; em compensação, pela certeza do seu rumo, pela tenacidade do seu querer, e pela frieza, um pouco sceptica, do seu espirito, tarde ou cedo ganhará autoridade, e n'esse dia serão modelos e leis, o que fizer. Queira acceitar estas coisas pelo que ellas representam, isto é, como a expressão d'um confrade de lettras que muito o aprecia, e que, se não pode commungar na mór parte das suas crenças e adorações, nem porisso deixa de lhe seguir de longe, com interesse e surpreza, os triumphantes passos pela arte.

Mais uma vez lhe aperto as mãos pelo seu livro, e lhe agradeço as palavras de generosa benevolencia que lá me diz. Sempre ao seu dispor fica o seu admirador e grato servo

FIALHO D'ALMEIDA.

CARTA DE RAMALHO ORTIGÃO

Lisboa 5 de Junho de 1894 — Meu Caro Senhor Alberto d'Oliveira:

Muito obrigado pelo vivo prazer d'arte que me proporcionou a leitura do seu livro, tão cheio de coisas originalmente pensadas e subtilmente escriptas. Não valeria a pena de falar-lhe no bem triste conceito que lhe mereço como escriptor, se da sua critica se não deduzisse que eu sou tão mau portuguêz como mau artista. Espanta-me que um espirito, em geral tão lucido como o seu, repéguinhe na accusação de estrangeirismo, *da qual tantas vezes tenho sido objecto por parte dos seus predecessores na flagellação da critica. Acceito e agradeço com a devida humildade a lição que me dá a folhas 210, onde me diz que* é pela sua terra que sempre se decide. *Peço-lhe porém licença para lhe observar que eu, se me não decidi* tão bem, *me decidi, pelo menos,* ha mais tempo, *no mesmo sentido. Envio-lhe um volumesinho de aspectos da terra portuguesa, do qual verá que eu* tambem lá estive [1]. *Faria quatro ou cinco tomos como esse, se coordenasse e reimprimisse tudo o que tenho escripto e publicado como testemunho da minha enternecida commoção aos contactos da minha patria. Não ha monte nem vale nem rio nem ribeira por esse Portugal todo, que eu não percorresse, por simples namoro, sem nenhum outro fim de interesse ou de curiosidade, á minha custa, em caminho de ferro, em diligencia, embarcado, a cavallo e a pé. Por amor palmilhei repetidas vezes a serra de Ossa, da Arrabida, de Monchique, subi o Marão e subi a Serra da Estrella. Por amor dormi ao relento na leziria do Ribatejo. Por amor andei a monte na serra das Talhadas e no Rego de Chave, e pernoitei deitado nas mangedoiras, sobre o retraço dos machos, em Albergaria das Cabras,*

[1] Era um tômo das *Farpas*, onde se encontram, entre outras formosas páginas, o «Pentieiro da Rua do Almada» e a inolvidável descrição de uma casa de batota na Foz do Douro e do amanhecer na praia da Senhora da Luz. A dedicatória do volume trazia, a seguir ao meu nome, a conhecida frase do quadro de Poussin: «*Et in Arcadia ego.*»

na Trapa e na Farrapa. Por amor me banhei no Douro, no Minho, no Ave, no Vouga, no Homem, no Cavado, no Mondego e no Guadiana. Vae surprehendel-o decerto esta nota: não ha feira franca no reino, em que não tenha estado este seu creado, o qual n'outro tempo comprou, vendeu ou trocou bêsta em Famalicão, Penafiel e em Vizeu. Em moço estava tanto de pé posto nas estradas, que conheci pessoalmente e comi por varias vezes em estalagens com o João Brandão e o José do Telhado, e por algumas vezes dormi aos pontilhões de Brito, na venda do Bento — o Bento de Brito — filho do salteador Pena, que morreu a tiro perto do Porto; e se ainda está vivo o Bento, em Brito, na antiga estrada de Guimarães, lá terá no seu quarto o meu retrato em daguerreotypo, com dedicatoria, assignada por mim. Era elle que me dava pousada quando em noites de inverno eu passava a cavallo para Bouços, onde estava minha mulher, e tinha de ficar em Brito por terem crescido os ribeiros e estarem intransitaveis os caminhos. Outros terão viajado tanto no seu paiz por dever de carreira militar, administrativa ou judicial, ou por curiosidade de naturalistas ou de archeologos; por mero apêgo á arte, á poesia do povo, ao bafo maternal da terra, não me consta de ninguem que andasse o que eu tenho andado e continúo a andar, graças a Deus. Não lhe falo como escritor, não lhe direi que o primeiro artigo que escrevi. o escrevi no dia em que morreu Garrett, para agradecer á sua memoria a impressão que na convalescença de uma febre escarlatina me deixou a leitura das Viagens na minha terra, *gerando a psychose da minha puberdade e decidindo do destino artistico de toda a minha vida. Não lhe direi, visto que o não deduziu do toque da minha lingua, qual foi a minha creação litteraria. Falo-lhe unicamente como almocreve. Escrevo-lhe, sem rascunho, esta carta inteiramente particular, para escorraçar toda a tentação de controversia litteraria; e termino desejando-lhe que para honra das lettras e gloria da* sua *patria (não digo da* nossa *para o não contrariar) Deus o mantenha sempre — com o brilho de talento e a flor de cultura que eu não tenho — tão português de alma, de coração e de sangue como o seu obscuro collega e reconhecido amigo*

RAMALHO ORTIGÃO.

CARTAS DE GUERRA JUNQUEIRO

Meu querido amigo:

Acabo de reler o seu livro. Admiravel! A arte maravilhosa, o sentimento divino. Não é só o artista que me encanta. A forma é pouco, se dentro della não houver alguma flamula imaterial d'amor imaculado, de ternura religiosa, de justiça vibrante. Eu não separo a moral da arte. A sátira é ainda uma forma de idealismo. Christo dava chicotadas.

O meu amigo é um verdadeiro poeta porque a sua alma é verdadeiramente poetica. A bondade para uma obra d'arte não basta, mas é essencial.

O seu livro tem aqui e alem infantilidades, que são simpaticas, e um ou outro janotismo litterario, requinte do ultimo figurino, que no seu segundo volume não apparecerão já. O que me surprehende e me extasia é, alem da musica deliciosa, a alma elevada, o espirito bom e superior que os seus lindos versos me revelam.

Aos vinte annos a Vida para si é já uma coisa séria, um infinito enigma prodigioso e torturante. Existe já no Universo e não na sua rua, como a maior parte dos literatos, raça estreita, cerebros mesquinhos.

Não me alargo nas impressões da sua obra, porque tenciono dedicar-lhe um artigo no «Janeiro». Logo que receba uma serie de volumes de simbolistas(?) *franceses, escreverei um rapido estudo sobre o movimento poetico em França e Portugal* [1].

De novo não ha nada n'esse movimento, alem de simples invenções de technica, muitissimas felizes, outras acceitaveis. Tratarei d'esse ponto.

Emquanto a ideias, é precisamente o que falta á maioria d'aquelles que tenho lido. São Baudelaires onanisados uns, farcistas impudentes outros. Ha-os tambem de grande talento, admiraveis por vezes.

[1] Êstes artigos, como tantos outros projectos de Junqueiro, nunca passaram de projectos.

NACIONALISMO NA LITERATURA

A poesia ha de seguir a evolução do espirito humano, e portanto, a meu ver, ha de ser sobretudo socialista e religiosa.

Como brevemente nos encontraremos, dir-lhe-ei tudo o que penso a tal respeito.

Bella geração academica essa que nos deu já dois poetas como o meu amigo e o Alberto Osorio!

Abraça-o com enthusiasmo o seu am.º af.º

GUERRA JUNQUEIRO

Querido amigo: Desculpe não responder imediatamente á sua carta. Ha dias que passo um tanto peor dos meus incomodos.

Todos os seus projectos literarios me encantam, porque affirmam um ideal de justiça, de bondade e de belleza. Trabalhe. Aproveite os raros dons delicadissimos da sua natureza superior. Não largue de mão o poemeto sobre Camões. Vem na hora propria.

Arte nacional, diz o meu amigo. Ilusão. Em primeiro logar um terreno exhausto, de pedregulhos, não dá searas, cospe cardos. Estevaes de elegias, tojos de sarcasmos, eis a unica vegetação literaria que poderá brotar naturalmente do solo portuguez.

Em segundo logar a arte nacional, anedoticamente, estreitamente nacional, é de sua natureza uma arte inferior. Os Estados Unidos do Globo, eis o ideal supremo. Essa aspiração, que na ordem politica levará seculos a realizar, na ordem abstracta do pensamento é já presentemente uma verdade. Nada d'arte geografica, delimitada por fronteiras.

Arte nacional emquanto á lingua, á expressão, d'acordo. Ahi sim é que ha a fazer reviver o genio obscurecido da nossa raça. Agrada-me portanto a ideia do seu Auto do Pastor Antonio.

A alma primitiva da aldeia transmontana constitue decerto a melhor parte do meu livro de liricas [1]. *Mas não se iluda.*

[1] Refere-se aos *Simples*, ainda então inéditos.

Não são quadrinhos de genero *que procurei pintar. Não é a obra d'um paisagista habil e inovador, em busca do pitoresco inedito, do raro que surprehende. Não. O meu Livro traduz espontanea e involuntariamente o estado da minha alma. Não é a aldeia que é* perfeitamente *assim, sou eu. Fiz camponeses, como eu desejaria sel-o n'esta hora. Encarnei em pastor, em cavador, em boi, em arvore, em montanha. Ha n'esses versos uma dupla realidade: a realidade das coisas, porque existem, embora diversas, e a realidade do simbolo, porque dei a essas coisas a minha propria alma.*

N'este sentido é que a poesia do povo é altamente fecunda e sugestiva. Mas é necessario que a obra d'arte d'ella derivada, dentro d'uma forma, que poderá ser quasi regional, *tenha um pensamento cosmopolitamente humano. Isto é: ser ao mesmo tempo d'uma provincia e do mundo inteiro.*

Para lhe explicar tudo o que desejava, gastaria cadernos de papel. Conversaremos, é melhor.

De resto, meu amigo, a estética como a medicina, só para uso proprio. Cada temperamento tem e precisa a sua. O artista deve antes de tudo fazer arte e não filosofia. As roseiras dão rosas, não escrevem botanica.

A minha simpatia pelos novos é completa. Traga-me os ultimos versos do D. João de Castro. «Alma póstuma», creio eu. Não os conheço. O Julio Brandão que tem feito? Ampliarei o artigo sobre o seu livro, falando de todos os poetas de talento que vão surgindo.

Eu, meu amigo, mal de saude. E preciso viver. É-me absolutamente indispensavel viver ainda 4 anos. Até ao fim d'este ultimarei as liricas, o Portugal no Calvario *(titulo provisorio) e a 2.ª edição da* Velhice do Padre Eterno *com um prologo de 150 paginas. Autobiografia literaria, pontos de vista sociaes e metafisicos. A confissão e explicação de mim mesmo*[1].

Depois enclausurar-me-hei 4 anos dentro do Prometheu, *como*

[1] Leu-me, na sua casa de Viana-do-Castelo, grande parte dêste prólogo, que era essencialmente uma resposta aos argumentos contra a ***Velhice***, condensados por Eça de Queirós numa das *Cartas de Fradique Mendes*. No espólio do poeta deve existir, e por todos os motivos merece ser publicada, essa eloqüente defesa.

dentro d'um mosteiro inaccessivel. É alma da minha alma, o sangue do meu sangue. Com a mesma franqueza com que lhe digo que de toda a minha obra serão legiveis em 200 anos talvez 200 paginas, eu lhe declaro tambem que o meu poema, se tiver tempo de escrevel-o (feito está elle até á ultima linha) será uma grande e formidavel obra d'arte. E virá tambem na hora propria porque resume, formuladas em simbolo, quantas incertas e vagas aspirações balbuciam, adejando aqui e alem, na arte do nosso tempo. Trago a intenção de muito longe, de sorte que á força de a meditar e fecundar, a cristalisei n'uma sintese estupenda, profunda como a noite, nitida como o dia.

Leia as pag. 31 e 32 da introducção da Morte de D. João *e as duas quadras finaes a pag. 42*[1].

Era a visão longinqua. A realidade será o Prometheu. *Deus me dê saude. Tenho fé, que é o pão da alma.*

Cá o espero. Venha breve. Avise de vespera.

(Sem assinatura)[2]

[1] A pág. 31 e 32 da *Morte de D. João* (na edição imediatamente anterior à data da carta) encontra-se o longo trecho que abre pelos seguintes versos:

O amor e o odio, a luz e a treva, o bem e o mal,
Eis a dupla questão.....

E, nas quadras finais da pág. 42, pede-se a Jesus

Que venha fulminar o abutre-tyrannia,
O abutre colossal, feroz, ensanguentado,
Que ha seis mil annos já devora noite e dia
O Prometheu antigo, o heroico sublevado.

Prometheu e Jesus, a liberdade e a crença,
Unidos num abraço estreito e fraternal,
Farão da Natureza uma harmonia immensa,
Farão do velho Deus um Deus universal.

[2] Nenhuma das duas cartas tem data, e a última nem tem assinatura. A primeira é de Maio ou Junho de 1891, e a segunda posterior de um a dois meses.

VIRGEM COM O MENINO por ÁLVARO PIRES DE EVORA.

(Da Colecção dos Conti Agustini, em Pisa)

BIBLIOTECAS MUNICIPAIS DE LISBOA

UNA NUOVA OPERA DI ALVARO PIRES D'EVORA

O Sr. M. Emídio da Silva, distinto amador e coleccionador a quem a Arte portuguesa, no país e no estrangeiro, tanto interêsse tem merecido, comunicou-nos em Janeiro a fotografia dum novo quadro de Álvaro Pires de Évora, existente numa colecção pisana, acompanhado dum comentário do Sr. Roberto Schiff, professor da Universidade de Pisa, ilustre coleccionador que interinamente dirigia então o Museu Civico da cidade do Arno. Na carta que acompanha a fotografia que nos confiou, fala-nos o sr. M. Emídio da Silva de dois quadros desconhecidos do Alvaro portoghese. *Um, hoje desaparecido, legado em tempos pelo coleccionadar Zucchetti ao Museo de Pisa, consta da seguinte descrição do Arquivo da «Opera del Duomo»: «um quadro, alto braccia 2, rapp.te la S.ma Vergine com Gesù bambino e lateralmente due angeli San Giovanni Battista e S.to Antonio Abbate, di Alvaro Peres d'Evora, Portoghese». Dir-se-ia quási uma réplica, pelo assunto, do de Volterra. Não se sabe onde pára. O outro é o que a LVSITANIA tem agora o prazer de reproduzir, comentado pelo Prof. R. Schiff, primícia e honra que devemos à gentileza do Sr. M. Emídio da Silva, a quem dirigimos de novo os nossos agradecimentos.*

N. DA R.

«ALVARO PIRES D'EVORA PINTOU» — così scrisse con un senso d'orgoglio il pittore sotto la magnifica Madonna col Bambino in trono, contornata da otto angeli, che si conserva presso Pisa nella Chiesa di Santa Croce a Fossabanda, entro una cappella laterale di proprietà della famiglia Ferrucci di Pisa, della [illegible] nessuno più vive nella antica città che le fu culla.

Alvaro era fiero della sua opera, come della sua patria. Di questo egli volle lasciare un documento nella sua patria adottiva, e questa lo onora tutt'oggi come uno dei più simpatici pittori del primo quattrocento toscano, e più specialmente senese, giacchè da Sienna egli aveva tratto il nutrimento all'arte sua.

Non intendo di dilungarmi a descrivere e ad analizzare la bella opera luminosa di Santa Croce a Fossabanda. Il Signor Reynaldo dos Santos, nella sua memoria intitolata: « *Alvaro Pires d'Evora, pintor quatrocentista em Italia.* [1] », dedicata a José de Figueiredo, ha ampiamente descritta, discussa e riprodotta la grande tavola della chiesa di Santa Croce a Fossabanda presso Pisa, ed ha anche tenuta parola delle altre opere di Alvaro Pires, note fino allora. Queste opere sono:

1. La Madonna del Convento di Nicosia presso Calci nei dintorni di Pisa segnata:

« Alvarus Petri de Portogallo pinxit. »

2. Il polittico con predella nel Palazzo dei Priori di Volterra che era sottoscritto:

« Alvarus Petri N...s Portugalii pinxit. »

3. Al Brunswick, in Germania, un Altare chiudibile, con due ali, firmato:

« Alvarus Petri MCCCCXXXIIII. »

Come ho detto, la derivazione della maniera di Alvaro Pires dall'arte senese è innegabile. Nel raggruppare, nel muovere e nel vestire le sue figure traspare l'influenza di Duccio di Buoninsegna, della sua scuola e dei suoi seguaci fino a Taddeo di Bartolo il quale lavorò a Pisa, ad intervalli, dal 1390 fino verso la fine del secolo. Può anche darsi che Alvaro e Taddeo si siano trovati contemporaneamente in quella città; ma, tra le opera di questi due pittori, se anche vi sono dei punti di contatto, questi non sono però sufficienti perchè si possa asserire che vi siano stati tra loro dei rapporti come da maestro a seguace, mentre la loro affinità reciproca potrebbe invece essere semplicemente prodotta da uno stesso ambiente di sviluppo.

[1] Imprensa Libânio da Silva. Lisboa, 1922.

ALVARO PIRES D'EVORA

Secondo il mio modo di vedere, credo che, più che a Taddeo di Bartolo, Alvaro Pires si sia inspirato a Bartolo di maestro Fredi, pure senese, morto tra il 1409 ed il 1410.

Si confrontino le mani, le decorazioni delle vesti e le curve dei bordi di queste col n.° 1072 del Museo dell'Imperatore Federigo di Berlino, dove Bartolo di Fredi è confuso con Lippo Memmi.

Questo è quanto si poteva dire finora di Alvaro Pires d'Evora, mentre oggi, venendo a conoscere uma nuova — quinta — opera sua, potremo aggiungere qualche nuova considerazione a quelle sopra enunciate.

La nuova opera è rappresentata dalla figura qui riprodotta. È una Maddona col Bambino e si trova già da moltissimi anni nella casa dei Conti Agostini in Pisa.

Le misure esterne della cornice sono di centimetri 49 per 69, quelle della tavola dipinta visible sono di centimetri 34 per 54 ½. É probabile che una piccola parte del quadro sia nascosta sotto la striscia di legno di centimetri 7 ½ circa, che fa da cornice. Questa striscia è solidamente applicata sopra una cassetta bassa di legno di pioppo, tinta di color noce. Questa cassetta contiene il quadro, dimodochê non si può vedere liberamente il didietro della tavola che porta il dipinto. Credo che anche questa tavola, portante la pittura, sia di pioppo, ma non ne sono sicuro.

La striscia, larga centimetri 7 ½, che, come ho detto, funziona da cornice è bensì antica, ma fu ritinta e ridorata circa un secolo addietro.

Questa cornice porta un fregio a corridietro di grosse foglie di quercia a forte rilievo, accartocciate, stilizzate e dorate, accompagnate da coccole, apparentemente di cipresso, a fortissimo altorilievo.

La pittura, a tempera, è in istato abbastanza buono, sebbene sia stata restaurata in antico in più punti, e sebbene abbia anche dovuto subire una lavatura.

I colori sono chiari e luminosi: la Madre ha i capelli biondi, il panno o velo che le avvolge la testa è bleu-verdastro, il vestito rosso ed il mantello bleu scuro. Il Bam-

bino ha pure i capelli biondi, e questi sono finemente disegnati col penello: pelo per pelo. Egli, colla destra, tira affettuosamente a sè il velo della Madre, con una mossa che ricorda vivamente alcune tavole di Duccio o della sua scuola, e stringe nella sua sinistra un cardellino.

Gl occhi delle due figure sono largamente aperti, ma non hanno molta espressione; il disegno è discreto, ed è bella la mano destra della Madonna.

Le forma delle teste sono caratteristiche, sono analoghe a quelle che si vedono nelle altre opere di Alvaro. I vestiti delle due figure si vedono accuratamente decorati con dei ricami e con frangette a colori svariati.

I caratteri generali del dipinto, nelle persone, nei panni e nel materiale usato, corrispondono a quelli generalmente comuni presso i pittori italiani, anzi senesi, del principio del quattrocento, ma quello che mi pare esotico, iberico e addirittura catalano, è la decorazione della cornice, come anche quella del fondo dorato del quadro.

I «fondid'oro» toscani di quell'epoca sono quasi sempre lisci; tutt'al più vi si vedono qualche volta, specialmente nei quadri senesi, delle piccole trine impresse nell'oro tutt'intorno al campo del quadro, oppure intorno alle aureole degli angeli e dei santi.

Nella « Madonna Agostini », invece, tutto quanto il piano dorato è coperto di fogliame e fiori dorati e stilizzati a bassissimo rilievo, quasi a graffito, come usavano di fare in Ispagna, in Catalogna e anche nelle provincie limitrofe, Pere Serra, Luis Borrassá, Benito Martorell ed altri, sul limitare tra il XIV ed il XV secolo.

Anche la cornice a fogliame unito ad una specie di coccole o ghiande a forte alto-rilievo, come l'ho descritta più sopra, non è di tipo italiano, ma mi pare che ricordi molto le decorazioni architettoniche catalane.

Non so, poi, se quella cassetta chiùsa, invece di una cornice, come la vediamo nella « Madonna Agostini », sia stata di uso comune in Catalogna al principio del secolo XV. Certamente per il quattrocento italiano essa è eccezionale.

Tutta questa ornamentazione esotica per l'Italia, mi lascia supporre che Alvaro Pires d'Evora, nato in Portogallo, possa

aver avuta la sua prima istruzione pittorica in Catalogna, o in qualche vicina provincia della Spagna orientale, e poi possa essere venuto in Italia, dove si sarebbe tanto e così egregiamente immedesimato nell'arte senese da poter venir annoverato tra i buoni pittori locali della sua patria di adozione.

Se questa mia supposizione intorno alla via che avrebbe percorsa Alvaro Pires per venire in Italia e per diventare un artista italiano fosse dimostrata vera e corrispondente alla realtà, si potrebbe anche arguire che la «Madonna Agostini» sia, in ordine di data, la più antica delle opere finora conosciute del nostro pittore.

Del resto questa mia supposizione è forse nuova in quanto riguarda Alvaro Pires, ma non è nuova in sè, e già altre volte si è discusso della probabile presenza di pittori portoghesi in Catalogna nei primi anni del secolo xv [1].

Lo stesso sentimento che mi spinge qui a chiamare l'artista «il nostro pittore,» viene espresso con gentilezza anche dal Signor Reynaldo dos Santos nella sua memoria già citata quando conclude a pagina 10 dicendo:

«Podemos orgulhar-nos de ter dado à Toscana um dos «pintores mais encantadores do comêço do seu «quattrocento»... «Tal se nos revela hoje, para glória da arte que o inspirou «e da raça que o gerou, a importância do pintor português «Álvaro Pires d'Evora.»

Pisa, 1° Dicembre, 1924

ROBERTO SCHIFF

[1] Vedi S. Sanpère y Miguel: *Los Cuatrocentistas Catalanes*. Tomo II, Capitolo I. Barcelona. Libreria L'Avenç.

A ADORAÇÃO DOS MAGOS

DESENHO DE DOMINGOS A. DE SEQUEIRA

(Museu Nacional de Arte Antiga)

A ADORAÇÃO DOS REIS MAGOS

O desenho a carvão realçado de branco de D. A. de Sequeira (1768-1837) que «LUSITANIA» reproduz, é um dos quatro cartões — gloria do Museu Nacional de Arte Antiga, — que constituem estudos preparatorios para os preciosos quadros da coleção dos Senhores duques de Palmela, representando a Adoração dos Magos, *o* Calvario, *a* Ascenção *e o* Juizo final.

A adoração — *talvez o mais belo dos quatro carvões, embora Raczinski preferisse o* Calvario *a que a meu vêr falta unidade de composição — foi executada cerca de 1828, em Roma, no ultimo periodo da actividade artística do mestre, atingido poucos anos depois (1833) pela doença que havia de paralisar a fecundidade do seu génio.*

Sequeira, cujo extraordinario talento de intuição e assimilação encerra o segrêdo da mobilidade da sua personalidade artística, alcançara neste periodo já avançado da vida, aos 60 anos, um dominio perfeito da tecnica, uma independencia e uma frescura de inspiração que geraram na sua alma iluminada de místico, algumas das visões mais espirituais da pintura portuguêsa de todos os tempos.

Estes cartões, como o retrato de sua filha que depois pintou, são exemplos notáveis do acabamento a que levava por vezes o desenho, antes de o transpor em côr, sem nada em geral lhes acrescentar ao que já amplamente exprimira. Tal é a sedução que o lápis exerce sobre este desenhador de génio e que sabe encontrar, no preto e no branco, toda a gama dos valores com que a sua visão por excelencia se exprime.

Quanto á essencia da sua arte, Sequeira possuiu duas grandes forças. Uma, na tradição nacional do naturalismo, tor-

nou-o superior no retrato; e este artista, pouco culto e de pouco gôsto, sentiu sobretudo o modelo no rigoroso realismo das suas fórmas e expressões, que raras vezes estilisou ou corrigiu.

A outra qualidade, rara entre nós, foi a da sua imaginação poderosa e viva, fertil na invenção e no improviso, cheia de élan *e de fuga, com o segredo de compôr, agrupar e movimentar.*

Mais desenhador do que colorista, os quatro cartões exprimiram logo, na expontaneidade da composição e no patético do claro-escuro, tudo o que a alma deste grande intuitivo visionara nas evocações do nascimento, da morte e da transfiguração, concebidas no misterio da luz e das sombras. Sequeira elevou-se nestas composições a uma altura tal, que lembrou logo a Raezinski (que até então o depreciara) a aproximação formidavel de Rembrandt. Mas essa influencia não é uma imitação e a propria essencia da arte de Sequeira é diversa da do mestre de Harlem.

O sentimento musical que estes dois contrapontistas da luz exprimem, tem nas aguas-fortes de Rembrandt oposições de grandêsa wagneriana, com negros clangorosos e harmonisações de brancos que pairam como os acordes do Parsifal. *Sequeira compraz-se antes nos meios-tons e as suas harmonias fluídas esvaiem-se em modulações de* Cathédrale engloutie.

Sob este ponto de vista, a Adoração dos Magos *realisa talvez, na obra de Sequeira, a suprema expressão de magia em agrupar as massas para logo as dissolver em manchas incorpóreas em torno da estrela que conduz os Magos — que é o tema essencial da composição. É ela que desfazendo-se em poalha etérea derrama um ambiente de transfiguração que toca de sobrenatural e imolilisa em extase as figuras da adoração — desmaterialisadas e espiritualisadas para além das formas e da côr.*

R. S.

NOTÍCIAS DE PORTUGAL DE 1578-1580

SEGUNDO CARTAS DE UMA CASA COMERCIAL NEERLANDESA

II

NESSE tempo, em que as gazetas começavam sòmente a aparecer em certas cidades principais, era pela correspondência dos mercadores que as novas de sucessos importantes geralmente corriam mundo. De feito, as necessidades do tráfego, requerendo a freqüente permuta epistolar, adaptavam a essa função acessória os estilos comerciais, e tornou-se uso do negociante, quási dever, informar o correspondente dos acontecimentos notáveis, ao mesmo passo que da situação dos mercados. E assim ao útil, que importava ao negócio, se juntava o agradável, na satisfação da curiosidade. De mais valor eram as novas sôbre a política, porque delas muitas vezes dependiam os negócios.

Não faltou à praxe a casa holandesa de que possuímos a correspondência, e nesta encontramos a resenha das principais ocorrências em Portugal, desde a partida de D. Sebastião para o desastre de Alcácerquibir, até à entrada de Felipe II no reino. Na verdade, essas notícias nada adiantam ao já sabido na história; valem porém como testemunho contemporâneo, e reflexo da opinião reinante. Como tais não serão totalmente destituídas de interêsse, para quem o tem pelos coisas do passado. Quem dá as novas é umas vezes Gaspar Cunertorf, outras o sócio Hans Snel. São enviadas a comerciantes em relação com êles, e principalmente ao associado João Jansen. Para simplificação, não se mencionam nos extractos os destinatários, mas sòmente as datas.

1578 — Fevereiro 14.

Morreu la Reyna nostra Senhora a 12 do presente, *digo* [1] de 11 para 12 de Fevereiro à meia noite, e partiu para o Senhor, com que todo o reino ficou mui triste, e com *justa causa*, porque ela era uma boa *coluna* de Portugal.

1578 — Março 15.

Desde ontem se acham arrestados todos os navios, aqui e em Setubal, de sorte que virá a subir o preço do sal em nossas terras, se não fôr levantado o arresto. Espera-se todavia que os barcos já carregados possam seguir viagem, ficando outros para o serviço régio, e levarem gente e mantimentos á África. Se em França houver falta de sal, é provável subir muito o preço em nossa terra, porque todo este ano, e em quanto a guerra durar, hão de ser arrestadas todas as embarcações.

1578 — Maio 18.

Os navios que compraram sal a Vossa Graça [2] estão na maior parte aqui, e todos carregados; os que foram arrestados pudemos livrá-los com o *favor* de certos *oficiais* e gratificações. Todas as embarcações de Hamburgo, e cêrca de 46 hollandêsas, acham-se embargadas (geembargerdtt) aqui e em Setubal, para conduzir mantimentos, munições e soldados à África, de modo que' não volte a metade dos navios sem lá chegar a outra metade; por isso póde bem acontecer se eleve aí (em Amsterdam) o preço antigo por *causa* do arresto; a saber, 3oo reis em Setubal e 35o em Lisboa.

1578 — Julho 26.

Por cá só há de novo ter ido o nosso rei de Portugal para a África, com 1400 velas e 6o mil homens; desembarcou em Arzila, e se dirige *por terra* a Larache (Caratssa) que pretende tomar. Do que tem passado lá não há notícias ainda.

1578 — Agosto 27.

As sarjas hão de subir a 6 mil reis ou pouco menos quando sairem as naus da Índia. E também por motivo da lastimosa morte do rei de Portugal e tôda a sua nobreza, a 4 de Agosto, na Berberia, entre Alcacer e Arzila, onde no espaço de duas horas foi tudo destroçado, morto e cativo. O rei, aprisionado com muitas feridas de lança e espingarda

[1] Assim no original. O itálico significa estarem as palavras em português no texto primitivo.

[2] No original V. L., que parece representar Uwe Liefelijkheid, correspondente a Uwe Edelheid, Vossa Nobreza, tratamento de hoje.

trouxeram-no meio morto para Alcacer, e aí esteve tres dias, até que acabou. Então, segundo dizem, lhe cortaram a cabeça, que foi levada para Marrocos, sendo o corpo embalsamado com muita reverência e carinho pelos fidalgos cativos, os quais eram todos príncipes, duques, condes, barões, marqueses, e outros grandes e gente principal, presentes na batalha. O número dos cativos anda por dez mil, que com os mortos em combate fazem 16 ou 17 mil homens, de que não escaparam vinte e cinco. Deus acuda ao reino neste seu terrivel estado de *miséria* e desgraça! Ainda a quem, como nós, não é *vassalo* ou *natural* parece estala o coração de ver e ouvir nesta cidade tanto dano, lástima e «destruction y desonora», que à nação causaram nossos pecados. Junto com êles o desatino do rei, que por sua temeridade e leveza foi causador de tudo, fazendo pouco do inimigo e não querendo atender aos avisos de seus capitães.

De dois dias a esta parte nada mais se faz por cá senão andar em choros e prantos (pranteiren), preparar lutos, e dar as ordens para a coroação do novo rei, Cardial Henrique. Ontem arrastaram as *bandeiras de dó* e quebraram 3 escudos, (schudos), um defronte *da porta da sé*, outro em frente da igreja do hospital do Rocio, o terceiro em meio da Rua Nova, gritando em altos brados que chorassem todos a morte de El-rei D. Sebastião.

Há dois meses tudo aqui está mudado, e o grande *animo* e alegria em pouco tempo se tornaram tristeza. Agora cuidam também das ordens para serem resgatados os fidalgos, por certa soma, e depois dêles os príncipes. Dizem vai ser aclamado rei, com toda a solenidade, o Cardial D. Henrique, ha seis dias jurado *governador* e *sucessor*, e também que há de vir o príncipe de Espanha mais novo, para se criar (crieren) aqui, e casar depois com a filha do Duque de Bragança, afim de que a nação tenha rei. De quatro anos para cá tem diminuido muito o número dos príncipes em Portugal.

1580 — Fevereiro 18.

Em Espanha se faz grande *aparato* bélico por mar e por terra, motivo porque estão lá arrestando os navios; e assim, em vindo a primavera mais arrestos haverá; pelo que o maior numero das embarcações correm para Lisboa, comquanto a mim me pareça que aqui também as hão de arrestar. Por isso penso nos devemos contentar (contentieren) com 12 a 15, já que não podemos sondar o que tem na mente o rei de Espanha e os governadores cá. O mais corrente é que tanto a Espanha, como Portugal, estão com intentos sôbre África. Alguns pretendem (pretendirren) e esperam esteja ainda vivo o rei D. Sebastião; dizem uns que incógnito na Berberia, outros em Espanha. *Finalmente* certeza não há nenhuma. Diz-se também que são contra Portugal os armamentos (de armada) de Espanha, e que Filipe se quere apossar do país pela força, sem esperar por sentença da justiça. Oxalá pudéssemos adivinhar o que está para acontecer.

1580 — Maio 24.

Há receios de guerra com Espanha, desde que faleceu no último de Janeiro o nosso rei cardial, sem deixar determinado quem há de herdar o reino, achando-se o caso agora em mãos de juizes. Os pretendentes são quatro: Filipe, rei de Espanha e o Duque de Saboia, ambos filhos de irmãs de D. Henrique; a Duquesa de Bragança filha de um irmão; e D. Antonio, filho de outro irmão; êsse bastardo, o qual pretende provar que o pai o legitimou. O pleito versa sôbre qual dos quatro herdará a coroa. Filipe tem juntos na fronteira quarenta a cincoenta mil homens, para submeter Portugal pela espada, se lhe fôr contrária a sentença. O povo não quere de forma alguma passar à obediência de Espanha, e prefere o Duque de Sabóia, que é viuvo e tem um filho. Se tal vem a suceder teremos Filipe em armas contra nós, e assim sucede que a toda a hora esperamos guerra. Por isso é minha opinião que Vossa Graça se deixe ficar por lá (em Dantzig) até isto acabar, pois se tivermos guerra não haverá negócios, nem aqui se estará bem. Ninguém quere de maneira nenhuma sujeitar-se à Espanha; estão sendo as fronteiras guarnecidas de gente, e todos os fortes se acham bem providos. Fizeram-se cinco governadores para o reino afim de que haja regentes. Dos cinco, três são inclinados à Espanha e dois contrários. O povo baixo não quer de nenhuma maneira sujeitar-se à Espanha. Em quanto as coisas assim estiverem e houver peste em Lisboa não é de bom conselho voltar. Tão depressa me pareça o tempo socegado, darei aviso a Vossa Graça, para regressar.

1580 — Dezembro 14

Este ano pouca disposição temos tido para entrar em negócios por causa da peste, que faz muitas mortes, não valendo a pena alarga-los, para ficarmos sobrecarregadas de dívidas ou de fazendas por vender. Temos passado muitos *trabalhos* (trabalhos gepassiert), com a peste tão intensa que Lisboa inteira tem adoecido, e agora com a guerra do rei de Espanha, que totalmente subjugou e tem destruído a Portugal, conforme vou contar.

A 25 de Agosto acometeu o exército do rei de Espanha ao de D. António, que tinham aclamado rei de Portugal. Os portugueses puseram-se em fuga e debandaram, vindo parte para a cidade, onde cêrca de mil puderam esconder-se, dispersando-se o resto. D. António, que tinha situado bem o exército em Alcantara, do lado de cá, também se acolheu à cidade, mas saiu por outra porta, e pôde assim, até o dia de hoje, salvar a vida. Os espanhóis, vitoriosos, perseguiram os portugueses até junto dos muros, e os habitantes de dentro abriram-lhes as portas, aonde veio o Duque de Alva em pessoa, e mandou, sob pena de vida e perdição de bens, que ninguem ousasse penetrar na cidade nem pilhar. Concedeu o saque dos *arrabaldes* (ribaldas) de Lisboa, e cinco milhas à roda, de sorte que todos os subúrbios foram saqueados, isto

é: desde o Corpo Santo, portas de Santa Caterina, da Mouraria, da Cruz, de Santo António e do Mar, e cinco milhas à roda, tudo foi devastado. Com isso tivemos nós alemães grandes perdas, pois todo o nosso trigo, madeiras, breu, alcatrão, cabos, se achava fora da cidade, e foi tomado, tendo agora de o resgatar. Da fazenda, minha e dos bons amigos que me a tinham mandado para negociar, tomaram 560 moios de trigo e 400 toneladas de farinha, que à custa de muito dinheiro pude recuperar. Tomaram-me ainda 90 quintais de marfim, que estão perdidos e se não podem resgatar, porque exigem por eles mais que o valor. O centeio foi resgatado de 40 a 42 mr.[1] o alqueire, o trigo baixo de 50 a 52 mr., e o bom a 75 e 76; a farinha a 8 reais a tonelada.

João Snel experimentou grande dano, por ter a casa fora da cidade, da qual tudo lhe tiraram, não só o que era de comércio senão também alfaias. Toda a fazenda que eu tinha em *poder* de João Snel para ser vendida foi considerada boa presa e sujeita a resgate.

Ainda, graças a Deus, nos ficou uma grande partida de centeio, que estava em «las Casas de Carbon»[2] e não nas Tercenas[3]. Ainda também conservamos 17 ou 18 sinos dos maiores[4] que estavam defronte do *armasem* (almasyn), e foram defendidos como fazenda real. Em *suma*, o nosso prejuizo[5] é grande, mas seria maior ainda, se tem ficado D. António, que se apoderava do que lhe apetecia, sem nada pagar. Espero agora que Deus nos compensará êstes danos, porque há de haver aqui mais negócio que de muito tempo a esta parte, e até se diz vão passar para cá os contratos (contractatio) de Sevilha. Todos os géneros vão subir de preço, agora que o reino está quieto, e D. António de todo repelido. Êsse fugiu de aqui para Coimbra, e de lá para Aveiro e Porto[6], tendo juntado 15 a 16 mil homens. O Duque de Alva, sabendo estar-se êle tornando forte outra vez, mandou em sua perseguição Sancho de Avila, com seis mil homens escolhidos. D. António aguardou-o nas vizinhanças do Pôrto, mas, quando se aproximava, novamente os portugueses fugiram, sem esperar o combate, e êle se bem que acossado de perto pôde escapar-se. Há quem diga que o mataram; se assim foi, ficaremos aqui em paz.

[1] Parece ser abreviatura de *maravedis*, como adiante *reais* se refere a moeda de Castela.

[2] Provàvelmente Cais do Carvão, a Santa Apolónia, onde havia armazéns para êle.

[3] *Terranas* no texto holandês; evidentemente má leitura do original.

[4] Deviam provir da pilhagem das igrejas, pelos iconoclastas, nos Países Baixos. Por diferentes vezes a firma recebeu essa mercadoria, de que se enviava o material para a Índia.

[5] Ou *a soma do nosso prejuizo*. *Suma unse schade* no original.

[6] A última frase muito incorrecta na transcrição: «Van hir verloopen thot Ombra vnde van daer na Auero porta», como se lê no impresso, e certamente não foi escrito assim.

Está-se à espera do rei de Espanha para assistir às Côrtes em Almeirim (Almosyen), e pôr em boa ordem e polícia as cousas de Portugal. Agora ficará esta praça muito próspera, e aconselho a Vossa Graça venha com tôda a presteza que lhe fôr possível para ficar por cá.

Em tudo isto, comércio e política, se entrelaça um triste drama de amor. As cartas desta correspondência, com excepção de poucas, são dirigidas a João Jansen, que como vimos morava em Lisboa na casa de Cunertorf. Antes de deixar Portugal, ajustara êle casamento com uma sobrinha da mulher do seu hóspede, Ana Galoa, ou Galvoa, tendo feito uma escritura de promessa, na qual declarava que, por serem ambos ainda muito jovens, se ausentava por três anos, e tornaria depois para as núpcias. Trocaram-se presentes, e Cunertorf dotou com 300 mil réis a sobrinha. Parece porém que as distracções da viagem arrefeceram a paixão do noivo, se é que paixão o levava ao casamento. Em Dantzig galanteou a mulher do correspondente, também compatriota, que lhe dera hospedagem, e foi por isso expulso da casa. Depois todos os pretextos lhe serviram para se esquivar ao prometido. A princípio, o próprio Cunertorf lhe facultou os motivos; mais tarde, quando êste o instava ao regresso, escusou-se, exigiu um dote de 3000 cruzados, e acabou por alegar que a noiva prometera a mão a outro homem de Kampen, que visitara Lisboa, o que parece não ser verdade. O tio repeliu indignado a desculpa, e assegurou que ela, com seu consentimento não desposaria outro, senão aquêle a quem se tinha obrigado; antes a faria entrar em um convento. O certo é que para o convento ela foi, como de uma carta de 12 de Julho de 1585 se depreende. Dêste rompimento de noivado, e do ajuste de contas entre Jansen de um lado e Snel e Cunertorf do outro, nasceu o processo judicial, a que devemos o ter-se conservado até hoje esta elucidativa correspondência.

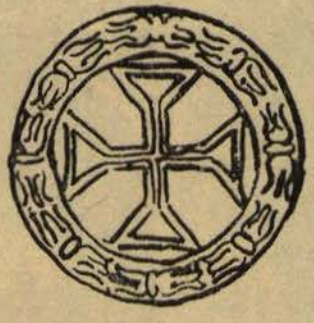
Cartas e documentos são escritos em língua, que não cumprira ainda a sua evolução, e se acha mais perto do falar de Leste originário que do neerlandês de agora. A ortografia é bárbara, incerta, e a má escritura terá a culpa

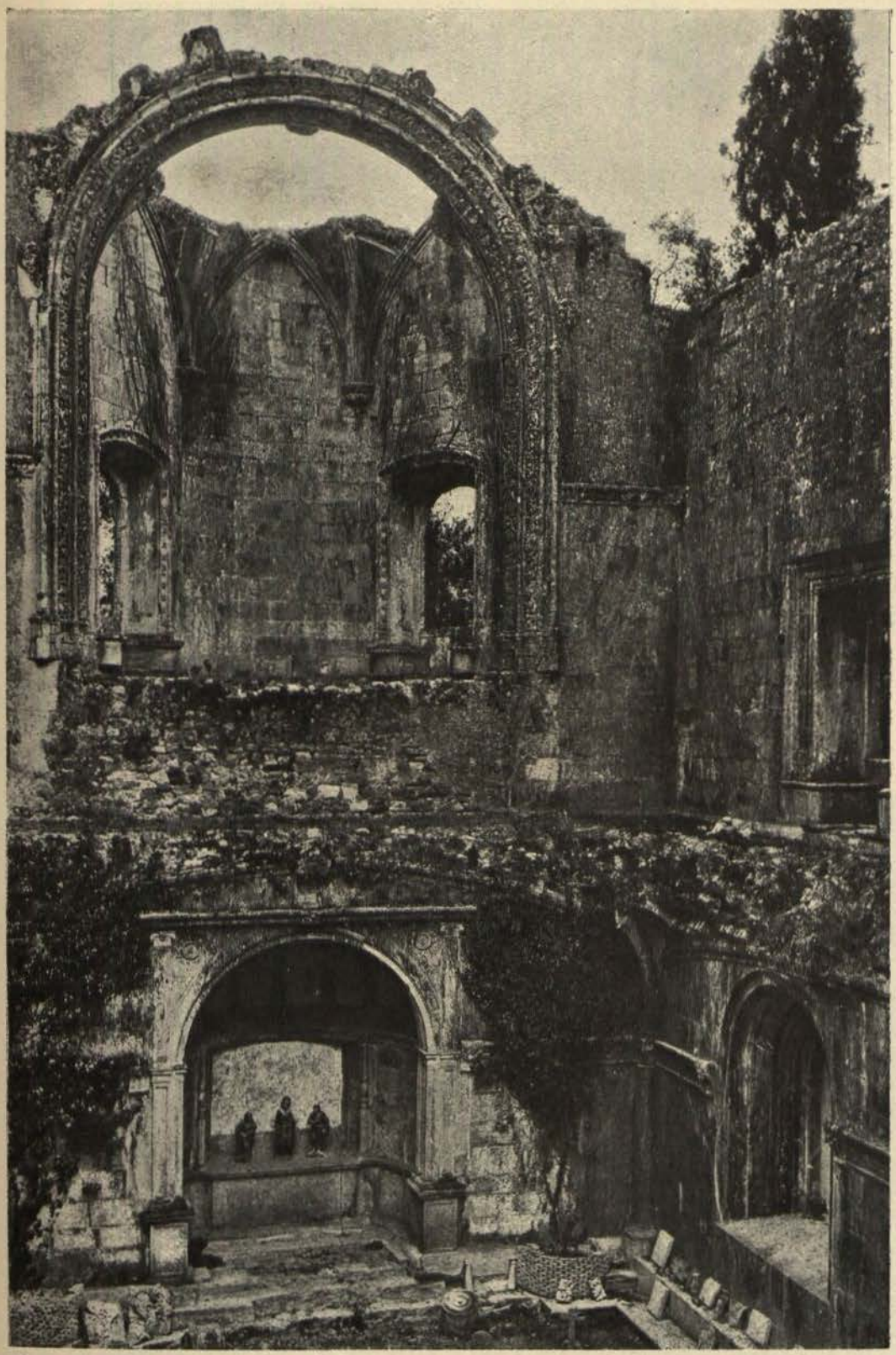
de muita anomalia que apresenta o texto impresso. Nos termos portugueses e castelhanos é muitas vezes evidente a má leitura. A redacção, no nexo dos pensamentos e aspecto gramatical, revela-nos indivíduos bisonhos no uso da palavra escrita.

Nos extractos a versão acompanha tanto quanto possível de perto o original, mas foi por vezes necessário se afastasse, para quebrar a monotonia da repetição dos termos e das formas de expressão. Pode ser também que alguma vez não reproduza com exacção perfeita um vocábulo obscuro.

Em todo o caso não afectará a diferença o sentido da frase. Nem os assuntos dos trechos transcritos dão margem a dúvidas de importância.

J. LUCIO D'AZEVEDO.





CASA DO CAPÍTULO DO CONVENTO DE CRISTO

ASPECTO INTERIOR, VISTO DE NORTE PARA SUL

BIBLIOTECAS MUNICIPAIS DE LISBOA

CASA DO CAPÍTULO DO CONVENTO DE CRISTO

PATIM DA ESCADA, DO LADO DO CLÁUSTRO PRINCIPAL

VISTA EXTERIOR, DO LADO DA ABSIDE

A CASA DO CAPÍTULO DO CONVENTO DE CRISTO

EM Março de 1923, foi, pelo Ministério da Instrução Pública, adquirida pelo Estado, a *Casa do Capítulo Imcompleta*, do Convento de Cristo, em Tomar, a-fim-de ser integrada, como já se acha, na parte monumental daquele Convento.

Para se poder avaliar a importância desta aquisição, em que intervieram eficazmente as entidades oficiais a quem compete, por lei, zelar o nosso património artístico, diremos alguma coisa sôbre a história e o valor arquitectónico daquela dependência.

Julgamos, porém, conveniente dizer antes algumas palavras a respeito das *Casas do Capítulo* que tem havido, ou que se julga ter havido, naquele Convento, para prevenir a confusão que possa porventura existir no espírito dos leitores que não conheçam perfeitamente aquele monumento.

De uma suposta primeira *Casa do Capítulo*, dá-nos Vilhena Barbosa notícia nos seguintes termos: [1]

« Entre as obras que mostram antiguidade no Convento de « Christo, ha uma casa quadrangular, com abobada achatada, sus- « tentada em pilares, e de tão sólida construção, que se con- « serva sem maior ruína, não obstante as águas da chuva, que « dos terrados superiores cáem sôbre a sua abobada ha alguns

[1] *Monumentos de Portugal*, por Inácio de Vilhena Barbosa. Lisboa, 1886 pág. 195.

« annos. Esta casa, situada ao sudoeste do primeiro claustro, de « que tratei a pág. 190, parece-me ser a primitiva *casa do « capitulo.* »

Manda a verdade que declaremos que, após cinco anos de estudo do Convento, nunca vimos tal casa, nem lugar onde ela podesse ter existido, assim como também nunca encontrámos o tal claustro que Vilhena Barbosa descreve da seguinte maneira : [1]

« Proximo da capella mór, para o lado de léste, encon- « tra-se um claustro, pequeno, de construção sólida, com a abo- « bada dos seus lanços achatada, com a cantaria dos arcos tão « grosseiramente lavrada, e tão desataviada de adornos ; um claus- « tro, em fim, com tantos e taes signaes de antiguidade, que se « denuncia aos olhos menos experientes como uma obra dos « princípios da monarchia. »

Se Vilhena Barbosa tivesse por hábito dizer onde ia colher os elementos para os seus interessantes trabalhos, cremos bem que nos diria que apenas vira êste claustro no *Libro de la ynclita Cavallaria de Cristo en la corona de Portugal* [2], de Fr. Hieronymo Roman, onde, com a indicação de *primeiro claustro*, o descreve assim :

« El primer y mas antiguo es la claustra vieja que por « ser la primera y mas antigua se llama ansi y sirue de pocas « cosas no tiene altos pero tiene en medio vn naranjal Ex.te « y fresco este hiço el ynfante don Enrrique que y esta agora « entre vnos edificios y casas viejas que seruieron de palacios « de elRey don Manuel e outros que llaman casas de la Reyna « por que esto Rey y Reyna tuuieron mucha afiçion a este « combento. »

Por esta descrição, feita no fim do século XVI, ficamos fazendo uma ideia do local dêste claustro, por sinal nada próximo da capela-mór, e dêle nada certamente chegou ao tempo de Vilhena Barbosa. A tal primeira casa do capítulo, nem Fr. Roman a conheceu já.

[1] *Obr. cit.*, pág. 190.

[2] *Ms. n.º 648* da Colecção Pombalina da Biblioteca Nacional, fol. 58. Há uma cópia completa na Biblioteca da Ajuda.

Passaremos, pois, a outra, que será aquela de que Vilhena Barbosa diz: [1]

« Entre as obras mandadas fazer no convento de Cristo « pelo Infante D. Henrique, duque de Vizeu, acho mencionada « a *casa do capitulo*, junto ao *claustro do Cemiterio*. Não « designa qual fosse essa casa o autor antigo em que isto li; « mas entendo que é sem duvida aquela de que falei a pag. 192. »

A pág. 192 diz:

« Proximo d'este tumulo *(o de D. Diogo da Gama)* abre-se « um portal que dá entrada para uma grande casa, que supo- « nho, com algum fundamento, ter sido construida pelo Infante « D. Henrique para casa do capítulo, e que em tempos poste- « riores foi convertida em capella e decorada com esculpturas e « pinturas doiradas. »

Esta casa é denominada hoje *Sacristia Nova*.

Não diz Vilhena Barbosa quem é o autor antigo onde colheu estas informações. Indicaremos nós um autor quinhentista que as confirma, — é o Dr. Pedro Álvares, assaz conhecido por todos os que manuseam os arquivos tomarenses. Diz êle: [2]

« ... fez mais *(o Infante D. Henrique)* as claustras—s—a do « Jaziguo dos Religiosos e procissões da porta pequena desta « egreja e pegada com esta claustra da parte do norte fez « a casa do capitullo q̃ seruio de Refectorio no tempo da « Reformação atee se fazer o nouo. »

Mais adiante diz ainda:

« ... o qual *(D. Manoel)* uendo q̃ falecia casa de sacris- « tia a mandou logo fazer pegada com a seruintia e a es- « cada do coro e entre elle e a casa do capitolo e o muro

[1] *Obr. cit.*, pág. 195.

[2] *Começo e preambulo do tombo dos beẽs direitos e escripturas do conuẽto de thomar cabeça da ordem de nosso snõr Jesu cristo o qual mandou fazer elRey don João o terceiro q̃ aja gloria eterna pelo doutor P.º Aluarez do seu desembargo e a ordem q̃ se leua em todo o processo delle em suma. — Pera. V. A. ver.*

Este curioso manuscrito existe no Museu da União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo, em Tomar, à qual foi generosamente oferecido pelo sócio sr. Augusto Cardoso Pinto, que o adquiriu no leilão da biblioteca Ameal.

«e esta egreja e abrio sua porta e seruintia loguo no outro «pano junto do portal e seruintia do coro e fez seruintia do «coro pera ella e huã casa forte no cubelo e torre pegada «com ella da banda do norte pera guarda da prata e cousas «de preço que depois servio de cartorio.»

Por estas descrições se vê, sem a menor dúvida, que a *Casa do Capítulo* henriquina, é a actual Sacristia Nova.

A sala rectangular, que constitui um alargamento do Corredor dos Confissionários, e que serve de vestíbulo à Sacristia, para quem vem da Igreja, é uma parte da Sacristia Manuelina. Pesquisas a que há tempo procedemos, penetrando por uma espécie de pátio coberto existente junto ao altar da Capela do Santíssimo, revelaram a existência da parede da antiga Sacristia, com uma janela ogival. A parede sul do vestíbulo de que falámos, é construída ao longo de uma das cintas ogivais da abóbada da antiga Sacristia, afastada uns dois metros da primitiva parede.

Estas pesquisas revelaram ainda o vão da porta ogival que comunicava com a Igreja, e onde hoje se acha alojada, em parte, a abóbada do confissionário existente no vestíbulo.

O pátio coberto, a que aludimos, e a Capela do Santíssimo, estão no local da escada do desaparecido Côro henriquino.

Passaremos agora a uma outra *Casa de Capítulo*, servindo-nos de guia Fr. Roman. Diz êle: [1]

«.... despues en tienpo del Rey don manuel sauemos que «se puso en la feysion que oy vemos a este templo añadien- «dole el coro que es vna de la mejores pieças que ay en «españa de madera ni creo que la aya ygual salvo el coro «del Ill[e] monasterio de san bernardo de osera en galicia en «el ovispado de orense que este tiene grandeça e magestad mas «este coro que oyremos no se hiço propiamente para los «rreligiosos clerigos mas para capitulo de los caualleros porque «su fin hera que alli se celebrasen sus capitulos y assi lo hico

[1] *Obr. cit.* Fol. 55 v.

«com tanta magestad como luego diremos y por que auía neces-
«sidad q̃ oyesen misa estando alli y queria que estuuiesen con
«deçencia Rompio vn gran arco qual oy lo vemos para que
«saliendo en frente del altar mayor les seruiese de Capitulo
«y coro y despues como vino la rreformacion começo a crecer
«en mucho numº de Religiosos y se trato del culto divino com
«mucha coriosidad siruio de coro estando traçado tan a pro-
«posito esto es algo de lo que yo e leydo mas a mi me paresce
«que avn que sea verdad que al principio se hico esta pieça
«para capitulo despues que mando abrir el arco fue para coro
«de los clerigos mientras no hacian capitulo los caualleros y
«este fin tuuo y persuademe desto por que veo que começo
«alla fuera otro capitulo alto para los caualleros, otro deuajo
«para los rreligiosos dejando el outro para coro pues auia salido
«tam bien la traça despues que se abrio el arco... »

Esta asserção sôbre o primitivo destino do actual côro, é digna de ser ponderada. Fr. Roman compulsou detidamente os arquivos da Ordem e, ainda mesmo que não houvesse *lido*, como diz, mas apenas *ouvido* tal asserção, deve atender-se a que escreveu no último quartel do século XVI, quando ainda a tradição oral devia conservar bem vivos factos passados no comêço do século.

Notemos ainda quê, pelo exame da inserção da abóbada intermédia nas paredes laterais, se vê que houve mudança de plano durante a execução da obra, pois que o mais inábil arquitecto não teria cortado voluntàriamente a ornamentação interna da maneira que ali se vê, nem teria projectado tão vasta sala com tão pequeno pé direito. Também não deve passar desapercebido que a ornamentação interna e externa do côro, exceptuando o portal, é muito profana. Que se possa tomar por símbolo religioso, só ali vemos a Cruz de Cristo, mas essa mesma estilizada; e sabido é que, naquele tempo, ela anda sempre ligada à esfera armilar e ao escudo das armas reais, sem significação religiosa.

Os usos profanos da Cruz de Cristo, não nos devem admirar a nós que hoje a vemos empregada nas mais variadas e impróprias aplicações

Pode pois haver um fundo de verdade na asserção de Fr. Roman, e por isso aqui fica consignada esta possível *Casa Capitular*.

Mas, se faliu o emprêgo como *Casa Capitular* de todo o edifício do actual côro, é certo que, em virtude da transformação da *Casa do Capítulo* do Infante D. Henrique em sacristia, foi necessário aproveitar para aquele fim a parte baixa do côro, aproveitamento que durou até a extinção das ordens religiosas, perdurando até hoje o nome de *Casa do Capítulo* dado àquela dependência. Deve, pois, atribuir-se ao 1.º rei intruso a transformação em porta, da janela da fachada sul, e o tapamento da abertura que devia existir primitivamente do lado do altar-mor, visto datar dêste reinado a construção da Sacristia Nova.

Fr. Roman descreve assim o estado desta casa no fim do século XVI [1]:

« Viene aqui a proposito *(do Claustro Principal)* poner el « capitulo q̃ es propio deste lugar por hedificarse en todas « partes en los mesmos claostros es excelente pieza porq̃ es « de vna naue y tiene tres capillas pero no es alto aunq̃ « tiene proporcion no esta aun acauado ni puestos sus asien- « tos ni lo demas q̃ ade tener para q̃dar la pieza qual con- « uiene para q̃ responda con tan excelentes obras y no se a « dexado de acauar porque ya estaria en su perfeçtion mas porq̃ « como se hade hazer otro de uajo de vno q̃ dexo traçado « el Rey don Manuel anse detenide em pero como aquel ua « muy despacio este se cree que seruira por grandes años es « todo este capitulo de uoueda y tan llana que pareçe de « madera pero fuerte y muy Ricamente labrada tiene en largo « once llaves de piedra entalladas y los capuchos son de la- « drillo y es toda de calycanto y tiene una capilla pequeña en « su altar y antes dentrar a este capitulo tiene un rreçeui- « mento grande q̃ es una pieza quadrada de la mesma labor « y echura quel mesmo capitulo y el esta deuajo del choro « de manera q̃ siempre tuuieron los antiguos ojo a que uuiese « dos capitulos uno para la caualleria y otro para la Cle- « recia. »

Destas últimas palavras, parece inferir-se que os cavaleiros faziam capítulo no côro.

[1] *Obr. cit.*, Fol. 61.

Feita esta resenha sumária de algumas das *Casas do Capítulo*, hipotéticas ou reais, do Convento de Cristo, chegamos finalmente à que faz objecto pròpriamente dêste singelo artigo.

Nas citações de Fr. Roman já se lhe faz referência. E já êle notava que a continuação ia *muy despacio*, e por isso a *Casa do Capítulo* provisória teria de servir por *grandes años*. A sua profecia foi talvez ainda mais longe do que êle julgava, pois a obra nunca se acabou. É portanto das suas ruínas inacabadas que nos vamos ocupar.

A *Casa do Capítulo Incompleta* fica a sul do terreiro da entrada da Igreja, e o seu portal devia ficar em frente do portal desta. O seu eixo estende-se na direcção norte-sul. Tem dois pavimentos, devendo o inferior servir para Capítulo da Cleresia e o superior para o da Cavalaria. A entrada para o inferior é pelo patim inferior da escada do lado nascente do Claustro Principal, e será por aqui que entraremos.

Aproximando-nos, depara-se-nos logo o magnífico portal de que a fotografia apenas dá uma pálida idea atendendo à dificuldade de a fazêr; por isso dêle faremos uma rápida descrição.

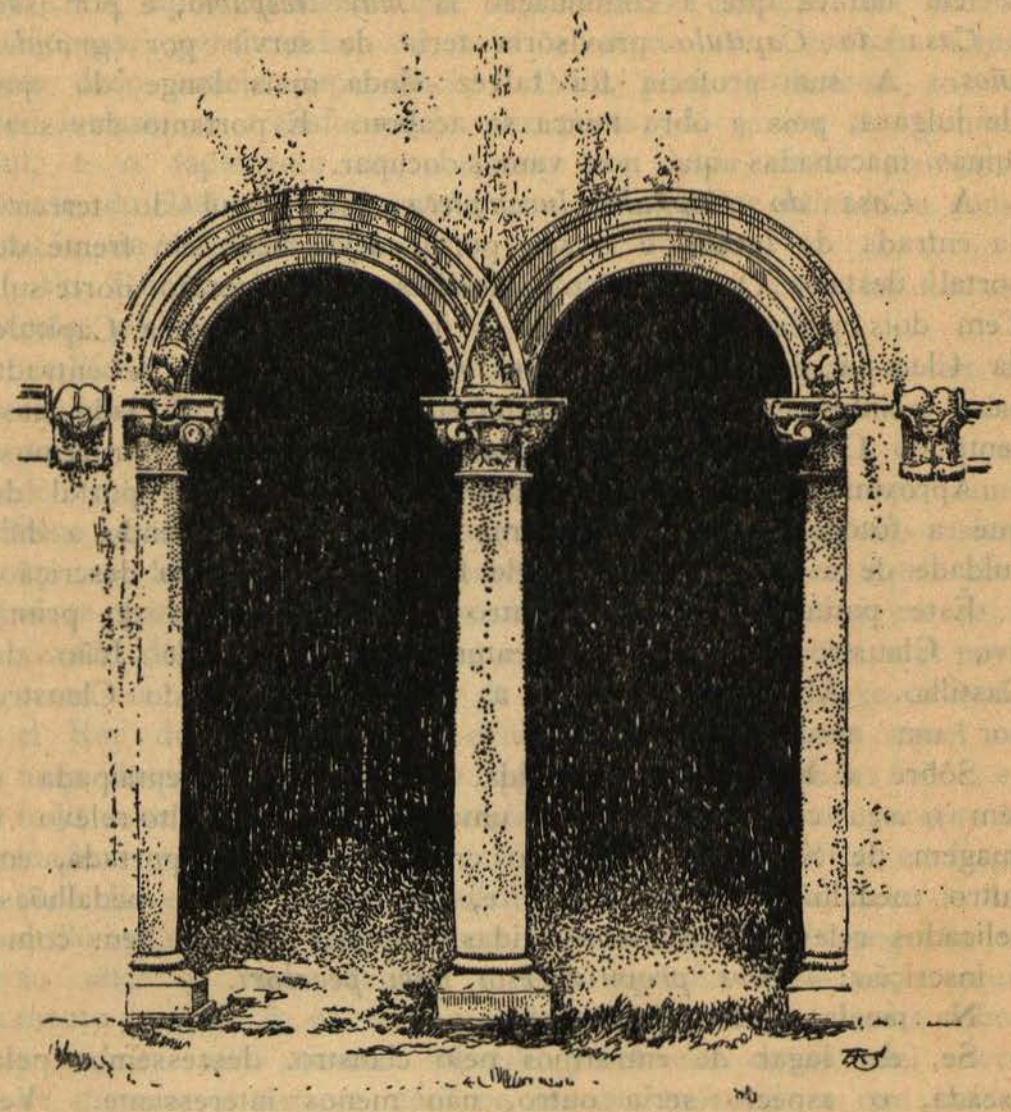
Êste patim é um dos quatro magníficos restos do primitivo Claustro Principal, porventura da autoria de João de Castilho. Abria então para a galaria inferior do Claustro por um arco duplo.

Sôbre a bela janela bipartida, que se achava entaipada e sem o seu colunelo, está em um medalhão de alto-relêvo a imagem de S. Soeiro, segundo cremos; sôbre a portada, em outro medalhão, S. Jerónimo; e, em tôrno dêstes medalhões, delicados relevos alusivos às vidas daqueles santos, bem como a inscrição: — *Devs propitivs esto mihi pecatori.*

Na janela: — *Ani dni 1545.*

Se, em lugar de entrarmos pelo claustro, descessemos pela escada, o aspecto seria outro, não menos interessante. Veríamos então o busto de Fr. António de Lisboa, D. Prior reformador da Ordem, filho natural de D. João III, segundo Fr. Jacinto de S. Miguel, busto feito em vida de Fr. António e portanto do mais alto valor documental. É acompanhado da seguinte inscrição: — *F. Ant.º de Lyxboa Dom Prior Reformador deste Convento Por Man/dado de El-Rei Dom João Trcr.º*

Dado êste rápido golpe de vista, entremos. Uma grande sala, quási quadrada, cujo eixo não coincide com o do edifício, servia de vestíbulo. Não se lhe vê outra aplicação.



PORTAL DE COMUNICAÇÃO ENTRE O VESTÍBULO E A CAPELA INFERIOR

(Desenho de Alberto Sousa)

É abobadada com nervuras e fechos com as ornamentações do Renascimento. Recebe luz por duas janelas altas, visto a casa ser enterrada dos lados norte e nascente. Um belo

arco duplo, datado de 1541, leva-nos à sala capitular baixa. Êste arco é um belo exemplar do tipo dos arcos geminados que se vêem em todos os claustros da empreitada de João de Castilho, com excepção do de Santa Bárbara.

Transponhamos o arco. O aspecto que se nos depara é magnífico e dêle nos dá a gravura uma idea muito mais completa do que qualquer descrição que pudéssemos fazer. Nela se vêem as nascenças da abóbada que chegou a estar construida, e que ruiu há talvez meio século; vê-se o belo altar inferior encimado por um anjo sustentando uma tabela com a divisa IHS; vê-se a ábside superior ainda incompleta; vê-se a bancada lateral; e vê-se também a disparidade de estilos da Renascença: o inferior, do tempo de D. João III, bem marcado pela data de 1533 em duas tabelas nos capitéis nos cantos da entrada; o superior, da época de D. Manuel.

Voltando as costas ao sul, vemos além do belo arco duplo, as nascenças da tôrre sineira do Capitulo, hoje desastradamente coroada, não sei para que fim. Um telheiro, que tão mau efeito faz, foi um expediente adoptado para evitar infiltrações na parte da abóbada que não abateu, e desaparecerá logo que o extradorso dessa abóbada seja devidamente cimentado.

Julgamos inútil descrever mais minuciosamente êste primoroso exemplar da arquitectura do Renascimento. Se as estampas não bastam para dêle dar uma idea completa, muito menos a nossa palavra o faria. Achando-se agora permanentemente acessível, o seu exame impõe-se aos estudiosos.

É êste o estado actual das ruínas. Antes de serem adquiridas, achavam-se aterradas até o nível superior das bancadas laterais, e cobertas de luxuriante vegetação; e a porta e a janela de entrada, entaipadas com alvenaria.

Como anteriormente se viu, tôdas as *Casas Capitulares* do Convento têm os seus problemas a resolver. Esta também tem um, e assaz interessante: é o da sobreposição de estilos pela ordem inversa das suas épocas. Quando tratar da história da construção, dêle tratarei.

Que a construção da *Casa do Capitulo Incompleta* foi planeada no tempo de D. Manuel, como diz Fr. Roman,

não pode restàr dúvida se examinarmos, ainda que ligeiramente, os estilos ali empregados. Mas também dêsse exame resulta a conclusão imediata de que essa construção se prolongou no reinado ou reinados seguintes; de resto, as datas de 1533, 1541 e 1545 a que já fiz referência, vêm corroborá-lo. Por aqui se vê quanto a obra foi demorada.

Vejamos o que dizem os documentos.

Na carta de quitação dada por D. João III a João de Castilho em 1541 [1] diz-se: «e asy as obras que fez no Convento de «Tomar—s—o coro, casa pera ho capitollo, o arco gramde da «igreja, e portall da porta primcipall e as casas pera apousemta-«memto da Rainha e outras obras meudas, que fez no dito «cõvemto.....

«das quaes obras allgũas herão acabadas e outras nã, e pedin-«dome por merce que por quanto não deixara de as acabar por «sua cullpa, senão por elRey meu senhor e asy eu mãdarmos «cesar as ditas obras.....

«E por quamto as ditas obras se não podem avaliar no certo, «por muytas delas não serem acabadas e aver muyto tempo que «se leixarão de fazer.....

«E porem nesta quitação não entrara a obra de Tomar, que ho «dito João de Castilho ora faz, que se começou a XXX dias do «mes de junho de mill b^{c} xxxiij. — Antonio Soarez e fez em «Almeyrim aos trinta dias do mes de janeiro do ano do nasci-«mento de noso Senhor Jhuu xp̃o de mill qynhentos e coremta «e huũ».

Êste documento não nos dá indicações precisas, deixando-nos na dúvida se a casa do capítulo a que se refere é a *Incompleta* ou aquela que sempre foi pràticamente a que para êsse fim serviu, podendo inferir-se que se refere a esta última, não só porque é citada com o côro (que se tomaria no sentido restrito e não no do edifício dêle), e com o arco grande e com o portal, constituindo tudo hoje um todo contínuo, mas também porque, no fim da quitação, se exceptuam dela as obras que João de Castilho fazia desde 1533, precisamente a data que se encontra na *Casa do Capítulo Incompleta*.

[1] *Chancelaria de D. João III.* L.º 34.º. Fol. 2 v.

O que, porém, se deduz dêste documento é que o que hoje vemos datado nesta construção é feito sob a direcção de João de Castilho. Isto é também corroborado por documentos que vou ainda citar.

Na carta de João de Castilho ao rei, datada de 16 de Junho de 1540 [1], diz êle:

« O cabido comecey já entender nele e vay na ordenança que « V. A. mandar e haa de ficar muyto fermoso e milhor do que « estava prymeiro. »

Parece-nos êste documento de valor para se demonstrar que a traça primitiva desta *Casa do Capítulo* não é de João de Castilho.

Em vista do que diz esta carta, é lícito preguntar-se se a data 1533 marca o final de um período de trabalho, anterior à última empreitada de Castilho, e se a data 1541, no capitel do arco do vestíbulo, marca o comêço da nova empreitada. Esta pregunta justifica-se tanto mais, quanto as duas datas estão em lugares muito próximos. Sendo assim, seria a quitação realmente da primeira empreitada. Aguardemos novos documentos para decidirem a questão. E não será dificil obtê-los, logo que no nosso primeiro arquivo se trate de recompor os livros de despesa de obras cujas fôlhas rasgadas, se acham dispersas pelos 75 maços do corpo *Convento de Thomar*. Então talvez se possa seguir a marcha das obras neste período.

Vejamos agora um último documento [2] que é de bastante interêsse. Diz:

« Oje xij dias do mes dabril de b^{c} R^{ta} anos se fez conta « cõ pero delagorreta da empreitada q̃ lhe era dada no cap^{o} « grande no desfazer e fazer de dous panos do dito cap^{o} a « qual nõ acabou porq̃ sua alteza mandou cesar a obra e nõ « fez mais q̃ os ditos dous lanços ate a p^{r}m^{a} cimalha de cima « das janellas excerpto hũa umbreira de hũa das janellas e « desfez outr^{o} tãto cõ p^{r}te da entrada do dito cap^{o}. E por « mandado do padre do p^{r}or Johã de Castilho e Jorge ferr^{a}

[1] *Corpo Chronologico*. Parte 1.ª Maço 67. Doc. 109.
[2] *Christo*. L.º 23.º Fol. 145 v.

« lhes foy dado juram^to^ que lhe avaliassẽ o que na dita obra « tinha merecido os q̃as disseram q̃ avendo respeito a alevã- « tar o pero delagoreta mão da obra e a as achegas q̃ ti- « nha postas de madeira e andãrbos e cal e gastos de bal- « dear certa soma de pedraria do dito cap^o^ e outs^a^ cousas « lhe avaliavã tudo em vinte e quat^o^ mjl rs que ja tinha « recebido do dito frey gaspar R^or^ perante mj sobr dito scp^r^uão « q̃ este fiz e por verdade assinavã aq̃. — pero de la gorre- « ta — Ju^o^ de Castilho — »

Êste documento traz muita luz e algumas trevas. De facto, aparece-nos a nova confusão do rei mandar parar a obra em 1540 e encontrarmos logo ali gravada a data de 1541. Mas, em compensação, êle explica cabalmente o motivo porque poderam aparecer nesta construção os estilos sobrepostos em ordem inversa da sua antiguidade. Foi porque D. João III mandou desfazer o trabalho da época manuelina, e fazê-lo de novo no estilo em voga na sua época. E se alguma coisa escapou ainda da primeira traça, foi porque a obra parou definitivamente, antes de concluida a substituição.

A data de 1545 que aparece na janela de entrada, é uma data da construção do primitivo Claustro Principal, que se fêz em época em que se tinham já interrompido definitivamente as obras da Casa do Capítulo.

Na gravura vê-se bem que houve uma mudança muito importante na traça primitiva, pois não se limitou à alteração das ornamentações, indo até a redução do pé-direito do pavimento inferior.

Já que falámos em Pero de la Gorreta, não passaremos adiante sem prestar homenagem a êste artífice — pedreiro se lhe chamava naquela época — mas que naturalmente seria um dos hábeis canteiros, verdadeiros escultores, que trabalharam no Convento. O seu nome aparece com freqüência nas fôlhas das férias das obras, mas não é possível, na desordem em que já dissemos estarem aquelas fôlhas, seguir-lhe a pista ordenadamente. Apenas sei que em Tomar deve ter morrido, antes de 27 de Novembro de 1550, pois que a sua viúva ali ficou residindo, como se vê da relação feita por Álvaro

Florim[1] das casas que naquela cidade ruiram neste dia por efeito de uma grande cheia do Nabão; nesta relação se lê:

«A molher q̃ foi De p.º Dagoreta pedr.º cairão dvas «casas sobradadas *(avaliadas)* ẽ — xxx *(reais)*.»

Morava ela então na Rua de Gil de Avô, rua que ainda hoje, por um inconcebível milagre, conserva o nome que tinha naquele ano.

Para terminar, referir-nos hemos ainda ao papel que esta *Casa do Capítulo*, a-pesar-de nunca se ter acabado, representou na nossa História.

É sabido que foi em Tomar que se reuniram as Côrtes que aclamaram o primeiro rei intruso. Foi no dia 16 de Abril de 1581 que êsse acto anti-patriótico se realizou num tablado armado no terreiro de entrada da Igreja. Logo a seguir, reuniram-se as Côrtes dos Três Estados para apresentarem os capítulos. Fr. Roman, que já tantas vezes nos tem servido de guia, vai ainda ajudar-nos com o seu testemunho; diz êle[2]:

«Concluyda la jura que se hizo com la solemnidad y «grandeza que queda uista luego se trato de celebrar las «cortes como cosa necesarisima y assi quatro dias despues a «ueynte del mesmo mes de Abril se começaron Adereçose «vna pieza que começo ElRey don Manuel grande y soberuia «que a acauarse seria cosa notable y llamase el capitulo de «los caualleros porque tuuo aquel Principe yntento de que se «hiziesen en Thomar los capitulos generales de la ordem y «como la augmento tanto como queda uisto hyzo la pieza «capaz adonde pudiesen cauer tercientos y mas capitulares ade-«reçose esta pieza por lo alto y lados y suelo de aprestado «pero em la tapiceria y alombras tan rriças no vbo mas «que uer».

Foi, pois, na *Casa do Capítulo Incompleta*, que se realizaram as côrtes depois do juramento do primeiro rei intruso.

[1] *Christo.* L.º 5o.º
[2] *Obr. cit.* Fol. 147.

Mas não foi êste o único acto oficial que ali se praticou: também ali foi jurado príncipe de Portugal, D. Diogo, filho daquele rei. É ainda Fr. Roman que disso nos dá notícia[1]:

«Como su mag.de hallo los coraçones de todos el Reyno «tam benevolos y leales determino por no cansar y gastar «el Reyno hazer jurar al principe de Castella don Diego «nuestro señor em principe de portugal y assi señalado dia «que fue vn domingo despues de visperas a los veinte y tres «del mes de abril estando la sala o Capitulo de los caualleros «de xpõ adereçada como para las cortes...»

Estas foram, até hoje, as únicas funções da *Casa do Capítulo Incompleta*; o futuro reserva-lhe a de servir de Museu Lapidar da União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo, e a de fornecer aos estudiosos elementos do maior valor para a resolução de múltiplos problemas, ainda hoje insolúveis do período do Renascimento Português.

F. A. GARCEZ TEIXEIRA.

[1] *Obr. cit.* Fol. 149.

AS DUAS POLÍTICAS NACIONAIS [1]

DUARTE Ribeiro de Macedo, no seu *Discurso sôbre a introdução das artes neste reino*, de 1675, escreve o seguinte: «há entre nós muitos ociosos só por não terem em que trabalhar, e que poderão por isso responder, a quem lhes condenar a ociosidade, como os obreiros do Evangelho: nemo nos conduxit»...

Nemo nos conducit... Não há ninguém que nos contrate; ninguém nos leva à nossa obra; ninguém nos mostra a nossa faina; ninguém combina o nosso esfôrço; ninguém emprega os nossos braços!

Quere dizer: a ociosidade de grande parte de população de Portugal, com as conseqüências que de aí resultam: o atraso do país; a mórbida emigração; o excesso de funcionalismo; o banditismo na política; os motins e as revoluções,—promana tôda duma orígem: não se abrirem aos Portugueses suficientes campos de actividade, em que êles empreguem o seu vigor.

Sem dúvida, se os Portugueses fôssem grei de formação *particularista*, como a gente anglo-saxónia, afeitos à idea da iniciativa e de só contarem consigo próprios, sem nada pedir à comunidade—à família, ao clan, ou ao Estado-providência; absorvendo-se na vida privada e desambiciosos da vida pública; amando muito as funções *usuais* (a agricultura, a indústria, a mercancia) e muito pouco as funções *liberais* (a advocacia, a milícia, a medicina, o funcionalismo); desadorando as lutas políticas e adorando as do trabalho: se fôssemos particularistas, digo, não precisaríamos de exclamar, como quere Ribeiro de Macedo: nemo nos conducit... O povo por si próprio inventaria a sua faina; por si mesmo descobriria as suas fontes de actividade.

[1] Conferência feita na Sociedade de Geografia a 14 de Janeiro de 1925.

Mas não somos *particularistas;* somos sim *comunitários*, quere dizer: contamos, sobretudo, com o auxílio da comunidade; pedimos-lhe mais em recompensas do que lhe damos em obra nossa; antepomos as funções liberais às da indústria e da agricultura; amamos mais as lutas políticas que as competências da produção; e precisamos, por isso, de que a *elite* governativa nos abra campos de actividade, e nos empregue de forma tal que nessa própria actividade vamos ganhando o modo de ser, os hábitos, os princípios, os ideais, — das nações particularistas; e assim um dia possamos clamar, — e não já agora como um lamento, e não já agora como um pedido, mas como alegre verificação de que nos bastamos a nós próprios, como um grito de independência: nemo nos conducit!

Os males de que nos queixamos, pois, são fatalíssima conseqüência da estrutura da nação, — e só portanto têm remédio se nos metermos firmemente a transformar essa estrutura, o que não é possível com prègações, nem com políticas reprimidoras, nem com reformas só pedagógicas, — mas com reformas económicas e pedagógicas concatenadas, entrelaçadas entre si como fios de um tecido único.

Não é o trecho que vos citei do nosso sábio seiscentista (jacto de luz intelectual que tanto esclarece a nossa história), não é o trecho de Macedo, digo, uma maneira artificiosa de vos introduzir no nosso tema: a reforma educativa e a política da Fixação; pelo contrário: leva-nos súbito e de golpe certo ao coração do que vou tratar.

A doença nacional, com efeito (para cujo processo de tratamento deve concorrer a nossa escola) determina-se muitíssimo bem com um simples toque no ponto sensível — no ponto maguado — donde saíu aquela tese do velho Ribeiro de Macedo: «há entre nós muitos ociosos só por não terem em que trabalhar, e que poderão por isso responder, a quem lhes condenar a ociosidade, como os obreiros do Evangelho: nemo nos conduxit.» É uma maneira de apresentar o problema. Deixai-me apresentá-lo também dum'outra. Disse um crítico português que a idea mestra da escola pública, entre nós, deveria ser o «colonialismo» — a orientação dos espíritos para as explorações do ultramar. Numa palestra sôbre outro assunto que não os fins da educação, respondi incidentemente que o admitir-se tal doutrina seria ignorar por completo a filosofia da nossa história, a estrutura de Portugal; que temos que pensar antes de tudo em organizar a nossa *metrópole*, logrando emfim aquêle equilíbrio (que

há mais de três séculos se está buscando) da política do Transporte com a política de Fixação, da Circulação com a Produção — saneando assim a própria fonte, o próprio núcleo, da nossa expansão para o ultramar, que (acrescentava eu) até hoje tem sido mórbida. Ora, não entrando tal discussão no meu assunto daquêle momento, respondi isto só de passagem, sem demonstrar a minha tese. Faço-o agora. Trago-vos hoje, como me cumpre, essa adiada demonstração.

Como se sabe, na primeira dinastia uma das obras dos nossos reis foi a faina da colonização interna, a política da Fixação. Ao fixarem os colonos, não tinham sempre o mesmo sistema: o regime da propriedade variava com as regiões. Houve, ao que se afigura, 4 tipos. No Minho, dividiam-se os terrenos em casais de povoação, dados a grupos de povoadores: uma dezena, vintena ou trintena dêles. Cada casal, de ordinário, ficava obrigado a pagar um fôro — em cereais, galinhas e dinheiro. Era um regime individualista, mas associado, aberto à entrada de colonos novos, que viessem levantar os seus casais ao pé dos casais já construidos. Em Trás-os-Montes, ao contrário, vigorava a idea do comunismo no regime da posse e utilização da terra, que se dava de fôro a certo povo, o qual dividia entre os seus membros os encargos respectivos, como na Rússia procedia o *mir*. Os aforamentos, mantendo no regime colectivo o fôrno e o moinho, a pastagem e a viação (e freqüentemente a própria cultura), impediam férrea e ciosamente a entrada dos adventícios. No centro vigorava, por seu turno, a contribuïção predial directa, num regime misto, digamos, de lavradores-proprietários e de jornaleiros-agricultores. No Sul, enfim, abundavam as doações. Aqui lançavam-se pois, logo de início, os alicerces legais da grande propriedade. Fixemos isto, e prossigamos.

Ora, ao mesmo tempo que continuava o trabalho colonizador, a situação dos nossos portos, no encontro das linhas comerciais do Norte e do Mediterrâneo, atraía ao comércio marítimo a população do litoral, — e foi a situação dos mesmos portos, como tenho dito, o condicionamento geográfico da independência da Nação. Dêsse comércio, o mais importante era o tráfico dos produtos do Oriente, que vinham trazidos em caravanas até os portos do Mar Negro, do Levante e de Marrocos. Ao Levante e ao Mar Negro iam buscá-los nos seus navios os mercadores italianos, sobretudo de Génova e de

Veneza; e da Itália seguiam para o Norte (Alemanha, Flandres, Inglaterra, etc.): ou por terra (através a Europa) ou por mar; e no transporte por via marítima é que era escala importantíssima o nosso pôrto de Lisboa.

A certa altura, porém, com a irrupção dos Turcos no Levante, êste comércio entrou em crise. O Turco era (ao contrário do Árabe) bom para a guerra e mau no tráfico, e dificultava, por isso, a passagem das mercadorias. Que fazer? Achar um caminho para ir à Índia sem ter que passar por terra turca. A Portugal, como sabeis, coube resolver êste problema, que preocupava nessa época a alta finança de tôda a Europa.

Aparecem na nossa história, desde então, dois pensamentos políticos nacionais. Um é a escola da precedência da colonização metropolitana, quere dizer, da precedência da agricultura e da indústria na metrópole, no território *europeu* de Portugal; o outro, é a escola da precedência da actividade do transporte, do tráfico, da exploração comercial dos produtos do Ultramar.

Segundo a primeira escola, cumpre fomentar prèviamente a cultura da metrópole, a exploração dos seus recursos, a fixação equilibrada de tôda a gente portuguesa na totalidade da extensão do território metropolitano: continuar, em suma, o que se fêz em Portugal no século XII e no século XIII. Aos homens da segunda escola, essa política metropolitana parece modesta em demasia, aleatória e demorada; e crêem que faremos maior figura, seremos ricos mais de-pressa, se voarmos logo sôbre a onda atlântica até aos indígenas de além dos mares, a quem tomaremos os seus produtos, para os transportarmos até à Europa e os comerciarmos com os europeus.

Estoutra escola de políticos firmou-se com o domínio da burguesia do fim do século de trezentos, que fêz a revolução de 83 e pôs no trono o mestre de Avis; depois, teve por chefe principal o duro infante D. Henrique. Já por essa época, no entanto, viam os homens de bom juízo os perigos graves de tal política; e o primeiro, como sabeis, foi o irmão de D. Henrique, D. Pedro, que assumiu a regência de Portugal durante a menoridade de Afonso V, e veio a morrer em Alfarrobeira.

Sacrificar a cultura da metrópole às empresas ultramarinas, era trocar — dizia êle — uma boa capa por um mau capelo.

Poderemos chamar às duas escolas, portanto, a política da Fixação e a política do Transporte; a política da Produção e a política

da Circulação; a política da Agricultura e a política do Comércio; a política nuclear e a política periférica; a política de D. Pedro e a política de D. Henrique; a política da boa capa e a política do mau capelo.

Mas sublinhemos uma coisa: a política da Fixação não é uma idea exclusivista: não pretende que desistamos de colonizar e navegar: muito pelo contrário; sustenta, porém, que a actividade colonial, comercial, marítima, não será sólida e duradoira se não assentarmos ao mesmo tempo, e na mais pujante vitalidade, a base económica metropolitana; que a faina da periferia, que essa corrente vital do exterior para o interior, ou centrípeta, será mórbida e extenuante se não fôr forte e regular a vitalidade do seu núcleo, e saüdavel a corrente que vai de dentro para o exterior, ou centrífuga, da lida económica de Portugal. A colonização interna (por outras palavras) deve acompanhar a colonização externa; o derrame da população deve ser efeito da pletora de um organismo que se robustece, e não da pobreza dêsse organismo.

Por outras palavras: o que se critica (ou condena) na política do Transporte, não é o facto do transporte nem a exploração do ultramar: é o supor que tal política, *por si só*, com exclusão da outra, resolve o problema nacional: que nos poderá dar uma vida sã, equilibrada, sem uma base bem assente de fixação metropolitana, de produção *em Portugal*. Não há que discutir as navegações: eram fatais, e foram impostas à nossa Pátria pela própria maneira como nasceu, — quere dizer, nos portos, como uma cunha de gente de fora que entrou do mar pelo corpo espanhol. Se não descobrisse o Oriente, falharia a nação ao seu papel; mas cumpre reconhecer, por outro lado, que realizámos essa obra em condições depauperantes (boas para os outros, más para nós) — e reconhecê-lo para lhe dar remédio, realizando pela outra política (que, outra vez o digo, não é uma idea exclusivista) as condições de salubridade de nossas fainas de Circulação.

Concretizemos o mais possível os termos básicos dêste problema, e vejamos o que se fazia nas navegações dos tempos áureos. Traziamos até Lisboa os produtos orientais, e esperávamos que os compradores os viessem buscar ao nosso pôrto: os Italianos, os Franceses, os Flamengos, os Alemães — e *tutti quanti*. Digamos, em parêntesis, que mais tarde os Holandeses não procederam da mesma forma, ao despojar-nos do monopólio: distribuiam êles próprios aos

mercados consumidores, fomentando assim a sua marinha, e não a marinha dos outros povos; nós, pelo contrário, tomávamos para nós a parte difícil, arriscada e dispendiosíssima, do trabalho da navegação, deixando aos outros melhor proveito. ¿E que levávamos até à Índia? Os produtos fabris da Itália, os da França, os da Flandres, os da Alemanha, os da Turquia — de *tutti quanti*. Quere dizer: faziamos, nós, o simples transporte da riqueza alheia; meros agentes da Circulação, em prejuízo da Produção. Êste regime social-económico faz dos empórios do litoral, como é óbvio, um remoinho de riquezas fátuas que assola e chupa o interior do país, e esconde num manto de lantejoilas a realidade mísera de um pobretão.

Não calaram as nossas crónicas as várias críticas que se assacaram à política de D. Henrique; mais tarde, a-pesar do oiro e dos escravos que nos afluiam da costa de África, a oposição borbulhava sempre; nos mesmos dias da esperança enorme, na própria partida de Vasco da Gama, ergue-a Camões com o maior prestígio nas falas do Velho do Restelo — timbre da honra, do saber, da experiência, da autoridade; depois ainda, em pleno triunfo da política oposta e sob a torrente do esplendor asiático — ei-la emergindo como rocha hirta, nos versos enérgicos de Sá de Miranda.

Os últimos anos dêsse mesmo século vêem a queda estrondosa do castelo de oiro português. Então, os espíritos clarividentes põem-se a cuidar sôbre a derrocada, dão um balanço sistemático à política do Transporte, mendacíssima fautora de prosperidade tão fictícia, de sublimidade tão efémera; e é com os factos da experiência que argumentam os publicistas, dando-nos saudável ensinamento que as sortes grandes nacionais (as minas de oiro do Brasil, os empréstimos do Constitucionalismo) permitiram até hoje ignorar e desprezar. Nesse momento, — é forte, claro, iniludível, o triunfo *doutrinal* da política de Fixação.

Veremos em breve o que nos aproveita, ainda hoje, dêsse trabalho dos publicistas, na sumaríssima referência que o apêrto do tempo nos consentir; antes, todavia, cumpre-nos encarar est'outro problema: se haverá lógica relação desta dualidade das nossas políticas — da Fixação e do Transporte — com o interno condicionamento da sociedade portuguesa.

DUAS POLÍTICAS NACIONAIS

O vale do Tejo, como sabeis, divide Portugal em dois países: o *Norte*, ou *Aquém-Tejo*, e o Sul, ou *Além-Tejo*. Entre as duas partes de Portugal, — a do Norte e a do Sul — tem-se notado freqüentemente que há três espécies de contrastes:

1.º o contraste *humano*, ou diferenças na maneira de ser da gente do Norte e da gente do Sul, que conduziram certos autores a falar de duas «raças»;

2.º o contraste *geográfico*, — nos acidentes do território e no regime climatérico, — donde resultam grandes diferenças no condicionamento da produção agrícola;

3.º o contraste *social*, de que são feições preponderantes o regime da propriedade, que no Norte é pequena e de glebas dispersas, e no Sul, muito extensa; a relativa despopulação do território do Alentejo; e emfim certos aspectos, especiais e característicos, nas relações que entre si mantêm as diferentes classes da sociedade.

Aos três contrastes correspondem, respectivamente, três problemas da nossa política, três problemas da nossa história, que são aspectos de um só problema, antigo e fundamental na evolução do nosso país:

1.º problema, o problema *humano:* ¿ há com efeito duas raças? e se há, ¿ que papel teve na nossa história êsse contraste das duas raças — a do Norte e a do Sul?

2.º problema, o *económico-geográfico:* ¿ até que ponto, ou proporção, as condições do Alentejo lhe permitem vir a ser, na economia do nosso país, o que conviria ao interêsse pátrio: isto é, o celeiro da nação, o factor determinante da suficiência alimentar, o anulador do desequilíbrio da balança comercial?

3.º problema, o *económico-social:* ¿ até que ponto, e em que partes, poderemos fixar no Alentejo uma mais densa população?

Eis aí os três problemas. Comecemos pelo primeiro, o do carácter das populações.

Lendo as biografias e as memórias da nossa façanha oriental, os fastos da colonização insulana e americana, concluiu-se que predominam, nessas emprêsas de além-mar, o alentejano e o estremenho — os homens do Sul. Afirmou-se, pois, que foram êles que nos meteram na política do Transporte; que foram êles os pioneiros da navegação e da conquista; que foram êles que nos forçaram à expansão ultramarina. Será assim? E porquê?

Deixando a conclusão — provisòriamente — enunciada dessa forma

(que a mim me parece muito vaga) — preguntemos: ¿ Suposta a realidade de tal fenómeno, qual foi a causa, a razão, daquela influência do homem do Sul?

Eis aí os dois problemas em que o primeiro se divide, e que vamos considerar. Começaremos pelo mais próximo, isto é: ¿ porque se encontraria em maior número, nas emprêsas ultramarinas, — o Português meridional?

A esta pregunta dão resposta, na literatura histórica do país, duas teses principais. Para a primeira, a causalidade é *económica;* para a segunda, a causalidade não é económica, mas *racial:* é o contraste das duas «raças».

A tese económica diz assim: no Sul, devido ao regime da propriedade — ao regime latifundiário — abundavam os sem-terra e sem emprêgo no trabalho da terra: êsses tinham naturalmente que tentar vida em outra parte: por isso mesmo nos arrastavam à actividade do Transporte. É esta a doutrina de Oliveira Martins, a que cumpre juntar a seguinte nota: é a doutrina, esta, do Oliveira Martins *economista* (a quem talvez neste ponto Alberto Sampaio influenciou): o *historiador* diz outra coisa, inteiramente contraditória com a linguagem do economista, e que discutiremos dentro em pouco.

A teoria rácica é mais complexa, e foi sustentada por Basílio Teles.

No Sul (diz ela) depois da invasão dos Islamitas surgiu uma gente diferenciada, de raça diversa e diversa índole da da grei que povoa o Norte: uma gente nómada de raça semita, e (por mais culta e imaginativa, por mais flexível e mais política) aparentemente mais progressiva do que o Ariano que está nas Beiras, no Douro, no Minho, ou em Trás-os-Montes. Êste, em compensação, menos vivaz e menos versátil, à primeira vista mais estreito, é mais poético e reflexivo, e caracteriza-se pelo seu amor do torrão natal e da natureza, injustamente interpretado (diz Basílio) como egoísmo regionalista de provinciano utilitário. Eis aí a sua doutrina.

Ora (acrescenta êle) no Portugal da Idade Média (no da primeira dinastia) predominou o homem do Norte, com sua nobreza militar — provinciana e rude — e com seu forte municipalismo, por igual rude e provinciano. Na crise, porém, de 1383, inicia-se uma transformação que se completa no século seguinte — e o Português da metade Sul, semita, burguês, mercantil e alucinado, reduz à subalternidade, e para séculos, o Português da parte Norte — ariano, guerreiro, agri-

cultor, ponderado, de tradições solidárias e de génio nacionalista. Teria sido o homem do Sul, segundo a tese, que nos trouxe o regime do centralismo, do absolutismo, do comercialismo, e uma precoçe actividade navegadora e conquistadora. Se não fôsse êste triunfo do Português meridional, a história ulterior da nossa grei, sem profunda alteração nas suas linhas fundamentais, teria mostrado outro carácter. Em vez do trágico relato de uma aventura de mercadores, liquidada por um desastre, seria a narrativa mais serena de uma emprêsa civilizadora, obrada por um calmo povo de gente rural e de marinheiros, robusto, equilibrado, intrépido,—e ainda hoje continuada com a mesma tranqüila obstinação. Atrasar-se-ia por mais um século, provàvelmente, o descobrimento do universo; mas nada, por êsse facto, teria perdido a espécie humana; e nós, em vez de sermos uma sombra doida, a desvairar-se nesta angustura de uma vida europeia sempre anémica, seríamos hoje uma nação robusta, a executar ainda e com mais recursos, mais sabedoria, mais bondade, a obra extensa e grandiosíssima, mas a várias luzes insensata, e tão sanguinosa, e tão estéril, dos nossos antepassados do século XV.

Em resumo, as duas políticas nacionais, que reflectem para Oliveira Martins dois regimes de propriedade, resultam para Basílio Teles da incompatibilidade das duas «raças».

Eu, por minha parte, não creio nesta doutrina, pelos motivos que passo a expor.

Supõe a teoria, essencialmente, o nomadismo do homem do Sul. Ora, os vestígios das obras hidráulicas que datam do tempo dos muçulmanos, no Alentejo, não nos levam a classificá-los como impróprios para a fixação. Eis aí, portanto, a primeira dificuldade. A segunda, é que é arriscado chamar semitas aos muçulmanos que aqui vieram; Árabes, pode dizer-se, quási os não houve entre os invasores; havia Berberes—camitas ao que se julga, da mesma raça que a gente ibérica: e, nesse caso, não há contraste de natureza rácica. A terceira, é que o movimento centralista, burguês, comerciante, não surge só no nosso país: é característico daquela época, pela extensão de tôda a Europa, e devido a causas que são conhecidas e nada têm com dualismos de raças, que noutros países não existiam. A quarta, é que tudo nos leva a crer que havia um contraste no nosso país, mas de outra espécie; um contraste que não era

rácico, mas psicológico e social; e que, sendo social, aparece também nos outros países: o dualismo do homem do campo e do homem da beira-mar; das *elites* do interior (nobres, guerreiras, rurais e conservadoras) e das *elites* das cidades marítimas—comerciantes, inquietas, cosmopolitas e progressivas. Em tôda parte, o comerciante do litoral e o fidalgo senhor da terra — representam interêsses políticos e mentalidades que se contrapõem. Se o tempo de que disponho me permitisse minudenciar, citaria factos indicativos, logo no princípio da nacionalidade (antes de ganho o Sul do país) daquele antagonismo, (não rácico, e sim social) do senhor do campo e do mercador marítimo.

Parece-me, pois, que pouco pêso devemos dar à teoria rácica de Basílio Teles. A teoria que proponho é económico-social, como a doutrina de Oliveira Martins: mas difere dela sensìvelmente.

Notemos que aqui, como em outros pontos, o economista em Oliveira Martins não está de acôrdo com o historiador. Êste, levado pela fantasia, mostra a faina navegadora como natural expansão de perdulários exuberantíssimos, que sentiam, por isso mesmo, o apetite de gastar alhures o superlativo do seu vigor. O economista, pelo contrário, vê na faina das descobertas o triste recurso de uma gente magra, de uma grei famélica, de si escassa e privada de bens, forçada a fugir de uma terra ingrata e a ir moirejando pelo mar em fora.

A meu ver, o homem sem terra do Sul do país deu pessoal à expansão marítima: mas não esteve nêle e na sua penúria a directiva fundamental da política do Transporte. O agente fundamental e directivo da política do Transporte, ao que julgo, foi o burguês do litoral, tanto de aquém como de além-Tejo; foi, através dêle, o espírito comercial-marítimo da alta finança de tôda a Europa; mas o regime económico do Sul forneceu pessoal para essa faina, e mais um motivo para a prosseguirmos, — concorrendo (ao que me parece) para os efeitos desorganizadores da nossa política do mau capelo.

Poderá objectar-se que a minha tese, afinal, vem a ser a de Oliveira Martins, visto que, se o Sul não desse a matéria humana, a expansão marítima se não faria.

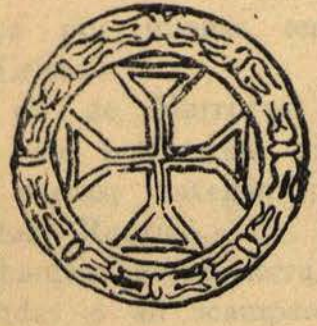
Não creio válido êste augmento: em primeiro lugar, o homem do Norte também navegou; e para irmos até à Índia a Europa inteira nos daria homens, quantos quisessemos, como nos deu efectivamente.

DUAS POLÍTICAS NACIONAIS

Sumariando: o desequilíbrio monstruoso da Circulação e da Produção, de que enfermou o nosso País, — não deve ligar-se a diferença de raças; e cumpria vê-lo sob outras faces, se lhe quisessemos buscar a verdadeira medicação.

(Conclui no próximo fasciculo).

ANTÓNIO SÉRGIO



O POEMA DO CID

VERSÃO E INTERPRETAÇÃO, EM PROSA, DA GESTA CASTELHANA DO SÉCULO XII « CANTAR DE MIO CID »

AS BODAS DAS FILHAS DO CID

(CONTINUAÇÃO)

VIII

VIVEM contentes o Cid e suas companhas. Foi-se o Inverno; Março quere entrar. Agora vos darei novas das partes de além-mar, daquele rei Yucef de Marrocos, o qual, pesando-lhe o que sabia do Cid, dizia:

— Meteu-se à fôrça por minhas terras, e não o agradece senão a Jesus Cristo!

Mandou então o rei de Marrocos juntar a seus varões, dos quais se reünem até perfazerem cinqüenta vezes mil de armas. Metidos em barcas, navegam com rumo a Valência e em cata do Cid dom Rodrigo.

Aportam e desembarcam nessa terra que o Cid conquistara. Fincam as tendas e ali acampam as descridas gentes.

Chegaram ao Campeador tais novas, e ei-lo exclama:

— Louvado seja o Criador e o Pai espiritual! A todo o bem que possuo, o tenho diante. Com afan ganhei Valência, que hei por herdade, e a-menos de morrer não na posso deixar. Graças ao Criador e a Santa Maria Madre, estão comigo minha mulher e minhas filhas. E agora vêm a mim as delícias de além-mar! Empunharei as armas, que não poderei depor. Minha mulher e minhas filhas hão de ver-me pelejar, e claro verão com seus olhos como se fazem moradas em terras alheias e de que modo se ganha o pão.

Sobe o Campeador ao alcáçar com sua mulher e suas filhas, e, baixando as senhoras a vista, olharam o campo de tendas alçadas:

—¿Que é isto, Cid, assim o Criador nos salve?

—Eia, honrada mulher, não hajais pesar! É a riqueza que nos cresce, maravilhosa e grande! Há tão pouco tempo chegastes—e já vos querem dar presentes... Nossas filhas estão por casar, e trazem-nos o enxoval delas.

—Graças a vós, Cid, e ao Pai espiritual!

—Ficai-vos seguras no alcáçar. Quando me virdes lidar, não receeis. Com a mercê de Deus e de Santa Maria Madre, hei de vencer—e orgulha-se-me o coração porque será diante de vós!

IX

O céu clareia. Levantam os mouros as tendas e ouve-se o pressuroso rufo dos tambores. Alegra-se o Campeador:

—Grande dia será êste!

Porém dona Ximena tem mêdo, e o coração parece querer saltar-lhe. Assim também suas filhas e donas. Nenhuma se assustara tanto depois que havia nascido.

Afagando as barbas, disse-lhes o Cid:

—Não hajais temor, que é tudo por vosso bem. Antes de quinze dias, se Deus quiser, aqueles tambores serão nossos: eu vo-los trarei e vereis como são feitos. Dá-los hemos depois ao bispo dom Jerónimo, a-fim-de que os dependure na igreja de Santa Maria, Mãe de Deus.

Cumpriu esta promessa o Cid Campeador.

Vão as damas cobrando ânimo, e já espairecem.

Os mouros de Marrocos, cavalgando esforçados, rompem pelos hortos a-dentro. Vê-os a atalaia e tange o sino. Prestes estão as mesnadas de Rui Dias: armam-se animosas e saem da cidade. Onde topam mouros, aí os acometem com sanha, arrojando-os dos hortos com tais danos que ao cabo daquele dia mataram quinhentos. Alonga-se o assalto até ao campo inimigo. E, após o muito que já fizeram, cuidam em retirar. Ficou lá cativo um cavaleiro do Cid.

Os que comem o pão do Campeador tornam a êste e contam-lho. Também o Cid o vira com seus olhos. E, por quanto haviam feito, o Campeador se contenta:

— Ouvide-me, cavaleiros: não ficaremos por aqui. Bom diá foi o de hoje, melhor será o de amanhã. Armai-vos antes da alva; dar-nos há a absolvição o bispo dom Jerónimo, que nos dirá missa, e cavalgaremos. Iremos acometê-los, como deve de ser, em nome do Criador e do apóstolo São Tiago. Mais vale que nós os vençamos, que colherem-nos êles o pão!

Disseram logo todos:

— Por amor e de vontade!

Aqui falou Minaya:

— Se assim o entenderdes, Cid, mandai-me a mim dêste modo: dai-me cento e trinta cavaleiros para a lide; quando acometerdes duma banda, eu assaltarei da outra, e numa delas ou em ambas Deus nos ajudará!

— Bem está — respondeu o que nasceu em boa-hora.

Cai o dia; a noite entra. Aprestam-se as gentes cristãs. Ao segundo cantar dos galos, antes que amanheça, o bispo dom Jerónimo disse missa. E, dita que foi ela, deu-lhes larga absolvição:

— Ao que hoje morrer ao lidar de cara, eu o absolvo de seus pecados e Deus acolherá sua alma. A vós, Cid dom Rodrigo, que em boa-hora cingistes espada, peço eu, que vos cantei missa esta manhã, um dom: sejam dados por mim os primeiros golpes!

Tornou-lhe o Campeador:

— Concedido!

X

Saíram pelas tôrres de Quarto as gentes armadas, e a todos o Cid vai aconselhando. Deixam às portas da cidade homens apercebidos.

Salta o Cid sôbre o seu cavalo Bavieca, que está bem ajaezado e guarnecido. Com as armas segue o pendão — e lançam-se de Valência.

Vão com o Campeador quatro mil menos trinta, e de

alma e coração acometem os cinqüenta mil mouros. Minaya e Álvaro Álvarez investem doutra banda.

E aprouve ao Criador dar a vitória aos nossos.

O Cid empregou a lança e, depois, a espada, com que matou a mouros sem conta. Pelo sulco do aço o sangue vai escorrendo. No rei Yucef deu três golpes: fugiu daquela espada o rei a tôda a brida, e foi meter-se no castelo de Gugera, até onde o perseguiu o Cid de Bivar. Desde ali se tornou o que em boa-hora nascera, alegre do que tomara. É seu o despôjo. E, dos cinqüenta mil inimigos, viram que não haviam escapado mais de cento e quatro. Em ouro e prata, ao levantar a presa, recolheram as mesnadas, fora outros haveres inumeráveis, três mil marcos.

Alegre está o Cid, com todos os seus vassalos, pela divina mercê da vitória! Quando o Campeador deu por vencido o rei de Marrocos, entregou o comando a Álvaro Fáñez e recolheu a Valência. Trazia a cabeça nua e, montado em Bavieca, empunhava a espada.

XI

Receberam ao Cid as senhoras, que o estavam esperando. Parando diante delas, disse-lhes, sem largar as rédeas:

— Ante vós, senhoras, me humilho. Grande bem vos hei cobrado. Guardastes-me Valência, e eu venci em campo. Assim Deus o quis, com todos os seus Santos, que, a-quando de vossa vinda, ganhasse tal riqueza. Vêde esta espada sangrenta e êste cavalo suado: desta guisa se vencem mouros na guerra! Rogai ao Criador que vos eu viva alguns anos, pois muito prezadas sereis e hão de beijar-vos as mãos.

Assim falou o Cid, e apeou do cavalo.

Quando êle se adiantou, as filhas, as donas e sua honrada mulher caíram de joelhos diante do Campeador:

— Por vossas nos temos, e Deus vos dê muitos anos!

Rodeando-o, entraram com êle em palácio e sentaram-se à sua volta em preciosos escanos.

— Dona Ximena, minha mulher, não mo haveis pedido? A estas donas que trouxestes, e tão bem vos servem, quero casá-las com vassalos meus. A cada uma darei duzentos

marcos. Que em Castela se saiba a quem vieram servir. E, quanto a vossas filhas, falaremos mais de espaço.

Levantaram-se as donas e beijaram-lhe as mãos. Grande alegria vai por todo o palácio!

Como o Campeador o disse, assim se fêz.

XII

Entretanto Álvaro Fáñez Minaya estava no campo, contando e escrevendo, com tôdas as suas gentes, os ganhos havidos.

Em tendas, armas e ricas vestimentas, tão grande é a riqueza que todos falam dela.

E agora quero dizer-vos o melhor: não lograram saber a conta de todos os cavalos, que andavam aparelhados mas ninguém podia apanhar.

Os mouros dessas terras também ganharam alguma cousa. E, a-pesar destas larguezas, ao quinhão do Campeador couberam mil cavalos. Quando ao Cid couberam tantos, bem pagos ficaram os que o serviam.

Quantas formosas tendas e postes lavrados!

A tenda de el-rei de Marrocos, principal de tôdas, sustêm-na dois postes de lavrado ouro. Mandou o avisado Campeador que a deixassem armada e nenhum cristão lhe tocasse:

—Tal tenda como esta, vinda de Marrocos, quero enviá-la a Afonso, o Castelhano, para que acredite nas novas da boa fortuna do Cid.

Entraram em Valência com estas riquezas tôdas.

O bispo dom Jerónimo, o clérigo cumpridor, fartou-se de pelejar às mãos ambas, e não têm conta os mouros que matou.

O que lhe cabe a êle é também sobejo, porque o Cid dom Rodrigo, o que em boa-hora nascera, de todo o seu quinto deu-lhe o décimo.

XIII

Alegres estão os cristãos de Valência, tão grandes haveres possuíam, e cavalos e armas. Alegre está dona Ximena com suas filhas ambas, assim como as outras damas, já casadas.

O bom do Cid não quis esperar mais:

—¿Onde estais, meu braço direito? Vinde cá, Minaya. O que vos coube, a vós-mesmo o deveis. Do meu quinto, ouvi-me bem, tomai o que quiserdes, que o resto chega. E amanhã pela alva ir-vos heis, com duzentos cavalos do meu quinto, selados, enfreados e de espadas pendentes. Por amor de minha mulher e minhas filhas, por havê-las deixado vir onde estão contentes, êstes cavalos ofereço ao rei Afonso, para que não diga mal do que manda em Valência.

Ordenou a Pero Vermúdoz que acompanhasse a Minaya. No outro dia de manhã logo cavalgaram, levando a duzentos homens em sua companhia, com muito saüdar do Cid ao rei Afonso, a quem êle beijava as mãos, dizendo-lhe que «sempre o serviria em-quanto a alma o aviventasse.»

Saem de Valência e metem-se a-caminho. Tais riquezas levam que é mister guardá-las. Dia e noite andam, sem se darem vagares. Passaram a serra que os apartava do reino, e vão preguntando por el-rei dom Afonso. De novo atravessam montes e águas e chegam a Valladolid, onde el-rei estava, e a quem Minaya e Pero Vermúdoz enviaram aviso, para que mandasse receber a esta companha que lhe traz o presente do Cid, o de Valência.

Havíeis de ver quanto el-rei se alegrou!

Logo mandou a seus fidalgos cavalgassem e, entre os primeiros, saíu para ver as mensagens do que nascera em boa-hora.

Os moços Carrions estavam presentes, e também o conde dom Garcia, o mau inimigo do Cid. O que a uns apraz, a outros pesa.

Já se avistavam os daquele que em boa-hora nascera: dir-se-ia que era um exército, não mensageiros.

El-rei dom Afonso benzia-se!

Adiantam-se Minaya e Pero Vermúdoz, apeiam, ajoelham diante de el-rei, beijam-lhe os pés e beijam a terra:

—Mercê, dom Afonso, rei honrado! Êstes beijos vo-los damos em nome do Cid Campeador, que seu senhor vos chama e se tem por vosso vassalo. Muito apreciou o Cid a honra que lhe fizestes. Poucos dias há, senhor, que destroçou em campo ao rei Yucef de Marrocos, com cinqüenta

mil mouros. Tão grandes haveres colheu que chegaram a ricos todos os seus vassalos. Êle vos envia êstes duzentos cavalos e beija-vos as mãos.

Respondeu el-rei dom Afonso:

— Aceito-os com gôsto. Agradeço ao Cid tal dom que me êle envia, e venha ainda a hora em que eu possa retribuir-lho.

Agradou a muitos isto que ouviram, e foram beijar as mãos a el-rei.

Ao conde dom Garcia muito pesou. Apartando-se com dez dos seus parentes, resmungava, irado:

— Maravilha é que o Cid tanto cresça em honras! E com tais honras nos aviltamos nós. Por tão fàcilmente vencer reis em campo, tal se os achasse mortos, e por mandar tantos cavalos de presente, haveis de ver que ainda receberemos afronta!

Falou el-rei dom Afonso como ides ouvir:

— Graças a Deus, e ao senhor Santo Isidro, me envia o Cid estes duzentos cavalos. Por meu reinado adiante me poderá êle ainda melhor servir. A vós, Álvaro Fañez Minaya e Pero Vermúdoz, mando que sejam dadas ricas vestimentas e as armas que escolherdes, a-fim-de que bem pareçais ao Cid Rui Dias. Dêstes cavalos, tomai três. Diz-me o coração que de tôdas estas cousas nos há de provir bem!

Havendo beijado as mãos a el-rei, Minaya e Pero Vermúdoz recolheram-se a descansar, providos de quanto haviam mister.

XIV

Ora vos contarei o que os moços Carrions diziam um ao outro, à puridade:

— Cada vez vão mais por diante as cousas do Cid! Cuidemos de pedir-lhe as filhas para casarmos com elas, e cresceremos também em honra e em riqueza.

Foram ter com el-rei e fizeram-lhe o pedido:

— Como a rei e senhor vos rogamos esta mercê, e com vosso conselho isto queremos fazer: pedi para nós dois ás filhas do Campeador, as quais esposaremos, para bem nosso e honra sua.

Por largo espaço meditou el-rei e, ao cabo, disse-lhes:

— Desterrei o bom Campeador, e, fazendo-lhe eu tanto mal, e êle a mim grande bem, não sei se lhe agradarão os casamentos. Mas, pois assim o desejais, tratemos de o saber.

Então chamou a Álvaro Fáñez Minaya e a Pero Vermúdoz e, apartando-se com êles em uma câmara, falou-lhes:

— Ouvi-me, Minaya, e vós, Pero Vermúdoz: tão bem me serve o Cid Rui Dias Campeador, que o meu perdão haverá e bem merecido. Aviste-se êle comigo, se tal lhe apraz, pois que em minha côrte há cousas novas: Diogo e Fernando, os moços Carrions, têm gôsto de casar com as filhas do Cid. Sêde bons mensageiros, e rogo-vos digais ao Campeador que crescerá em honra ao aparentar-se com Diogo e Fernando de Carrion.

De acôrdo com Pero Vermúdoz, Minaya respondeu:

— Dir-lhe hemos da vossa parte o que desejais. Depois o Cid fará como entender.

— Dizei mais a Rui Dias — acrescentou el-rei — que nos encontraremos onde melhor lhe calhe e aí plantaremos o sinal. Quero ajudar ao Cid em tudo quanto possa.

Assim se despediram de el-rei, e para Valência se encaminham com todos os seus.

XV

Quando soube que chegavam, o bom Campeador cavalga, sai a recebê-los e abraça-os, sorrindo:

— Minaya e Pero Vermúdoz: em poucas terras haverá dois varões como vós! ¿Que novas me trazeis de Afonso, meu senhor? Ficou contente? Recebeu a oferta?

— Contente de alma e coração — respondeu Minaya — e seu amor vos dá.

— Louvado seja Deus! — exclamou o Cid.

Dito que foi isto, começaram a praticar acêrca do que rogava Afonso, o de Lião, que era dar o Cid as filhas aos moços Carrions: ganharia mais honra com o parentesco, pelo que el-rei, como amigo, o aconselhava.

Quando o bom Campeador tal ouviu, ficou-se a pensar longo tempo, e depois disse:

— Louvado seja Nosso Senhor Jesus Cristo! Fui desterrado, tiraram-me as honras, com grande afan ganhei o que ora tenho. Agradeço a Deus me torne o amor de el-rei, e que êste peça minhas filhas para os moços Carrions. Dizei-me, Minaya, e vós, Pero Vermúdoz: que vos parecem tais casamentos?

— Haveremos por bom o que vos aprouver.

Continuou o Cid:

— São os moços Carrions de grande linhagem, mui soberbosos como gente da côrte. Não levaria eu em gôsto tais casamentos, se mos não aconselhasse quem vale mais do que nós. E, pois isto é assim, tratemo-lo à puridade, e que Deus do Céu tudo faça pelo melhor!

— Disse também el-rei Afonso — acrescentaram os mensageiros — que convosco se avistaria onde mais vos aprouvesse, pois deseja ver-vos e mostrar-vos seu afecto; e então acordaríeis com êle no que levasseis em gôsto.

— Do coração me apraz — tornou o Cid.

— Pensai, pois, — lembrou Minaya — onde há de ser vosso encontro.

— Não era de admirar — respondeu o Campeador — que, querendo-me el-rei falar, me dissesse o lugar onde havia de ser, para que eu o honrasse como a rei e senhor. Mas o que êle quiser, isso o queremos nós. Na margem do Tejo, que é grande rio, nos avistaremos quando o meu senhor determinar.

Escreveu cartas o Cid, selou-as bem seladas e mandou-as por dois cavaleiros.

O que el-rei quiser, isso fará o Campeador.

XVI

Quando el-rei leu as cartas, alegrou-se-lhe o coração:

— Saüda-me o Cid, o que em boa-hora cingiu espada. Avistar-nos hemos de aqui a três semanas, e, se Deus me der vida e saúde, sem falta lá estarei.

Recebeu o Campeador a resposta.

E, duma e outra parte, começam a preparar-se para as visitas.

¿Quem viu nunca por Castela tanta bonita mula, tanto

palafrém bom andador, tantos fortes ginetes corredores, tanto garrido pendão metido em hastes ricas, tanto escudo com centros de ouro e prata, e mantos, peles e bons cendais de Andria?

Manda el-rei para a margem do Tejo, onde hão de celebrar-se as visitas, fartos mantimentos. Vai com el-rei boa e numerosa companhia. Os moços Carrions não param de contentes. Com uns se endividam, a outros pagam. E pensam que tão ricos serão que hão de ter quanto ouro e quanta prata quiserem! Cavalgava apressado el-rei dom Afonso, levando consigo a condes, infanções e numerosas mesnadas.

Os moços Carrions levavam também grossa companha. Com el-rei vão lioneses, mesnadas galegas, e sabei que as castelhanas não têm conta. E todos soltam as rédeas a-caminho da margem do Tejo.

Em Valência o Cid Campeador também se apressa e prepara.

Ali as mulas robustas, os fiéis palafréns, os cavalos à ligeira, as boas armas, as capas ricas, e ricas peles.

Grandes e piquenos trajam garridas côres.

Álvaro Fáñez Minaya, Pero Vermúdoz, Martim Muñoz, o que mandou em Montemor, Martim Antolínez, o leal burgalês, o bispo dom Jerónimo, clérigo excelente, Álvaro Álvarez, Muño Gustioz, o nobre cavaleiro — todos se dispõem a acompanhar o Campeador, e assim os outros que ali se encontram.

A Álvaro Salvadórez e Galin Garcia, o de Aragão, entrega o Campeador a guarda de Valência: recomenda-lhes que a guardem de alma e coração, e aos que nela ficam. Determinou o Cid que, nem de dia nem de noite, se abrissem as portas do alcáçar: lá dentro estão sua mulher e suas filhas, com quem demora a sua própria alma, e às quais as donas devem de bem servir. Mais recomendou, como varão prudente, que nenhuma sair possa do alcáçar até que torne o que nasceu em boa-hora.

XVII

Dão de esporas e abalam de Valência. Tantos cavalos de guerra, fortes e velozes, ganhara-os o Cid: ninguém lhos havia dado. E encaminham-se para onde se ajustara o encontro com el-rei.

El-rei dom Afonso tinha chegado um dia antes. Quando viram assomar o Campeador, saíram a recebê-lo com grandes honras. Olhando isto o que em boa-hora nascera, mandou estacar os seus e avançou só com aqueles a quem o seu coração mais queria.

Com uns quinze cavaleiros apeou e, de joelhos e com as mãos em terra, mordeu as ervas do chão, chorando de alegria aos pés de el-rei.

Assim o Cid se humilhou ante Afonso, seu senhor.

El-rei, com grande pesar, exclamou:

— Levantai-vos, oh Cid Campeador! Beijai-me as mãos, porém os pés, não. Se isto me não fizerdes, não conteis com minha amizade!

Ajoelhado, o Campeador respondeu:

— Mercê vos peço como a meu senhor natural! E, estando eu assim, dai-me a vossa graça diante de todos quantos aqui estão.

— De alma e coração o faço! — tornou el-rei. — Aqui vos perdôo, vos dou minha amizade e, desde hoje, acolhida em todo o meu reino.

— Graças, meu senhor, e tudo aceito, agradecendo-o a Deus do Céu, depois a vós e a estas mesnadas que nos rodeiam!

Sempre de joelhos, o Cid beijou as mãos a el-rei; em seguida ergueu-se e beijou-o na bôca.

Todos em volta haviam grande gôsto do que estavam vendo, menos Álvaro Dias e Garcia Ordóñez.

Continuou o Cid:

— Isto agradeço ao Padre Criador: o reaver a graça de meu senhor dom Afonso! Sempre Deus me há de valer noite e dia. Sereis meu hóspede, se vos apraz, senhor.

— Tal não será — disse el-rei. — Chegastes agora e nós viemos ontem. Sereis vós meu hóspede, Cid Campeador, e amanhã faremos como desejais.

Beijou-lhe a mão o Cid, concedendo.

Acercam-se então os moços Carrions, para saüdar:

— Ante vós nos humilhamos, Cid, nascido em boa-hora. Em tudo que pudermos vos serviremos.

Respondeu-lhes o Campeador:

— Deus o queira!

E naquele dia o Cid Rui Dias, o que em boa-hora nascera, foi hóspede de el-rei, que não o pode deixar, tanto lhe quere, e se maravilha, como todos os outros, ao remirar-lhe as barbas tão crescidas.

Passou êsse dia e veio a noite.

No outro dia de manhã, em-quanto o Sol saía, manda o Campeador aos seus que preparem manjares para quantos ali se acham. De tal guisa obsequeia a todos, que todos se sentem alegres e nisto acordam: que havia três anos não comiam tão bem!

Na manhã seguinte, ao romper da aurora, o bispo dom Jerónimo cantou missa. Á saída da missa juntaram-se todos e não tardou que el-rei dissesse:

— Escutai-me, mesnadas, condes, infanções! Quero fazer um pedido ao Cid Campeador. Assim Jesus Cristo mande que seja para bem. Vossas filhas peço, dona Elvira e dona Sol, para que as deis por mulheres a Diogo e Fernando de Carrion. Parecem-me casamentos honrados e propícios. Êles vo-lo pedem, eu o recomendo. Quantos aqui estão, duma parte e da outra, os meus e os vossos, peçam também comigo. Cid, dai-as pois, e sempre nos valha o Senhor!

— Não devera eu casar a minhas filhas, — respondeu o Campeador — por ainda serem tão novas. São de muita nobreza os moços Carrions, bons para minhas filhas e até para outras melhores. Eu as fiz, vós as criastes: eu e elas estamos em vossas mãos. Delas, pois, disporeis, e dai a quem quiserdes dona Elvira e dona Sol, que eu ficarei contente.

— Graças — disse el-rei — a vós e a tôda esta côrte!

Levantaram-se os moços Carrions, foram beijar as mãos ao que nascera em boa-hora e, diante de el-rei, trocaram com êle as espadas, em sinal de pacto.

Então el-rei disse:

— Graças, bom Cid, dilecto do Criador, por me haverdes dado vossas filhas para os moços Carrions. Daqui tomo por minhas mãos a dona Elvira e dona Sol, para as dar por espôsas a Diogo e Fernando. Com vossa licença as caso; Deus queira que disto hajais gôsto. Entrego em vossas mãos os moços Carrions, para que vão convosco. Dou-lhes trezentos marcos de prata para ajuda das bodas, ou para o

que vós quiserdes. Quando em Valência, a maior, estiverem sob o vosso poder, genros e filhas todos serão vossos filhos. Fazei dêles o que vos aprouver, Campeador.

Recebeu-os o Cid, depois de beijar a mão a el-rei:

— Muito vos agradeço como a rei e senhor. Sois vós que a minhas filhas casais; não eu.

Estão dadas as palavras, feitas as promessas.

Na manhã seguinte cada um cuidará de ir a-caminho do lugar donde viera.

Ali fêz o Cid cousas assinaladas. Tanta mula vigorosa, tanto bom palafrém, tanta preciosa vestimenta, começa o Campeador a ofertá-los a quem os quere para si. Cada um lhos pede e êle a todos dá.

Cavalos, deu sessenta. E todos se acham contentes de terem vindo a tais visitas. Em-fim recolhem-se, que a noite fechou-se.

Á despedida, tomou el-rei pela mão aos moços Carrions e entregou-os ao Campeador:

— Eis-aqui a vossos filhos, pois já são vossos genros. Por vossos os recebei, para que vos sirvam como a pai e respeitem como a senhor.

— Agradeço tal dom, e Deus vo-lo pague — respondeu o Cid.

E continuou:

— Mais uma mercê vos peço, como a meu rei natural: pois que casais a minhas filhas segundo vossa vontade, designai quem as receba em vosso nome. Não as darei por minha mão: não se gabem de tal.

— Aqui está Álvaro Fáñez. Tome-as êle por sua mão e dê-as aos moços Carrions, assim como eu as tomo daqui, tal se fôssem presentes. Sereis vós o padrinho, Minaya, e quando voltarmos a ver-nos, dir-me heis se isto cumpristes.

Respondeu Álvaro Fáñez:

— Senhor, à-fé que o cumprirei.

Tudo isto se fêz, como estais vendo, de mui cuidadoso modo.

Disse por fim o Cid:

— Eia, pois, rei dom Afonso, meu tão honrado senhor: destas nossas visitas guardai alguma lembrança. Ofereço-vos

trinta palafréns bem ajaezados e trinta cavalos corredores, bem selados: aceitai-os. Beijo-vos as mãos.

— Vossa largueza me espanta! — tornou el-rei. — Aceito o dom, e Deus, com todos os seus Santos, vos pague o gôsto que me dais. Muito me honrais, Cid Rui Dias, e tão bem me servis a meu contento que, se eu viver, alguma cousa farei por vós. Daqui me vou encomendando-vos a Deus. E Êle nos guarde a todos!

Saltou o Cid sôbre Bavieca, e falou:

— Aqui o digo, diante de meu senhor el-rei dom Afonso: quem quiser assistir às bodas e receber meus dons, venha de aí comigo, que em seu proveito será.

Despediu-se de el-rei o Cid, sem deixar que êle saísse a despedí-lo.

Ali veríeis formosos cavaleiros beijarem a mão de el-rei:

— Senhor, deixai-nos ir às bodas das filhas do Cid, em Valência, a maior!

D. Afonso, agradado, dava licença a todos.

E muitas gentes seguiram o Campeador.

Assim a companha do Cid cresceu, e a de el-rei mingüou.

(Continuar-se há).

AFFONSO LOPES VIEIRA

BIBLIOGRAFIA, MÚSICA E ARTES PLÁSTICAS

EXPOSIÇÕES, CONCERTOS E CONFERÊNCIAS

HISTÓRIA E FILOLOGIA

ACHILLE SEGARD: *ANGO DE DIEPPE — (Collection des Clochers de France).* N.º 7. — Paris, 1925.

O *Mercure de France* do mês de Maio dá notícia da obra acima, que é um folheto de 57 páginas, onde se exaltam os feitos dos marítimos normandos, e a pessoa do arrojado e opulento armador, orgulho de Dieppe, sua pátria. Ango é figura conhecida de quantos estudam a história portuguesa do reinado de D. João III, pelas controvérsias a que deram lugar as depredações de seus navios, e conseqüentes negociações entre as côrtes de Paris e Lisboa. Desde Frei Luís de Sousa, nos apontamentos para os seus *Anais,* até os srs. Malheiro Dias e António Baião na *História da colonização do Brasil,* muitos são os escritores que em Portugal e no Brasil têm versado a matéria.

O fundamento da contenda veio das tentativas dos franceses por negociarem e se estabelecerem no Brasil. Não só os capitães de João Ango, também outros, oriundos de Dieppe ou não, percorreram a costa, trataram com os selvagens, assentaram colónias efémeras, e trouxeram à Europa as produções do país.

Conta-nos o autor que a expedição de Cristóvão Jaques em 1516 (aliás 1526), mandada para expulsar os intrusos — «pilhou, queimou, saqueou e chegou mesmo a entregar alguns infelizes normandos e bretões aos antropófagos indígenas» —, (pág. 25). O crítico do *Mercure* completa, dizendo que os franceses foram comidos pelos selvagens. Sem dúvida estava isso no pensamento do autor, mas não o declarou. A ver-

dade é que os documentos relativos ao caso, reclamação do rei de França a D. João III, e queixas dos bretões interessados na aventura, não fazem menção de tal. Diz a carta de Francisco I que alguns dos seus súbditos, vendo o perigo de se afundarem os navios pelo ataque dos nossos — « saíram a terra e se meteram nas mãos dos selvagens». (Documento da Tôrre do Tombo, publicado na *Hist. da colonização do Brasil*, T. 3.º, cap. 2.º). E articula mais que, tendo-se rendido os que ficaram a bordo, foram parte dêles enforcados, outros mortos a tiros e sètadas, com várias barbaridades. O documento anexo, não publicado, que é o rol das queixas dos negociantes bretões, diz sòmente que os portugueses — «fizeram morrer por diversos tormentos, crueldades e inumanidades» — a alguns dos rendidos. Em todo o caso não seriam êstes em grande número, pois que cêrca de trezentos prisioneiros, colhidos na ocasião, trouxe Cristóvão Jaques para o Reino. Á vista disto não merecerá mais crédito a notícia de que adiante, em 1531, entregou Pero Lopes de Sousa dois franceses, de uns vinte aprisionados, aos selvagens, para que os devorassem (pág. 21). O capitão da armada era Martim Afonso de Sousa, e êsse, que mandou enforcar o pilôto Pero Serpa, por andar ao serviço dos franceses, com mais razão largaria aos canibais o patrício traidor.

O sr. Segard possui um método seu de tratar a história. Em seguida ao caso de Cristóvão Jaques afirma que, em conseqüência de tais massacres, a hostilidade entre normandos e portugueses se complicou por ciladas contínuas. Para justificação aduz um exemplo: o assalto de João Fleury, piloto que fôra de João Ango, a uns navios espanhóis, que conduziram da América as riquezas enviadas por Fernão Cortez (pág. 25). Que relação possa ter isso com a inimizade aos portugueses escapa-lhe mencionar.

Em outro passo diz que em história, do mesmo modo que na pintura — preceito de Ingres — se não deve confundir a exactidão com a verdade. Contar a vida de um homem qual Ango, cingindo-se a factos e datas, é trair a missão do historiador. Sabe-se que D. João III, tendo aviso de serem concedidas a Ango cartas de marca contra os portugueses, mandou a França emissários, a negociarem com êle a renúncia, o que por avultada soma conseguiram. De aí o dizer-se lá que tinham vindo embarcações de Dieppe a Lisboa, bloquear o pôrto, as quais retiraram sòmente quando o rei, capitulando, pagou forte indemnização. Permaneceu o caso na tradição oral, mas desapareceu há muito da história. O sr. Segard não pretende restabelecê-lo; todavia é parecer seu que às vezes o falaz da lenda encerra uma verdade mais geral e mais profunda

que a precisão dos factos. — «Deixemos aos eruditos de coração sêco — diz êle — a triste satisfação de reduzirem ao exacto o episódio mais característico da vida do grande armador, e punhamo-nos deliberadamente da banda de lenda. É bom e justo dizer: Ango, burguês de Dieppe, foi vencedor do rei de Portugal» — (pág. 34).

Com igual conceito da história, refere o sr. Segard que dois diepenses porfiam pela honra de haverem descoberto o Amazonas: João Cousin, navegador famoso, que já antes, em 1401, tinha passado o Cabo das Agulhas, alcançando as Grandes Índias, de onde voltou carregado de riquezas; e Francisco Pinzon, marinheiro de Dieppe que, desterrado da pátria por maus procedimentos, foi a Génova dar informações a Cristóvão Colombo, e com êle partiu, comandante de um dos barcos da expedição ao Novo Mundo.

Por mais indiferente que seja ao autor a realidade dos acontecimentos, podemos dizer que aqui êle se excedeu a si próprio, e baralhou mais que o permitido factos, nomes e datas. Talvez menos de propósito que por desfalecimento de memória. Êste João Cousin, que precedeu a portugueses e castelhanos nas viagens aventurosas, foi apresentado aos geógrafos, no congresso de Americanistas, em 1877, no Luxemburgo, por Paulo Gaffarel, na memória intitulada — *Descobrimento do Brasil pelos franceses*. Segundo êste escritor, especialista de estudos sôbre a América, o navegador achou-se em 1488 na foz do Amazonas. A fonte de Gaffarel tinham sido as *Memórias cronológicas para a história da navegação francesa*, de um tal Desmarquets, publicadas em 1785. Por seu turno o historiador referia-se a documentos dos arquivos de Dieppe; mas sucedeu que arquivos e documentos desapareceram no incêndio da cidade, em 1694, quando os ingleses a bombardearam. De sorte que havemos de aceitar por fiador único dos sucessos a palavra de Desmarquets, como fêz Gaffarel, e a tal nos não achamos obrigados os que não somos de Dieppe.

Outras razões ainda autorizam ao scepticismo. Dos mesmos arquivos constava ter acompanhado a Cousin na viagem um marinheiro espanhol, expulso ao chegar a França. Era êste o Alonso Pinzon, companheiro de Colombo; e foi êle o que, segundo a tradição local, animou o genovês nas horas de desfalecimento, e, fazendo uso dos conhecimentos adquiridos, lhe apontou o caminho. Assim em Desmarquets. O sr. Segard muda o nome e a naturalidade ao espanhol, e fá-lo viajar separadamente de Cousin, por lhe não ser fácil conciliar a data de 1401, da suposta jornada ao Oriente, com a de 1492, do descobrimento de Colombo.

Depois disto ¿em que conta podemos ter a notícia sôbre franceses da-

dos a comer aos selvagens, que o autor do *Angot de Dieppe* enuncia, e o colaborador do *Mercure* com prazer malicioso sublinha?

Da imaginária viagem de João Cousin à Índia não cabe tratar aqui. A fábula foi há muitos anos destruída por António Ennes, em um artigo do jornal *O Pais*, onde mofa das emprêsas e do navegador que — diz êle — «tinha percorrido boa parte do caminho da Índia antes de Bartolomeu Dias e Vasco da Gama, navegado no Amazonas antes de Pinzon, tocado no Brasil antes de Cabral, e, em suma, encontrado a América antes de Colombo».

J. LUCIO D'AZEVEDO

C. WESSELS: *EARLY JESUIT TRAVELLERS IN CENTRAL ASIA*, The HAGUE, MARTINUS NIJHOFF, 1924.

SUBORDINADO ao título *Early Jesuit Travellers in Central Asia*, publicou há pouco na Holanda o Sr. C. Wessels um livro notável, que muito interessa à história da acção missionária portuguesa na Índia, por tratar de verdadeiras viagens de exploração que os nossos missionários jesuitas, com aquela fé cristã que tanto os caracterizava, efectuaram no interior da Ásia, através das maiores dificuldades.

Efectivamente, causa admiração como desde o princípio do século XVII, êsses pioneiros religiosos realizavam as suas viagens em regiões onde tantos exploradores modernos têm fracassado, não obstante rodearem-se das possíveis comodidades de viagem que a indústria tem imaginado.

Se nós admiramos as explorações dos antigos missionários portugueses na Abissinia e em outros pontos da África Oriental, e do interior de Angola e Congo, ¡o que diremos dêsses exploradores da Ásia, o primeiro dos quais, Bento de Góis, efectuou a mais emocionante viagem de Agra a Sucheo, na fronteira da China, na idea de abrir caminho por terra até ao Cathay!

É por esta viagem que começa o livro do Sr. Wessels, que temos presente.

Pôde êste autor compulsar os arquivos da Companhia de Jesus, em Roma, onde encontrou um farto repositório da obra missionária portuguesa. Leva o Sr. Wessels o seu escrúpulo em reproduzir nos Apêndices, da sua notável obra, as cartas de alguns dêsses viajantes, em que êles singelamente relatavam, cheios de fé, todos os acidentes das suas viagens

e os respectivos itinerários. O de Bento de Góis foi por nós traçado e descrito na publicação que, conjuntamente com Augusto Ribeiro, um erudito açoreano, cuja morte pranteamos, a Sociedade de Geografia editou, em comemoração do centenário daquele benemérito missionário, o primeiro europeu que atravessou o Pamir de Oeste para Leste. A êsse trabalho que, por meu lado, não teve outra pretensão que não fôsse mostrar no mapa o itinerário seguido por Góis, faz Wessels algumas referências no seu belo livro, como as faz também ao de Augusto Ribeiro.

O autor dessa obra, examinando aqueles arquivos, achou tão interessantes os verdadeiros relatórios de viagem dos nossos padres, que de muito lhe serviram para o seu livro como valioso subsídio, e, honestamente, alguns reproduz nos Apêndices à sua obra, de forma que aí os podemos saborear na nossa língua. Têm todo o cunho da época. São notáveis documentos de um indubitável valor. O do Apêndice I é o relatório do padre Francisco de Azevedo, da sua viagem ao Tibet, partindo de Agra, que os missionários da Ordem haviam escolhido para centro de irradiação. É também de Agra que Bento de Góis e António de Andrade partem para as suas viagens de exploração missionária, dando conta dos países que atravessaram, o que lhes imprime o carácter de explorações geográficas através de regiões até então não percorridas por europeus.

São ali os jesuitas portugueses os pioneiros da civilização cristã que pretendiam implantar.

O Apêndice II intitula-se: «Relação que mandou o padre Estêvão Cacela da Companhia de Jesu ao padre Alberto Laercio Provincial da Provincia do Malavar da India Oriental, da sua viagem para o Catayo, até chegar ao reino do Potente.»

O Apêndice III intitula-se «Relação da Missão do Reino de Uçangue cabeça dos do Potente, escrita pelo padre João Cabral da Companhia de Jesu.»

Os padres Cacela e Cabral empreendem a sua viagem, partindo de Hugli, na margem direita de um dos braços do Ganges, a norte de Calcutá, donde seguem para Dacca, onde ainda hoje mantemos uma cristandade na dependência do bispado de Meliapor, se bem nos recorda.

De Daca o seu itinerário é dirigido para a côrte do Rei de Uçangue (Utsang) que era em Gigaci (Shigatse) em 3600m de altitude, junto do curso do Tsangpo, para o que tiveram de atravessar o Himalaia, umas 140 milhas a leste do monte Everest.

Na volta tomaram o caminho de oeste, em direcção ao Nepal, achan-

do-lhe semelhança com o Alentejo, a-pesar-de, por vezes, terem passado por cima do caramelo. Atravessando o Nepal pelo caminho usual, chegam a Patna e a Rajamal dirigindo-se a Hugli.

Esta viagem fazem-na os dois missionários, atravessando por duas vezes o Himalaia, por leste e oeste do Everest, que tanto trabalho deu ainda há pouco à missão scientífica inglesa, que como se sabe pretendia atingir o cimo desta altíssima montanha.

Constituem êstes três documentos curiosas narrativas de viagem, de uma minúcia admirável, e mostram como trabalhavam, naquela época, êstes beneméritos. Ali se vê o estado das missões dirigidas pelos padres portugueses, que são quási exclusivamente os únicos que metiam ombros a tão arriscadas emprêsas. É que foram sempre os portugueses que desbravaram os caminhos, cheios de tanto entusiasmo como de modéstia.

Sem outro preparo que não fôsse a sua grande fé, êles atravessam o Pamir, sobem ao Himalaia, viajam pelo deserto de Gobi, percorrem o Tibet ocidental e chegam por terra ao Cataio, onde por mar hão aportado os nossos marinheiros, nessas maravilhosas viagens para além da Taprobana, que o mesmo é dizer para além de Samatra. Tudo isso é feito com escassos recursos, íamos a dizer sem êles, sobretudo se os compararmos com os comodismos das viagens de exploração actual.

Veja-se os preparativos que tiveram as explorações dos Sven Hedin, Prejevalsky, Aurel Stein, Rawling, Coronel Burrard e tantos outros de várias nacionalidades, rodeando-se do melhor material que a indústria moderna tem construído, expressamente para viagens de exploração, nos mais recônditos pontos da terra.

Têm estes viajantes, sem dúvida, uma soma de conhecimentos scientíficos muito maiores dos que, ao tempo, possuiam aqueles egrégios missionários, mas nem sempre descreveram os países que exploraram com a exactidão de conscientes observadores como êles o fizeram.

E, para não sairmos para fora da acção missionária, visto que de tal a obra de Vessels se ocupa, diremos que a todos causa verdadeira admiração o rigor e minúcia com que frei João dos Santos descreve o norte de Moçambique, na sua notável obra: *Ethiópia Oriental.* A descrição da Abissinia e das nascentes do Nilo, pelos nossos missionários, seus descobridores, tão minuciosamente posta em evidência por Kurt Krause na sua tese: *Os Portugueses na Abyssinia*, é uma nova demonstração do rigor com que procediam nas suas explorações. No nosso trabalho intitulado *Investigações Geográficas*, no artigo: *O Pamir e o Tibet percorrido pela pela primeira vez pelos portugueses*, referimo-nos às viagens de Bento

de Góis e de António de Andrade, revindicando para êles a glória daquelas explorações, antes de outrem.

Entre a numerosa bibliografia a que o Sr. Wessels se refere na sua obra, não figura aquele nosso trabalho, mas menciona o estudo que fizemos acêrca do itinerário de Bento de Góis em que, como dissemos, com o rigor com que costumamos operar, tivemos de fazer várias identificações toponímicas e a-pesar dos reparos do Sr. Wessels, a páginas 14, nota 3, sôbre a data da partida de Agra; pág. 19, nota 2, sôbre a posição de Gialalabat e a página 34 acêrca de Tchiklik, continuamos, em muito boas companhias, a supor que não nos teríamos equivocado. É, porém, muito para agradecer o ter-se o Sr. Wessels ocupado do nosso estudo acêrca do itinerário de Bento de Góis, que é tudo quanto há de mais natural, o ter seguido o caminho dos caravanas, que é o de menor esfôrço, procurando os vales, evitando quanto possível subidas ásperas e difíceis.

O Sr. Wessels faz acompanhar o seu primoroso estudo de um mapa onde traçou os itinerários de Bento de Góis, de António de Andrade, de Francisco de Azevedo, de Estêvão Cacela e João Cabral, não se compreendendo como os nomes dêstes dois últimos vêm escritos à inglesa: «Stephen Cacella e John Cabral».

Sendo um dos objectivos do ilustre investigador holandês determinar, na sua obra, o valor scientífico das cartas ou relatórios daqueles missionários e colocá-los no lugar eminente a que têm direito, entre aqueles que têm contribuído para o desenvolvimento da geografia, não faz o escritor mais do que um dever de justiça, tanto mais que a obra dos portugueses tem sido comprovada pelos trabalhos dos modernos viajantes.

É esta uma verdade, que o Sr. Wessels reconhece e que com a maior hombridade manifesta, o que nem todos os escritores hão feito quando se ocupam das descobertas e viagens portuguesas.

Todos nós em Portugal, que prezamos o nosso nome pelo que fomos e pelo que somos, devemos tributar os maiores louvores ao Sr. Wessels por êste seu novo trabalho de investigação, em que tanta perícia revela. Justo é dizê-lo.

Devida homenagem seria poder verter-se para a nossa língua esta importante obra.

ERNESTO DE VASCONCELOS

SÔBRE FR. SERAFIM DE FREITAS. NOTA EM TÔRNO DE — *ANALES UNIVERSITARIOS. HISTORIA DE LA UNIVERSIDAD DE VALLADOLID. BIO-BIBLIOGRAFIAS DE JURISTAS NOTABLES*, por MARIANO ALCOCER e SATURNINO RIVERA. Valladolid, 1925. T. V, de XX + 190 + CCXL.

A História pedagógica portuguesa, quer a consideremos externamente, nas instituïções escolares, quer internamente, no quadro de estudos e métodos de ensino, reclama de há muito a atenção culta nacional, não apenas como objecto de erudição, mas pelo seu valor pragmático.

Desde Leitão Ferreira e Carneiro de Figueiroa, no século XVIII, até às recentíssimas publicações comemorativas do primeiro centenário da Faculdade de Medicina do Pôrto, a bibliografia histórico-pedagógica conta algumas monografias e estudos sérios, mas está longe do que deveria ser e é necessário que seja. ¿Quantas escolas portuguesas poderão justificar a persistência e desenvolvimento duma orientação scientífica, baseada numa fecunda e viva tradição? Algumas há, como, por exemplo, a Faculdade de Direito de Coimbra e a Faculdade de Medicina de Lisboa, mas a verdade é que não possuimos uma história dêstes institutos e a nossa consciência não se satisfaz com meros juízos e impressões pessoais. A Universidade de Coimbra, em especial, deve a si própria e ao País a publicação sistemática dos documentos relativos à evolução da sua vida interna, relações com a cultura e aspirações nacionais, elenco dos seus professores e respectiva actividade scientífica. Se é certo que na sua longa vida, como na de tôdas as Escolas, houve professores cujo nome, no dobar do tempo, só aparece nas fôlhas de pagamento, ¿quantos há que com entusiasmo e sacrifício bem serviram a profissão e na sua actividade se pode haurir não apenas um incentivo mas o re-estabelecimento de esforços e pontos de vista scientíficos?

Referindo-me só à Universidade de Coimbra, os estudos e documentos já publicados, particularmente por Leitão Ferreira, Serra Mirabeau, A. J. Teixeira, Costa Simões, T. Braga, Teixeira de Carvalho, J. Henriques e António de Vasconcelos, sendo notáveis, não bastam. Aproxima-se o quarto centenário da sua instalação definitiva em Coimbra (1937), e cremos firmemente que esta Universidade, tão rica de tradições de tôda a ordem, não deixará passar em claro esta data, cumprindo o seu dever, como fêz em 1872 e 1897 com os centenários dos Estatutos Pombalinos e de Francisco Suárez.

BIBLIOGRAFIA

Vêm estas considerações e votos a-propósito da recente publicação do tômo V da *História da Universidade de Valhadolid*, devida ao esfôrço dos srs. Mariano Alcocer, actual director do Arquivo de Simancas, e Prof. Saturnino Rivera, auxiliados eficazmente pelo reitor da Universidade, Prof. Calixto Valverde. Em todos os volumes publicados se encontram factos e sugestões de bastante interêsse para a história da nossa cultura, mas a sua ordenação ultrapassaria os limites duma nota bibliográfica. Por isso apenas aludiremos ao último volume, consagrado à bio-bibliografia dos mais notáveis professores valisoletanos de direito, civil e canónico, e entre os quais avulta o português Fr. Serafim de Freitas, celebrado opositor de Hugo Grócio, contra cuja tese da liberdade dos mares escreveu o *De justo Imperio Lusitanorum Asiatico adversus Hugonis Grotii Batavi mare liberum.* (Valhadolid, 1625). Pelos registos universitários, prova-se que Serafim de Freitas, depois de se doutorar em cânones em Coimbra (25 de Outubro de 1595) foi para Valhadolid, onde professou o hábito de «Nuestra Señora de la Merced» e em cuja Universidade assistiu como «lector extraordinario». Vagando a cátedra de Clementinas, o nosso compatriota apresentou-se como opositor em 5 de Abril de 1604, mas foi vencido pelo seu concorrente, o Dr. Lorenzo Rodriguez. O insucesso não o desanimou, porque logo no ano seguinte concorre à vaga da cátedra de Cânones, triunfando contra os candidatos Gudiel e Romero «por 37 votos pessoais, 85 cursos e 5 qualidades», tomando posse desta cátedra em 24 de Dezembro de 1605. Desde esta data até à sua jubilação (20 de Fevereiro de 1626), motivada pela surdez, e morte (Junho de 1633), S. de Freitas gozou dum grande prestígio na Universidade, cujo claustro o dispensou do doutoramento, reconhecendo que o fizera em Coimbra, e impetrando uma «cedula real» para tornar possível a jubilação, visto não ter os 20 anos de exercício. Embora o seu nome tenha um lugar de relêvo entre os portugueses que ensinaram no estrangeiro, o certo é que perdura principalmente pela publicação do *De justo imperio lusitanorum*, onde, a-par da justificação *de jure constituto* do monopólio da navegação e comércio da Índia, combatido por Hugo Grócio, faz a mais calorosa apologia da expansão portuguesa no Oriente. Esta notável obra foi traduzida em francês por Guichon de Grandpont, e sumariada pelo falecido prof. Laranjo Coelho, in-*O Instituto*, vol. XXXII (1884), sob o título — *Uma questão de direito internacional entre Portugal e a Holanda no século XVII.* Ciosa das suas glórias, a Univ. de Valhadolid participou à Univ. de Coimbra e à presidência do recente congresso mixto das Associações portuguesa e espanhola para o avanço das sciências, por intermédio do seu ilustre e activo rei-

tor, Prof. Calixto Valverde, uma deliberação que, acreditando-a como organismo vivo de cultura, concorrerá para reavivar os laços de solidariedade intelectual entre Coimbra e Valhadolid.

Essa deliberação é a seguinte: «...De igual modo que se celebra este año en Holanda el tercer centenário de la obra de Hugo Grocio, esta Universidad Vallisoletana, velando por sus gloriosos prestígios há resuelto celebrar tambien el tercer centenário de la publicación del libro de Fr. Serafim de Freitas, estimando que el mejor homenaje a tan esclarecido maestro es verter su obra al castellano, empresa costosa y dificil que está llevando a cabo el docto canónigo de esta catedral y discipulo de la Universidad de Valladolid, D. José Zurita Nieto, a la que pondrá un prólogo el Ex.º Sr. D. Joaquin Fernádez Prida, catedrático de Derecho Internacional que ha sido de esta Universidad, hoy de la Central, Ex-Ministro de Estado, Académico y gran conocedor de la labor realizada por el ilustre Freitas.» Todos os portugueses acolherão com prazer mais esta consagração da obra do nosso compatriota; mas, sem embargo, ¿não se imporá também uma tradução na língua pátria? ¿Poderemos consentir que êste livro, traduzido em francês e espanhol, seja em Portugal uma raridade, pela escassez de exemplares e pela língua em que foi redigido?

JOAQUIM DE CARVALHO.

«*ANEJOS*» *DE LA REVISTA DE FILOLOGIA ESPAÑOLA*

A *Revista de Filologia Española*, órgão do Centro de Estudos Historicos da Madrid, iniciou há dois anos, independentemente da importante colecção de *Publicaciones*, tão apreciada dos hispanistas, uma nova série de *Anejos* constituída não já por manuais, mas por monografias sôbre pontos especiais de lingüística e literatura.

Depois do trabalho de Menéndez Pidal sôbre *El Español en los siglos XI y XII*, têm sido publicados:

II. Vicente Garcia de Diego, *Contribución al Diccionario hispánico etimológico*; suplemento, pelo que pertence às línguas da península, ao grande Dicionário etimológico românico de Meyer Lübke, e que traz muito material novo à lingüística portuguesa.

III. Max Keepinsky, *Inflexión de las vocales en español* (traducción y notas de V. Garcia de Diego), em que o sábio professor da Universi-

dade de Praga estuda com rigoroso método geográfico e histórico um fenómeno lingüístico castelhano, mas sem separar o castelhano das línguas afins, e referindo-se a centenas de palavras portuguesas e galegas. O interêsse de aquele notabilíssimo trabalho está em procurar «uma base para a determinação da cronologia dos câmbios fonéticos».

IV. Fritz Krüger, *El Dialecto de San Ciprián de Sanabria, monografia leonesa.*

A poucas léguas da região mirandesa, cujo dialecto foi revelado aos lingüístas há vinte e cinco anos pelo Dr. Leite de Vasconcelos, naquele promontório da província de Zamora que se estende entre León, Galiza e Trás-os-Montes, fica a povoação escolhida pelo Dr. Krüger para tema de uma modelar monografia lingüística, em que a análise da fonética e da morfologia é completada por textos transcritos fonèticamente e por um vocabulário.

V. F. Castro Guisasola, *Observaciones sobre las fuentes literarias de «La Celestina».*

Depois dos importantes trabalhos de Foulché Delbosc, de Bonilla, de Menéndez y Pelayo e de Schevill, que desbravaram a selva da *Tragicomedia de Calixto y Melibea*, era preciso um trabalho de minuciosa crítica das fontes de aquela obra mestra da literatura espanhola, que tão fecunda influência exerceu no século XVI (lembrem-se os portugueses da *Comedia Eufrosina* de Jorge Ferreira de Vasconcelos), em tôda a Europa. Tal foi o objecto do Sr. Castro Guisasola, que, a mais de uma judiciosa crítica das investigações anteriores, traz muita novidade e ainda não pretende esgotar a matéria. Tanta foi a capacidade de assimilação do autor da *Celestina*, que realizou a íntima compenetração de um romance dramático com uma antologia da sabedoria antiga. Não se pode resumir aqui resultados, cujo valor está na escrupulosidade de cada pormenor. Destacaremos apenas, entre as fontes renascentistas descobertas pelo Sr. Castro Guisasola, o Índice alfabético de « sentencias » das *Obras latinas* de Petrarca (1496), porque êste feito, que derrama nova luz sôbre a técnica literária de Rojas, tem também o interêsse de confirmar a data da composição da *Celestina:* Deve-se considerar definitivamente como primeira a edição de 1499. Notaremos também a importância atribuída pelo autor dêste trabalho à influência terenciana na elaboração da *Tragicomedia*, na qual R. Schevill, estudando « *Ovid and the Renascence in Spain* » (1913), queria ver um gigantesco desenvolvimento do que êle chama « ovidian tale ».

M. BATAILLON

HISTÓRIA DA COLONIZAÇÃO PORTUGUESA DO BRASIL. Vol. I. Os precursores de Cabral.

TENDO em consideração os factos físico-geográficos e a política de sigilo seguida pelos reis de Portugal durante a época dos descobrimentos, e criticando os documentos históricos e as modernas opiniões sôbre essa época, decide-se Malheiro Dias pela tese de que o descobrimento do Brasil por Cabral foi devido a um propósito e não ao acaso. O autor procura demonstrar que os pilotos portugueses conheciam a existência de terra firme no ocidente não só antes de 1500 mas até antes de 1492. A existência da terra americana era pelo menos suspeitada antes de Colombo, mas os portugueses nunca a consideraram como uma dependência da Ásia, e por isso o genial D. João II teve como quimérico o projecto do descobrimento do caminho marítimo para a Índia pelo ocidente, aconselhado a êsse rei por Toscanelli, Colombo e Jerónimo Münzer.

Fundamentando-se em argumentos dignos de consideração, reclama Malheiro Dias para os portugueses a prioridade da noção da existência de uma quarta parte do mundo, constituida pelas terras descobertas desde o Brasil à Groenlândia.

No cap. I (p. 1-25) esboça Júlio Dantas, com pena artística, um colorido painel da época brilhante de D. Manuel, o rei venturoso (1495--1521); mas lamentamos que o autor se tenha abstido, quási por completo, de citar as suas fontes bibliográficas. Ao passo que Júlio Dantas descreve a cultura geral da época, trata Luciano Pereira da Silva, excelente conhecedor do assunto, e de modo claro e objectivo, dos memoráveis e fecundos trabalhos da náutica portuguesa da época que vai do Infante D. Henrique até D. João de Castro, parecendo-nos tal escrito a melhor introdução, feita até hoje, ao estudo dessa época, que nos últimos 15 anos os investigadores portugueses têm tratado de esclarecer.

O cap. III, por Duarte Leite, contém uma crítica penetrante de uma série de documentos em que se estribam as atribuïções, antigas e modernas, do descobrimento de várias porções do território brasileiro, aos espanhóis Alonso de Hojeda, Vicente Yañez Pinzon, Diego de Lepe e Alonso Vellez de Mendoza (1499-1500), chegando à conclusão de que nenhum dêsses pilotos navegou tanto para o Sul antes da viagem de Cabral.

Sôbre o mais firme terreno da tradição inequívoca a da documentação segura, esboça Luciano Pereira da Silva a figura de Duarte Pacheco Pereira, navegador, guerreiro heróico, cartógrafo e escritor geográfico, um

dos grandes representantes da escola náutica portuguesa (ca. 1500), o verdadeiro precursor de Cabral.

Todo o volume está ricamente ilustrado com reproduções modernas de cartas antigas, fac-similes de documentos impressos ou manuscritos, reproduções de quadros da antiga escola de pintura portuguesa, etc., e com desenhos policrómicos de Roque Gameiro. Esta obra é uma excelente prova do activo interêsse scientífico com que últimamente se tem investigado o soberbo passado de Portugal.

Da *Historische Zeitschrift*, vol. 130, 1924, por Fanz Hümerisch.

DAVID LOPES: *HISTÓRIA DE ARZILA DURANTE O DOMÍNIO PORTUGUÊS*. COIMBRA, Imprensa da Universidade, 1925.

EM Portugal, o amor dos estudos históricos é um dos caracteres da nossa época: não admira portanto que, durante a demora a que as dificuldades gráficas obrigaram a *LVSITANIA*, houvessem aparecido obras históricas, a que deveríamos a seu tempo ter feito referência nestas páginas, se não fôra o caso da interrupção. Entre essas obras despertaram interêsse (acaso devido, sobretudo, ao *parti pris* das respectivas teses) o trabalho do sr. general Morais Sarmento sôbre D. Pedro I e Fernão Lopes e o livro do sr. Antero de Figueiredo sôbre D. Sebastião, a que chamaríamos fantasia, ou poema em prosa, mas que seu autor classificou de «trecho da história pôsto em arte».

Por felicidade, o livro do sr. general Morais Sarmento suscitou duas críticas dignas de nota, a que nos apraz aqui prestar homenagem: a do professor Vieira de Almeida na página cultural do jornal *O Século* e a do professor Gonçalves Cerejeira no *Boletim da Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, a *Biblos*. Desta última se publicou separata, como se fazia mister. Ao livro do sr. Antero de Figueiredo se referiu também, em termos que nos pareceram fundamentados, a mesma revista.

Mais recente do que as duas obras aludidas é a do professor David Lopes sôbre Arzila, e por isso a devemos mencionar. Trabalho êste de verdadeira História, imune dos três vícios que desvalorizam, se não erramos, uma parte não pequena do que se está agora publicando, e que são: a paixão política; o preconceito nacionalista; a pressa e a falta

de método no pesquisar e no conceber. Excepções há e numerosas, para nosso bem: um David Lopes, por exemplo, ou um Lúcio de Azevedo, entre os mais velhos; e, entre os mais novos, um Paulo Mereia ou um Cortesão.

Abre a *História de Arzila* por um prefácio, sôbre os motivos que levaram os Portugueses ao Norte da África.

Nesse prefácio, o autor apresenta objecções às nossas doutrinas sôbre o assunto, expostas no ensaio *A Conquista de Ceuta*; e a conclusão a que chega é a seguinte: «A proposição de Sérgio é sedutora; talvez um dia seja a verdade; mas por ora é apenas hipótese. Não basta ter ideas novas para ter razão» (p. XXXVIII).

Ora, como foi sob a forma de hipótese que aventámos a nossa teoria (muito acompanhada da palavra «talvez», que já alguém, *talvez* com razão, achou característica da nossa prosa) só nos compete declarar que aí estamos nós de acôrdo com o ilustre Autor, — não sem acrescentar, entretanto, uma observação de metodologia: qualquer teoria que se oponha à nossa está obrigada pela boa lógica (cremos nós) a fornecer explicação para aqueles aspectos, caracteres, ou pormenores do acontecimento, que só a nossa, até agora, se pode dizer que permitiu explicar, isto é: a intervenção de João Afonso; as facilidades extraordinárias oferecidas pelos comerciantes (mais entusiasmados com a idea do que a nobreza, pelo que do cronista se conclui); os processos financeiros de que o rei usou: e não vemos como, dentro de uma teoria que não seja a nossa, podem receber êsses factos uma plausível explicação.

Diz o Autor: «a hipótese de Sérgio nasceu *apenas* destas considerações: Ceuta era grande empório comercial dos produtos do Oriente; Lisboa tinha uma burguesia comercial de carácter cosmopolita que impulsionava a nação para audaciosos empreendimentos» (p. XXIX). E nisto se engana sua ex.ª; a nossa idea apoia-se, *sobretudo*, naquelas três outras considerações, a saber: 1.ª ¿porque partiu de um financeiro (do ministro das finanças do rei português) a idea ou plano da conquista de Ceuta?; 2.ª ¿porque vemos a burguesia comercial, logo de início, tão desejosa da expedição?; 3.ª ¿como conseguiu D. João I, no que respeita à obtenção de fundos, aquelas facilidades excepcionais? Compete de oravante aos historiadores (supomos nós) ter em consideração êstes novos problemas que o nosso ensaio fêz nascer.

Pense-se o que se pensar de tal assunto, que só diz respeito ao prefácio da obra, impõe-se esta pelas virtudes a que estamos habituados nos conscienciosos trabalhos do consciencioso Autor: o discreto do juízo

e o seguro da erudição. Seccionada pelas capitanias dos sucessivos capitães da praça de Arzila, subministra quadros muito interessantes da vida aventurosa dos Algarves de além. Alguns sucessos, para que não prejudicassem com seu volume as boas proporções da narrativa, foram colocados em forma de apêndice às diferentes capitanias a que dizem respeito. Assim se facilita, pois, o abrangimento do quadro geral.

A parte mais valiosa dêste livro (a que a guerra de Marrocos neste momento veio conferir a nosso ver uma actualidade sugestiva) é talvez a que se refere aos motivos graves que impeliram D. João III ao abandono das praças de África. O efeito da conquista dessas praças foi o de provocar na Mauritânia um movimento religioso — o dos Xerifes — que nos tornava impossível sustentar-nos nela. Não tínhamos recursos para ali ficar, nem em gente, nem em dinheiro. Portugal era obrigado a recrutar homens em Andaluzia para guarnecer as fortalezas, cuja maioria de habitadores ficou assim castelhana, e cuja vida foi sempre precária. O recrutamento castelhano, que se levara a efeito primeiramente quando perigava qualquer das praças, volveu-se depois em coisa normal. Do que sabemos que sucedia na época e daquilo que veio a acontecer depois — tudo nos persuade de que D. João III, no abandono, fêz o que não podia deixar de fazer. Parece-nos isto bem demonstrado. E cabem ao professor David Lopes, a nosso ver, tôdas as honras da demonstração.

ANTÓNIO SÉRGIO.

LITERATURA

«*TERRA DE SOL*». REVISTA DE ARTE E PENSAMENTO. Edição do «ANUÁRIO DO BRASIL», Rio de Janeiro.

ÁLVARO PINTO, antigo gerente da «Renascença Portuguesa», do Pôrto, onde por largos anos prestou às letras e aos escritores portugueses o melhor do seu esfôrço e da sua inteligência, encontra-se há quatro anos em terras de Santa Cruz, à frente da importante casa editora do Rio de Janeiro, «Anuário do Brasil».

Dum invulgar espírito de iniciativa, e desejoso de concorrer, na sua vasta esfera de acção, para o desenvolvimento cultural luso-brasileiro, fundou há um ano, com o brilhante escritor fluminense Tasso da Silveira, a revista mensal *Terra de Sol*, em cujas páginas foram convidados a colaborar alguns dos melhores nomes literários do Brasil moderno.

LVSITANIA

Quási desconhecida ainda entre nós, a-pesar do carinho, do interêsse e espírito de justiça que consagra às coisas portuguesas, esta excelente revista merece ser largamente divulgada e lida em Portugal. E nesta convicção julgamos prestar um bom serviço ao nosso país e aos seus círculos intelectuais, fazendo aqui num cantinho da *LVSITANIA* uma breve notícia acêrca de *Terra de Sol*, do seu espírito, dos seus objectivos e meios de acção.

Para semelhante tarefa em nenhuma outra publicação portuguesa estaríamos mais à vontade do que nas páginas da *LVSITANIA*, que se arroga o nobre privilégio de verdadeiro lar da «*nossa cultura posta ao serviço da Restauração Nacional*» e que, rematando a sua apresentação *Ao Leitor*, afirma categòricamente:

«*Queremos comunicar com o espírito do mundo; mas por vastos motivos de inteligência e de sentimento, elegemos por mais próximos e mais caros aos fins do nosso trabalho, o Brasil — filho grandioso e gentilíssimo da acção de Portugal — e a Espanha, nossa irmã peninsular.*»

Já por si só êsses motivos de inteligência e de sentimento justificariam suficientemente a nossa preferência, se outros não houvesse ainda mais concretos e mais fortes.

Terra de Sol é hoje no Brasil uma das revista de estudos brasileiros que mais afinidades e parentesco espiritual tem, não só com a nação lusitana, mas ainda com a própria revista *LVSITANIA*.

Trabalhando *pró domo sua*, não perde de vista quanto o actual Brasil deve, moral e espiritualmente, à nobre cepa lusitana donde provém.

Basta ler os magistrais estudos de Ronald de Carvalho sôbre as *Bases da nacionalidade brasileira* no n.º 1 da revista, sôbre a *Literatura brasileira* no seu n.º 2, sôbre a *Arte brasileira* no n.º 4, e a *Psiche brasileira* no seu n.º 5; basta meditar sôbre os breves e concisos artigos do historiador Rocha Pombo, *Terra gloriosa*, *Os actores do nosso drama*, *O grande problema* e *José Anchieta*, ou ainda nos ensaios de Tristão de Ataíde sôbre *Americanismo*, nos de Oliveira Viana sôbre *Problemas de antropologia social* e *O tipo etnico brasileiro*, ou de Tasso da Silveira sôbre *Espírito Americano*, por exemplo, para se fazer uma idea da seriedade e elevação com que êstes espíritos, tão cultos e tão modernos, se consagram ao estudo dos mais altos problemas nacionais do Brasil, isentos de qualquer prejuízo particularista ou de qualquer fermento de xenofobia que lhes perturbe o nobre exercício da razão, ou para melhor dizer, o indefectível método scientífico.

Porque é necessário vincar que *Terra do Sol* não é um estouvado

cenáculo de literatos e *dilettantes* que consumam seus ócios a divagar sobre a côr dos olhos e o «rumor das saias de Elvira» ou a comprazer-se em mirabolâncias e gagaismos nefelibatas de mocinhos já dispépticos e derrancados de nervos.

Terra de Sol sem assumir o ar ressequido e mumificado dum anfiteatro de Academia, nem descambar numa barulhenta assemblea de moços irreverentes e atochados de cultúra livresca, consegue o prodigioso equilíbrio de ser a um tempo ardentemente moça e inteligentemente séria.

Todos os problemas vitais dêsse grande «Império de Meio-Dia» — como alguém lhe chamou já — são ali debatidos com uma largueza de ideas que não exclui na ordem prática o mais viril e avisado sentimento das proporções.

Para nós, portugueses, é mais que tudo proveitosa a lição de patriotismo esclarecido e militante que da leitura regular desta revista se colhe. E nada mais consolador também, que certas lições de história portuguesa — uma história portuguesa desconhecida quási em Portugal — que nos são dadas, a cada passo, na leitura desta revista, com a história ou a simples evocação dos tempos coloniais do Brasil.

Os nossos historiadores e os nossos pedagogistas parece terem esquecido que o Brasil foi, durante quási três séculos, parte integrante da Nação portuguesa, e, depois da restauração brigantina, por vezes a mais forte, senão a única razão social da independência portuguesa. Os acontecimentos aí desenrolados e os homens que aí exerceram durante êsses três séculos a sua fecunda e permanente acção, pertencem tão lidimamente ao nosso património moral, como os heróis e as fulgurantes jornadas de África e da Índia, ou os nossos próprios heróis, os nossos próprios estadistas, tôdas as vitórias, todos os reveses, todos os sucessos do Reino.

Nada mais consolador para nós, portugueses, do que a afirmação tácita, permanente, que nas páginas de *Terra de Sol* à flor dos mais diversos assuntos, naturalmente, correntemente se faz, de caber a Portugal e à velha energia lusitana o mais glorioso e árduo papel na génese, desenvolvimento e actual nível de civilização dessas ardentes e fecundas terras de sol. E tanto mais consolador para o nosso brio nacional, tanto mais estimulante para os nossos anseios de hoje, por se perceber nessa permanente e tácita afirmativa, não um discreto propósito de lisonja, uma vaga hipocrisia social, mas antes um desapaixonado preito de justiça, resultante natural dum cauteloso trabalho de investigação histórica e dedução scientífica.

LVSITANIA

Passada a onda de negativismo que foi a paixão dominante do século XIX, hoje que em Portugal parece brotar como nunca, uma verdadeira ânsia de renovação e restauração nacionalista (no mais nobre e no mais vasto sentido que o têrmo comporta) parece-nos elementarmente necessário tomarmos consciência do nosso passado, não tanto pelo numero de famosas cutiladas que durante alguns séculos demos por êsse vasto mundo, como pelo que de grande, de sólido, de eterno, alicerçámos e edificámos, laboriosamente, nos continentes que descobrimos e abrimos ao convívio universal.

A *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, a que preside o alto espírito de Carlos Malheiro Dias, é um grande, um decisivo passo. Mas não basta, porque o que êsse nobre esfôrço está ganhando em profundidade, perde-o em expansão. É necessário vulgarizar, divulgar, facilitar. Nunca serão pois demais publicações periódicas como *LVSITANIA* e esta *Terra de Sol* de que nos vimos ocupando.

Como as nossas vastas colónias de África, o Brasil permanece ainda quási literalmente desconhecido para a maioria dos portugueses, excepção feita daqueles (e bem poucos ainda) que do Brasil ou da nossa África fizeram o seu grande campo de acção na vida. A êsse desleixo imperdoável, a êsse abastardamento de carácter devemos nós atribuir em grande parte, o grau de inconsciência cívica, de ignorância de nós-próprios, de insensibilidade moral e até de penúria material a que nos vemos reduzidos, hoje, perante o mundo moderno.

Queremos crer, por honra da grei, que bastaria a Portugal aprender a conhecer-se no seu prolongamento étnico do Brasil moderno e no seu esfôrço ancestral pelas inóspitas e seculares areias africanas, para se converter ao culto da sua nacionalidade, do seu lusitanismo, da sua raça e da sua terra, em objectivos bem mais sérios e bem mais fecundos que os que constam das mil e uma panaceas políticas de partido ou de regime com que há um século se vem envenenando a sua conturbada consciência nacional.

A África, porém, na sua fase ainda vegetativa e nebulosa de colónia, só *in loco* nos oferece os documentos e os padrões do nosso esfôrço civilizador. É necessário ter palmilhado aquelas areias, ter atravessado as suas florestas, ter vadeado os seus rios, ter convivido com os seus dóceis íncolas, ter sofrido as ardências das sêdes, as angústias das solidões, as hostilidades dos elementos; é necessário ter visitado as pedras morenas das suas fortalezas e feitorias — a que religiosamente as cinco quinas esculpidas dão um carácter ao mesmo tempo arrogante e piedoso —

para se sentir na alma quási desprevenidamente uma incutível onda de emoção que se transforma logo numa veemente vergastada de orgulho nacional.

Mas se a África só dêsse modo primitivo e dispendioso nos pode fornecer uma tal cópia de ensinamentos, o Brasil, tornado já hoje uma grande potência espiritual, um vasto centro de cultura, um grande império de futuro, pode já, por meio dos seus pensadores, dos seus homens de letras, dos seus artistas, por meio da sua Arte e da sua Sciência, vir até nós, còmodamente, regularmente, pràticamente, condensado em letra redonda, no porão dum paquete.

Terra de Sol é hoje justamente um dêsses elegantes e prontos veículos de ideas, tão necessários à expansão espiritual dum povo, órgãos de vulgarização ao mesmo tempo centrífugos e centrípetos duma cultura e dum pensamento nacionais.

A-pesar do seu cioso orgulho do povo jovem, ávido de futuro e sôfrego de acção, o povo brasileiro tem hoje plena consciência da grave responsabilidade que lhe pesa com a vastidão do seu futuro império.

Consciente da grandeza da sua tarefa, sente cada vez mais a necessidade de se dar a si próprio uma genealogia e de perscrutar tôdas as vozes remotas do passado que lhe norteiem os passos, evitando-lhe graves e irreparáveis erros na gloriosa emprêsa de cimentarem o grandioso edifício social do seu império.

As suas gerações modernas, frementes de seiva juvenil, parecem todavia graves, reflectidas, inclinadas mais ao estudo que à fantasia. Por motivos opostos aos nossos chegaram pois à mesma conclusão — a de tomarem consciência de si próprias, pelo estudo dum passado conhecido e de tôdas as suas parcelas incoercíveis. Para elas a vida é também uma adição.

Como, porém, por se tratar da vida histórica duma grande nação, êsse passado é comum, ¿ que outro mais forte argumento é necessário para nos impor a injuncção de investigarmos e meditarmos em comum, no mais perfeito espírito de lealdade e aliança, as razões históricas do nosso presente e o sentido político do nosso futuro?

Terra de Sol e *LVSITANIA* devem pois compreender-se e estimar-se tão puramente e tão pràticamente, como se devem estimar e compreender as duas nobres nações transatlânticas de que afinal uma e outra revista não parecem mais que a expressão inteligível do sonho e do pulcro espírito que as anima.

CARLOS SELVAGEM.

ARTE E ARQUEOLOGIA

GARCEZ TEIXEIRA: 1) *A ANTIGA SINAGOGA DE TOMAR;* 2) *UMA ILUMINURA DO SÉCULO XVI.* 1925.

AMBAS estas monografias reflectem o carácter habitual das obras do autor, escritas com sobriedade, escrúpulo e bom-senso crítico. É hoje o investigador que melhor conhece a história artística de Tomar e estas duas *plaquettes* são mais uma contribuïção valiosa para o seu estudo.

A *Sinagoga*, sempre assim conhecida por tradição, situada na antiga judiaria de Tomar, é do fim do século XV, como as abóbadas ogivais, de aresta, e o tipo de colunas — capitéis gótico-mouriscos e bases oitavadas — o sugerem. Vem documentada com desenhos.

No segundo estudo, o sr. G. T. compara a iluminura do *Livro 4.º da Estremadura* (que reproduz) com as descrições de Tomar do século XVI concluindo, depois de minuciosa análise, que se lhe deve dar todo o valor dum documento, reproduzindo em todos os pormenores o aspecto do convento, particularmente da *charola*, cêrca de 1509.

E pôsto isto, não quero agora deixar de me referir à nota em que o sr. G. T., analisando a minha interpretação das duas iluminuras do *Livro de horas de D. Manuel* (*LVSITANIA*, fasc. III, p. 408), aceita que nelas se quisesse representar o paço da Ribeira e a nave da Sé, mas duvida que o féretro representado seja o de D. Manuel e pensa que os pormenores sejam de pura fantasia.

É evidente que a uma iluminura do século XVI não se pode exigir a exactidão da fotografia ou da reportagem artística de hoje, sobretudo quando reproduz, de cor, uma cerimónia já passada, neste caso o entêrro de D. Manuel. Não é pois nos pormenores da lua cheia ou do crescente, do deambulatório da Sé, da rua dos Ferros ou no partir dos escudos a pé ou em cima dum banco, que está o critério do seu valor documental, mas sim nos aspectos essenciais da composição, que em vez de copiarem as formas tradicionais do ofício dos mortos nos livros de horas, se inspiram no realismo dos monumentos da época e das cerimónias nacionais de que nos ficou descrição em textos.

Por isso, interpretadas sem exigências de exactidão, que as tradições da iluminura e o seu fim decorativo não comportam, são documentos cujo valor não deve ser recusado.

Há uma diferença profunda entre o valor iconográfico dum retrato

fantasiado por um artista que não conheceu o modêlo, e a imagem, *mesmo feita de cor*, de um seu coevo e conhecido.

Só do primeiro se pode dizer que é *pura fantasia*, como o sr. G. T. diz, a meu ver com certo exagêro, das duas iluminuras. Porque não se pode iludir a concordância, nos pontos essenciais, entre as iluminuras e a descrição que citei; além de que o naturalismo da arte que elas reflectem é uma nova garantia do seu valor documental como reflexo da cerimónia e dos monumentos em que se inspiram. Basta interpretá-las com certa indulgência, sem chegar ao excesso de lhes pedir... a lua.

REYNALDO DOS SANTOS.

L. XAVIER DA COSTA: *A OBRA LITOGRÁFICA DE D. A. DE SEQUEIRA* (com um esbôço histórico dos inícios da litografia em Portugal). — 59 p. e 5 est. — Lisboa, 1925.

EM separata da *Arqueologia e História* (IV), oferecida ao dr. José de Figueiredo, publicou o dr. X. da C. mais uma valiosa contribuïção para o estudo da obra de Sequeira, para cuja biografia, inventário artístico e análise crítica o sr. X. da C. é hoje o investigador que mais numerosos e inéditos elementos possui, além do amor que à obra do grande mestre consagra e sem o qual não pode haver compreensão profunda da arte, dêste como de qualquer outro artista. Neste pequeno ensaio condensa-se minuciosa e pacientemente um esbôço da história da litografia em Portugal, cujas primeiras tentativas, precisamente de Sequeira, são anteriores à sua emigração de 1823.

Pouco depois funda-se a *Oficina régia litográfica* de 1824, dirigida por Le Cocq, logo seguida de outras como a «de Santos», «de Manuel Luiz», da «Acad. Real das Sc.» e da «Imprensa Nacional».

O Pôrto, só mais tarde, em 1833, teve a sua 1.ª oficina dirigida por J. B. Ribeiro; mas em 1869 já existiam 9, quando em Lisboa, em 1874, se elevavam a 20.

Mas se as primeiras tentativas de Sequeira tinham sido difíceis, como êle próprio confessava em carta, a sua chegada a Paris em 1823, num período em que a litografia alcançara em França desde 1818 grande desenvolvimento, cultivada pelos melhores artistas, criou-lhe o ambiente propício para se aperfeiçoar e logo dominar um processo que tão bem se adaptava e convinha ao carácter do seu génio e do seu desenho,

porque nêle se sente mais de perto o carvão e o esfumado em que o desenhador se comprazia.

Isto explica, a meu ver, e não apenas o meio de Paris, a razão porque Sequeira sentiu a litografia e a cultivou. Sob êste ponto de vista o artista deve ser estudado não apenas nas obras que passou à pedra, mas nas que desenhou e foram litografadas por outros, como, para só citar algumas das melhores — o *D. João VI*, de Gianni, e o admirável retrato de *Ferreira da Costa*, de Sendim.

Sequeira foi essencialmente um desenhador e o carácter do seu desenho (como o de Columbano) encontrou na litografia a forma mais directa de se reproduzir sem novas interpretações ou transposições que o traíssem. Dos processos de gravura, o *ponteado* de Bartolozzi, elegante, amaneirado e mole, convinha mais ao desenho e ao colorido frouxo dum Vieira Portuense que à arte *primesautière* de Sequeira, feita de improvisos fortes. E o *talho-doce* (é ver a *Sopa* de Arroios, aliás gravada por Queirós) era demasiado duro para o seu desenho rico de meias tintas e suaves manchas do claro-escuro. Por seu turno a *água-forte*, gravura por excelência dos grandes coloristas, dum Rembrandt e dum Whistler (como hoje entre nós dum Sousa Lopes), era demasiado violenta para Sequeira, não bastante colorista para ser um agua-fortista.

Só a pedra litográfica recebia com a docilidade do lápis gôrdo os virtuosismos que o artista tão espontaneamente confiava ao carvão e ao esfuminho. E na afinidade de sentimento do seu desenho e da expressão litográfica está talvez o segrêdo essencial da sedução que esta nova forma de transpor exerceu sôbre o gravador fortuito do *Ugolino*.

REYNALDO DOS SANTOS.

HOMENAGEM A CARLOS REIS

OS discípulos do ilustre pintor — cuja arte tem o encanto de uma longa mocidade e respira tôdas as facilidades de uma técnica brilhante — reüniram em tôrno do mestre e ao lado de algumas das suas obras, os amigos e admiradores do seu talento de artista. O arauto da homenagem foi Agostinho de Campos, de cujo discurso recortamos um trecho em que o moralista transparece sob o humorista sem azedume :

BIBLIOGRAFIA

« Não entendo nada de pintura, como já tenho feito constar, para govêrno de todos ; mas entendo bastante de cabelos brancos. Sou já um velho, e tenho visto muita coisa, que os cabelos pretos poderiam, talvez, aprender, se quisessem.

Vi Eugénio de Castro espantar o burguês de há trinta anos, com versos novos, de sete cotovelos e catorze mil palavras estrambóticas ; e vejo-o deliciar o burguês de agora, com redondilhas populares, sonetos clássicos e reminiscências de poetas latinos, coisas muito velhas, mas sempre novas, porque são eternas.

Vi António Nobre troçado e achincalhado, quando publicou o *Só;* e vejo que agora o adoram e quási divinizam, porque êle foi gentil, e o génio impõe-se, por fim, e perdura onde quer que apareça, sejam quais forem as crostas de irreverência ou extravagância sob que se oculte aos olhos da rotina catacega.

Rotina e revolta, revolta e rotina — são os dois polos entre que eternamente gira e girará a actividade intelectual do homem. Os novos envelhecem, e, para isso, basta-lhes viver ; e os velhos (se realmente viveram no seu tempo, isto é : se conseguiram criar alguma coisa) ficam isentos da velhice e até da morte, porque os novíssimos, aqueles que ainda a ésta hora não nasceram, algum dia farão renascer êsses velhos e êsses mortos. Assim, a antiguidade renasceu na bem-chamada Renascença ; assim, a Idade Média renasceu no Romantismo ; assim, os tempos de hoje renascerão nos de ámanhã. Quem viver, reviverá, se realmente viveu.

.....

Hoje temos o dia de Carlos Reis, grande dia não só para nós, mas para Portugal e para a Arte. Pela voz de Falcão Trigoso, já os discípulos daquele pintor mostraram desejar que venham breve os dias festivos do grande Columbano e do grande Malhoa. A êsse voto me associo, cumprindo, assim, gratamente o meu dever de português.

E a todos os pintores portugueses, velhos e novos ; a todos os artistas sinceros, trabalhadores, estudiosos e talentosos, saúdo nesta hora e déste lugar. E oxalá possa viver ainda o bastante para ver e gozar o grande dia de mestre Almada Negreiros ! »

HOMENAGEM A COLUMBANO

OS discípulos do grande pintor, glória da Arte portuguesa, promoveram-lhe uma consagração, de há muito projectada, e cuja discreta sobriedade e aristocrática maneira comoveram o coração do mestre. A Columbano foi oferecido um álbum, encadernado com ferros especiais, desenho de Raúl Lino, colaborado pelas figuras primaciais das Letras e das Artes, e cujos autógrafos testemunham a singular admiração pela obra e pelo exemplo moral do artista. *LVSITANIA* tem a honra de juntar as suas homenagens às dos discípulos de Columbano, transcrevendo, além da mensagem assinada por êstes, as homenagens dos dois redactores da secção artística desta Revista.

«Os discípulos de Mestre Columbano têm a honra de exprimir ao Mestre querido e grande os sentimentos de admiração e da amizade.

«Mestre Columbano representa para as gerações mais moças da sua época o mesmo que Antero de Quental significou para as do seu tempo. Exemplo de heroismo na vida artística, exemplo de dignidade moral na vida particular, exemplo de fé no trabalho sincero e austero, Mestre Columbano não é para nós apenas o grande pintor, mas um *Mestre*, no sentido mais alto que esta palavra sagrada contém. Desde o quadro exposto no *Salon*, em 1882, o qual sugeriu a Rochefort uma profecia que veio a cumprir-se tão brilhantemente, até aos quadros últimamente saídos do seu *atelier*, a jornada realizada por Columbano é das mais brilhantes e mais originais entre as que, no nosso tempo, têm sido empreendidas na Europa.

«Columbano avulta, entre os seus colegas europeus, como um dos mestres psicólogos do retrato, e também como um dos mais estranhos e pessoais coloristas da pintura a óleo, dando-se à palavra «colorista» o sentido interior e misterioso que ela tem.

«Produzindo a sua grande obra de pintor e ensinando os seus discípulos, Mestre Columbano é um dos mais belos exemplos de patriotismo e de amor à cultura do espírito nacional. Entre as suas obras de artista eminente, que possui, como uma das qualidades primaciais, êsse tão raro dom do gôsto, conta-se a obra admirável do Museu de Arte Contemporânea, onde a sua devoção estética, obteve, dispondo, aliás, de recursos limitados, que êste museu nos honre e nos ilustre sem receio de ser comparado aos museus similares da Europa.

«É por tôdas estas razões, que justificam tão plenamente a admiração fervorosa dos seus discípulos, e ainda por motivos de fiel e respeitosa

amizade que o carácter do homem, tão intimamente ligado ao do pintor, lhes merece também, que nós saudamos em Columbano um grande Mestre da pintura e do Espírito.»

*

«Semelhantemente ao que sucede com Ribera, que foi sobretudo um formidável técnico, Columbano é erràdamente considerado por muitos como um artista em que o sentido psicológico e espiritual domina e preside ao sentido plástico. Como o grande valenciano, e embora sob outro aspecto, Columbano é essencialmente um pintor, possesso da côr e da matéria e procurando com ela o segredo da alquimia que só visuais como êle podem prescrutar e sentir. Sargent, que acaba de morrer e que foi um dos maiores pintores do seu tempo, quando veio a Portugal e viu a sua obra, admirou principalmente em Columbano o colorista, maravilhado como ficou do sentimento da *nuance* que é neste artista quási inegualavel.

E a observação do artista americano é justa. Nas mãos de Columbano, até o próprio lapis monocromo se multiplica nos mais variados e diversos valores para, num rítmo absoluto, a que êle é, de resto, sempre fiel, nos dar um colorido que, sendo surdo e contido como esta matéria impõe, é por isso mesmo ainda mais maravilhosamente sugestivo.

Dispondo porém, conjuntamente, de um excepcional poder de observação e de um gôsto raríssimo de composição, Columbano, quando pratica o retrato, se está de posse de um modelo, é então assim o artista perfeito porque, ao poder de caracterização e à magia da côr, alia ainda essa outra altíssima qualidade, que é a pedra de toque dos grandes artistas de todos os tempos: o estilo.

E não há pormenor da sua obra em que se não afirme esta sua raríssima qualidade, enobrecendo e dignificando, sem nunca as descaracterisar, como sucede com os melhores mestres flamengos e holandeses do século de Seiscentos, as coisas ainda as mais pobres e humildes que o artista com o maior escrúpulo e carinho vai sucessivamente passando à tela.— 8-VI-925 — *a) José de Figueiredo.*»

*

«Que o génio dos nossos artistas, mais pintorres que escultores, havia de encontrar sempre a sua expressão original e forte no naturalismo do rétrato, prova-o a linhagem dos grandes mestres da pintura portuguesa — de Nuno Gonçalves a Columbano.

Para glória da história da nossa arte e orgulho da arte que exprimiu a nossa história, não houve período essencial da acção ou do pensamento

português que não encontrasse um pintor para caracterizar o que havia de nobre nas máscaras de então e de sonho idealista nas almas...

Os cavaleiros e monges de Nuno Gonçalves, os humanistas de Cristóvão de Figueiredo, a freira do mestre desconhecido do Museu de Lisboa, as infantas de Sanches Coelho, — são o heroismo, a sciência, a religião e a nobrêsa da dinastia de Avis!

E já no século XVII, através da Península, infiltra-se no sangue português de Velasquez, o halo de tristeza velada que envolveu os seus reis, *meninas*, filósofos, bôbos e borrachos...

A aurora do liberalismo encontrou em Sequeira, mais desenhador do que colorista — o seu David.

Mas o génio da pintura nacional, só havia de ressurgir plenamente um século depois, com Columbano — para fixar com admiráveis intuições da sua visão e magia de artista, uma das gerações mais brilhantes da literatura portuguesa — a de Eça de Queirós e de Antero de Quental. Como retratista, pertence á linhagem das «águias», entre as quáis um Francisco de Holanda do futuro o contará definitivamente. E nas «naturêzas mortas» enobreceu — como já alguem disse — tudo o que tocou.

Pela qualidade rica da matéria e requinte de gôsto, dá a um buril nobrêzas de brocado e deixa entrevêr numa ostra — a pérola. — *a) Reynaldo dos Santos.*»

BIBLIOGRAFIA DE ANTÓNIO SARDINHA

VOLUMES PUBLICADOS

Tronco Reverdecido — 1906-1908. Lisboa, 1910.

O Valor da Raça — Introdução a uma Campanha Nacional. Lisboa, 1915.

A Epopeia da Planície — Poemas da Terra e do Sangue. Coimbra, 1915.

A Questão Ibérica — (De colaboração) — O Território e a Raça. Lisboa, 1916.

Quando as nascentes despertam... — Poemas da Turbação e da Boa Estrêla. Lisboa, 1921.

Na Côrte da Saudade — Sonetos de Toledo. Coimbra, 1922.

Chuva da Tarde — Sonetos de Amor. Coimbra, 1923.

Ao Princípio era o Verbo... — Ensaios e Estudos. Lisboa, 1924.

A Aliança Peninsular — Antecedentes e Possibilidades. Pôrto, 1924.

Ao Ritmo da Ampulheta — Crítica e Doutrina. Coimbra, 1925.

BIBLIOGRAFIA

PREFÁCIOS

Caetano Beirão, *Uma Campanha Tradicionalista.* Lisboa, 1918.

Castelo Branco Chaves, *Fialho de Almeida — Notas sôbre a sua individualidade literária.* Coimbra, 1923.

2.º Visconde de Santarém, *Memórias e alguns documentos para a História e Teoria das Côrtes Gerais.* Nova edição. Lisboa, 1924.

COLABORAÇÕES

Nação Portuguesa (1913-1916 a 1922-1924); *A Monarquia* (1917-1922); *LVSITANIA* (1924); *In Memoriam de Fialho de Almeida*, Pôrto, 1917; *In Memoriam de Eça de Queirós*, Lisboa, 1922; *In Memoriam do Conde de Sabugosa*, Lisboa, 1924; *In Memoriam de Camilo Castelo Branco*, Lisboa, 1926; *Revista de Ex-Libris; Contemporânea;* vários jornais (*A Nação, Restauração, A Ordem, O Dia, A Época, Novidades, El Debate*, etc).

INÉDITOS

Legou um grande espólio literário, que a revista de cultura nacionalista, *Nação Portuguesa*, vai tornar público. Nele se incluem alguns estudos de alto interêsse histórico e literário: — *Nacionalismo Galego e Lirismo Português, As «Cartas» da Freira, O Brasil e o Hispanismo, Cristianismo e Ocidentalismo, A família de Ramalho, Um romântico esquecido, Os Gamas, As quatro onças de oiro*, etc.

Deixa para publicar quatro livros de versos: — *Era uma vez um menino...* (elegias); *Procissão de Cinzas* (poemas); *A Pequena Casa Lusitana* (sonetos); *Roubo de Europa* (poema).

ARCHIVO ESPAÑOL DE ARTE Y ARQUEOLOGIA

RECEBEMOS o 1.º fasc. desta admirável publicação que o «Centro de Estúdios Históricos» iniciou sob a direcção dos eminentes historiadores da arte peninsular srs. Gomez Moreno, E. Tormo y Monzó e Sanchez Canton (secretário).

LVSITANIA saúda-os já calorosamente e no próximo número fará a análise bibliográfica que a excelência e importância desta publicação, ricamente ilustrada, merecem.

MARGINALIA

MEYER-LÜBKE

O eminente filólogo, prof. Meyer-Lübke, glória da sciência europeia, tendo visitado no Pôrto a nossa Directora, por quem nutre os mais fervorosos sentimentos de admiração e estima, foi recebido pela faculdade de Letras, de Lisboa, que organizou, por iniciativa do Dr. Leite de Vasconcelos, uma sessão em sua honra. O grande professor, que fêz algumas digressões pelo país, acompanhado de sua espôsa e filha, realizou na Faculdade de Letras uma conferência, em francês, para os professores e alunos.

Esta constituiu uma valiosa demonstração do interêsse capital da Toponímia para aclarar as remotas origens dos povos. O estudo dos nomes de lugares, para o qual o conferente trouxe uma importante contribuïção, derrama nova luz sôbre a primitiva história da Península Ibérica, tão complicada e escura, com o seu perpétuo fluxo e refluxo de povos, desde a época pre-histórica até às lutas da Reconquista.

Já a toponímia ibérica, que descobre nomes vascongados na mesma Andaluzia, descobre também diferenças entre o norte e o sul da Península, nos tempos mais longínquos que alcançam as inscrições. Semelhante investigação lingüística demonstra que as invasões célticas, vindas da França, se propagaram pela Catalunha e a Castela até a Galiza. Permite também determinar as modalidades da romanização da Península, influência civilizadora que na Andaluzia se limitava às grandes cidades, mas que na Catalunha tomava as proporções de uma densa colonização por colonos de origem romana. Sôbre as invasões bárbaras, temos o pensamento da toponímia germânica, a-pesar-de ter sido escurecida, principalmente na Andaluzia, por deformações árabes.

No norte da Península vê-se que os nomes de lugares de origem germânica são pouquíssimos na Catalunha, abundantes pelo contrário na Galiza.

Pode ser que os Suevos fôssem mais assimiláveis do que os Godos, mais belicosos estes. Pode ser também que alguns dos povos invasores, originàriamente visigodos, chegassem já romanizados à Península. O prof. Meyer-Lübke terminou a sua erudita lição exortando os alunos seus ouvintes ao amor da sciência, para glória do País e da humanidade.

UNIÃO INTELECTUAL PORTUGUESA

A 7 de Maio foi inaugurada a série de conferências da U. I. P., na salão do Teatro de S. Carlos, cedido pelo Ministério de Instrução Pública e pela emprêsa concessionária do teatro. As conferências, que se realizaram às quintas-feiras de tarde, foram as seguintes: Viana da Mota e Francisco de Lacerda: *A obra de João Sebastião Bach;* Reinaldo dos Santos: *O espírito da arquitectura em Portugal*; Jaime Cortesão: *Santo António na história de Portugal;* Agostinho de Campos: *O mundo actual e a educação;* Joaquim Manso: *Dostoiewsky e o mundo actual;* Carlos Selvagem: *Literatura portuguesa de ambiente colonial;* António Sérgio: *Uma solução para o problema moral da mocidade de hoje;* Joaquim Nunes: *Trovadores e jograis galaico-portugueses;* Francisco de Lacerda: *Rítmica,* por um grupo das suas discípulas.

Um facto importante na história dêste movimento espiritual, que se estende hoje pela Europa, foi o aparecimento do órgão da Federação Internacional das Uniões Intelectuais, a *Europäische Revue,* dirigida pelo príncipe Carlos de Rohan (depositária da revista em Portugal, a Livraria Aillaud, Lisboa).

A Assemblea Geral da Federação das Uniões Intelectuais reunir-se há êste ano em Milão nos dias 2, 3 e 4 de Novembro. Cada União nacional enviará uma delegação de dois a seis membros.

No ano passado, por ocasião da primeira conferência internacional, estavam já constituídas as Uniões austríaca, francesa, italiana, inglesa, belga, espanhola, suíça e portuguesa. Constituiu-se depois o núcleo fundador da União Checo-eslovaca e prosseguem os trabalhos para a formação das Uniões holandesa e sueca.

TIVOLI

LISBOA, àparte S. Carlos e o Teatro Nacional cujas salas têm, não apenas o sabor evocativo de uma época mas um real encanto de proporções e côr, caracterisava-se pelo gosto ora banal — ora péssimo, — das suas salas de espectáculo, sem arquitectura, sem caracter decorativo, sem confôrto. É um prazer reconhecer, porisso, na sala do Tivoli, a arte sempre distincta, elegante e sóbria que o gôsto de Raúl Lino imprime às suas obras e agora mais uma vez o inspirou nesta casa de confôrto europeu. Devemos admirar a solução inteligente, misto de neo-clássico e de modernismo, que êste arquitecto e decorador, dos de mais seguro gôsto do nosso tempo, soube achar para o

problema prático e estético de renovar formas dentro de tradições que escravizam. Fê-lo com honra para a sua arte e para o gôsto do nosso tempo — feliz nas proporções, nas harmonias de côr, na distribuição da luz, na ordenação e confôrto dos lugares em que a visão do espectador é sempre considerada, na elegância decorativa, em-fim, nos mais pequenos pormenores a que as nossas salas de espectáculo em geral não atendem. Cinema, sala de concertos ou mesmo de conferências, há, nesta ambiência rara de gôsto, ressonância para tôdas as evocações da arte.

R. S.

HENRY LANG

TAMBÉM honrou Portugal com a sua visita o ilustre romanista americano, Sr. prof. Lang, benemérito das Letras Portuguesas. A Academia das Sciências assinalou a rápida passagem por Lisboa do distintíssimo filólogo a quem devemos valiosos estudos acêrca das Trovas de el-rei D. Denis.

«OS LUSÍADAS»

NO próximo inverno deve aparecer uma nova edição dos *Lusíadas*, elaborada em condições excepcionais, e publicada pela Biblioteca Nacional de Lisboa.

O texto será revisto e corrigido pelo prof. José Maria Rodrigues, com prefácio da Senhora D. Carolina Michaëlis e direcção gráfica de um dos redactores desta Revista.

«LVSITANIA» NO JAPÃO

NO *Anuário da Escola de Línguas Estrangeiras*, de Toquio (Março 1925), acha-se transcrita a *Visita ao sr. Venceslau de Morais*, publicada no fasc. IV da nossa Revista. O *Anuário* estampa o artigo em português e japonês.

VOLUME II — CAPAS

ESTÃO à venda as capas de carneira, com ferros especiais, para encadernação do vol. II da *LVSITANIA*. Depositária — Livrarias Aillaud e Bertrand, em Lisboa.

A COLABORAÇÃO DA «LVSITANIA» É SEMPRE SOLICITADA

SOMMAIRE DU NUMÉRO 7

LE NATIONALISME DANS LA LITTÉRATURE. A propos de « Palavras loucas » (avec des lettres inédites d'Oliveira Martins, Eça de Queirós, Fialho de Almeida, Ramalho Ortigão et Guerra Junqueiro), par ALBERTO D'OLIVEIRA, Ministre de Portugal à Buenos Aires.

M. ALBERTO d'Oliveira, diplomate qu'une noble carrière de « service » a pris aux lettres sans émousser en lui — bien au contraire — le sens des choses de l'esprit, exhume ici de très précieuses reliques de sa jeunesse d'écrivain. Ses premiers essais de critique et de doctrine, réunis en 1894 sous le titre de *Palavras loucas (Paroles de folie)*, pages exaltées par un culte ardent pour le pathétique poète de *Só! (Seul!)*, pour António Nobre encore méconnu, apparurent aussi comme le manifeste d'une tendance nouvelle. Avec ce livre, le nationalisme fait irruption dans les lettres portugaises, et à une date où la scène était encore occupée par la plus brillante génération littéraire que le Portugal ait pêut-être produite. Comment les cinq plus grands écrivains d'alors réagirent, c'est ce que révèlent au public, finement commentées par les souvenirs personnels de M. Alberto d'Oliveira, des lettres inédites qui désormais appartiennent à l'histoire d'une littérature. Oliveira Martins allait disparaître prématurément; Guerra Junqueiro ne devait s'éteindre qu'en 1923. Après trente ans écoulés, toute cette éclatante pléiade commença à prendre sa vraie place dans la perspective du passé national : cosmopolite d'apparence, et, si l'on vent, d'intention, elle laisse de mieux en mieux paraître combien elle fut profondément portugaise. Le moment était opportun de produire ces documents sincères où l'on voit cinq évrivains glorieux saluer le jeune nationalisme non sans réserves, certes, mais sans surprise et avec une indéniable cordialité.

UNE ŒUVRE INCONNUE D'ALVARO PIRES D'EVORA, par M. ROBERTO SCHIFF, Professeur à l'Université de Pise.

CE peintre portugais, qui fait bonne figure dans le *Quattrocento* italien, a signé dans sa langue maternelle la plus charmante de ses compositions, la Vierge à l'enfant entourée de huit anges,

conservée près de Pise à l'église Santa Croce de Fossabanda: «Alvaro Pires d'Evora pintou». C'est encorre une Madone à l'enfant, appartenant à la Collection Agostini, de Pise, que M. R. Schiff signale aux historiens de l'art: elle présente, avec les traits caractéristiques des autres madones d'Alvaro Pires, certains éléments décoratifs qui paraissent catalans, et qui suggèrent l'hypothèse d'un séjour de l'artiste en Catalogne avant son passage en Italie.

L'ADORATION DES MAGES admirable, dessin du peintre portugais, D. A. de Sequeira (1768-1837) du Musée d'Art Ancien de Lisbonne avec un commentaire de R. dos Santos.

NOUVELLES DE PORTUGAL EN 1578-1580, d'après la correspondance d'une maison de commerce néerlandaise, par J. LUCIO DE AZEVEDO. (Suite).

CES lettres, précieuses pour l'histoire économique, ont en outre l'intérêt de nous transmettre des impressions, vécues par des témoins, sur les heures les plus tragiques de l'histoire du Portugal: la mort de D. Sebastião à Alcacerquebir et la confiscation par Philippe II de l'indépendance portugaise.

LA MAISON DU CHAPITRE DU CONVENT DU CHRIST par F. A. GARCEZ TEIXEIRA.

DES documents d'archives, complétant heureusement les données de Fr. Hieronymo Roman dans sa Chronique de l'Ordre du Christ, ont permis à l'auteur de reconstituer avec précision l'histoire de cette dépendance de la merveille manueline de Thomar.

LES DEUX POLITIQUES NATIONALES par ANTONIO SERGIO.

ALLANT au cœur du problème permanent qui se pose au Portugal en raison même de sa situation géographique, de son passé et de sa structure humaine, M. Sergio est amené à interpréter l'histoire de son pays comme un conflit séculaire entre deux politiques. L'une,

SOMMAIRE

de Fixation, de mise en valeur du sol national, a été celle du Portugal au XII^e^ et au XIII^e^ siècles : sans exclure les entreprises maritimes auxquelles le pays est voué par sa position, à l'extrême-occident de l'Europe et à la tête des routes océaniques, cette politique ne conçoit l'expansion que comme le complément d'une économie métropolitaine prospère. L'autre, de Transport, qui triomphe au temps de l'Infant Henri le Navigateur, attend la prospérité nationale d'une extension indéfinie du trafic maritime. Développée sans mesure et sans contre-partie, cette dernière politique a été ruineuse pour la nation, fatale à sa santé économique et sociale. Dès le dix-septième siècle le problème toujours actuel de la production, de la mise en valeur agricole et industrielle du Portugal, se posait avec urgence pour les esprits clairvoyants. Par quel processus après l'achèvement de la reconquête sur les Maures triompha l'idée exclusive des entreprises d'outre-mer ? A. Sergio écarte l'explication donnée par Basílio Teles, pour qui l'essor des navigations résulte de l'irruption dans la vie nationale d'une «race» du Sud, commerçante et aventureuse. Il retient, d'Oliveira Martins, l'idée que les régions du Sud avec leur régime de grande propriété et leurs milliers d'hommes «sans terre» ont fourni le personnel des entreprises lointaines. Mais il considère que l'impulsion décisive est partie de la bourgeoisie commerçante dont l'accroissement de puissance, à la fin du Moyen-âge, est un phénomène européen.

LE POÈME DU CID. Adaptation portugaise de la geste castillane du XII^e^ siècle (Cantar de Mio Cid) par AFFONSO LOPES VIEIRA.

SUITE de l'episode des Noces des filles du Cid avec les Infants de Carrion.

BIBLIOGRAPHIE.

Note critique de J. Lucio d'Azevedo sur la monographie d'Achille Segard : *Ango de Dieppe*. M. J. L. A. a trop beau jeu de démontrer la faiblesse historique de ce travail trop accueillant à des légendes depuis longtemps abandonnées, et qui, ignorant les sources d'archives, accorde un crédit illimité à des chroniques suspectes comme les *Mémoires chronologiques* de Desmarquets. — Rendant compte de l'*Histoire d'Arzila* du Professeur David Lopes, M. Antonio Sergio souligne, avec la valeur de l'ouvrage, l'importance de la préface sur les causes et la signification historique

des entreprises portugaises au Maroc. L'étude de la situation qui rendit nécessaire l'abandon, par Jean III, des places d'Afrique, lui paraît aussi d'un intérêt à la fois actuel et durable.

Notes sur : Wessels, *Early Jesuit Travellers in Central Asia* ; Mariano Alcocer et Saturnino Rivera, *Historia de la Universidad de Valladolid. Bio-bibliografia de Juristas Notables* ; Garcia de Diego, Max Krepinsky, Fritz Krüger et Castro Guisasola, *Anejos de la Revista de Filologia española* ; sur l'*Historia da Colonização portuguesa do Brasil* ; sur la revue brésilienne *Terra de Sol*, etc.

BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA

GUIA DE PORTUGAL

1.º VOLUME

GENERALIDADES — LISBOA
E ARREDORES

COLABORAÇÃO DOS MAIS ILUSTRES ESCRITORES PORTUGUESES — COM 15 MAPAS E PLANTAS E NUMEROSAS GRAVURAS

«A TODOS OS QUE NÃO DESEJAM FAZER PERPÈTUAMENTE JUSTA A FRASE CÉLEBRE DE MONTESQUIEU, AO DIZER DOS PORTUGUESES QUE TINHAM DESCOBERTO O MUNDO, MAS DESCONHECIAM A TERRA EM QUE NASCERAM; ÊSTE LIVRO, INVENTÁRIO DAS RIQUEZAS ARTÍSTICAS QUE AINDA SE NÃO SUMIRAM NA VORAGEM, E DAS MARAVILHAS NATURAIS QUE AINDA NÃO CONSEGUIMOS DESTRUIR, ANTOLOGIA DE PAISAGISTAS, «VADE-MECUM» DE BELEZA, ROTEIRO DOS PASSOS DOS PORTUGUESES ENAMORADOS, INDÍCULO DAS PEQUENAS E GRANDES COISAS, QUE REQUEREM O NOSSO AMOR — PELO PASSADO, PELO PRESENTE E PELO FUTURO, — É OFERECIDO E DEDICADO.»

GUIA
DE
PORTUGAL